

**UNIVERSIDADE COMUNITARIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ
(UNOCHAPECÓ)
Curso de Pós-graduação *stricto sensu* em Educação**

Julcéia Carmen Kroth Gheller

**AS VOZES DOS SUJEITOS E AS REPERCUSSÕES DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COM FOCO NA FREQUÊNCIA
ESCOLAR COMO CONDICIONALIDADE**

CHAPECO-SC, 2015

JULCÉIA CARMEN KROTH GHELLER

**AS VOZES DOS SUJEITOS E AS REPERCUSSÕES DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COM FOCO NA FREQUÊNCIA
ESCOLAR COMO CONDICIONALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação, da UNOCHAPECÓ, *Campus* Chapecó, pertencente à linha de pesquisa: Desigualdades Sociais, Diversidades Socioculturais e Práticas Educativas, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Maurício Roberto da Silva

Chapecó-SC, fev. 2015

Ficha catalográfica elaborada por
Joseana Foresti CRB 14/536

G412v Gheller, Julcéia Carmen Kroth
As vozes dos sujeitos e as repercussões do programa
bolsa família com foco na frequência escolar como
condicionalidade / Julcéia Carmen Kroth Gheller. –
2015.

169 p.: il. (algumas color.); 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade
Comunitária da Região de Chapecó, 2015.

Inclui bibliografias

1. Educação. 2 . Renda - Distribuição. 3. Política
social. 4. Política pública. I. Silva, Maurício Roberto
da. II. Título.

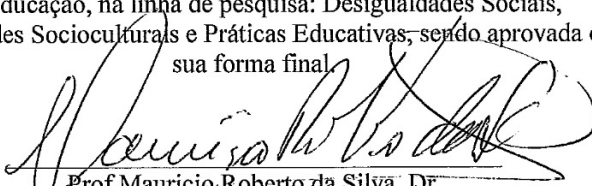
CDD 21 -- 370

UNIVERSIDADE COMUNITARIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ
Curso de Pós-graduação *stricto sensu* em Educação

**AS VOZES DOS SUJEITOS E AS REPERCUSSÕES DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COM FOCO NA FREQUÊNCIA
ESCOLAR COMO CONDICIONALIDADE**

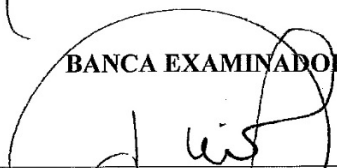
JULCÉIA CARMEN KROTH GHELLER

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do grau de Mestre em Educação, na linha de pesquisa: Desigualdades Sociais, Diversidades Socioculturais e Práticas Educativas, sendo aprovada em sua forma final



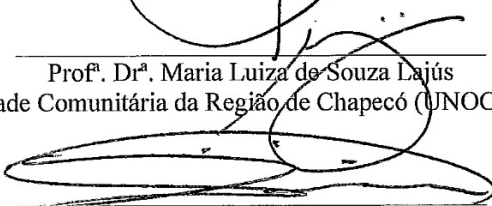
Prof. Mauricio Roberto da Silva, Dr.
(Orientadora)

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Joviles Vitorio Trevisol
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Prof. Dr.ª Maria Luiza de Souza Lajús
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)



Prof. Dr. Leonel Piovezana
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)

Chapecó-SC, 27 de fevereiro de 2015.

*"Minha esperança não se ancora em teorias
políticas,
ideologias ou promessas eleitorais. Tem raiz ética:
mais que qualquer escândalo de corrupção,
envergonha-me, como ser humano, a miséria
coletiva.
Não escolhi a família nem a classe social em que
nasci.
Fui premiado pela loteria biológica.
O que não é justo.
Todos têm direito a uma vida digna.
A desigualdade social me repugna.
É uma ofensa à condição humana."
Frei Betto*

AGRADECIMENTOS

“Cada pessoa que passa em nossa vida, passa sozinha, é porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra! Cada pessoa que passa em nossa vida passa sozinha e não nos deixa só porque deixa um pouco de si e leva um pouquinho de nós. Essa é a mais bela responsabilidade da vida e a prova de que as pessoas não se encontram por acaso.”

Charles Chaplin

Agradeço a realização desta Dissertação de Mestrado, elaborada com muito empenho, amor e dedicação, primeiramente a Deus e a Nossa Senhora Aparecida, por sempre me concederem sabedoria nas escolhas dos melhores caminhos, coragem para acreditar, força para não desistir e proteção para me amparar.

Durante os dois anos, só tenho a agradecer a todos que passaram pelo meu caminho e que com certeza deixaram um pouco de si. Os momentos de alegria serviram para me permitir acreditar na beleza da vida, e os de sofrimento serviram para um crescimento pessoal único. É muito difícil transformar sentimentos em palavras, mas serei eternamente grata a vocês:

Ao meu mestre e guia, professor e orientador Dr. Mauricio Roberto da Silva, por sua atenção e compreensão, mas principalmente por acreditar em meu potencial. Durante os anos de orientação, encontrei nele não apenas um excelente professor, mas acima de tudo uma pessoa iluminada por Deus que, em sua sabedoria e persistência, é um exemplo de ser.

Ao meu marido Rudivan e ao meu filho Kaio, agradeço cada minuto de apoio e compreensão, obrigado por entender o quanto importante foi esta fase em minha vida e por nunca me deixarem desamparada na árdua caminhada.

Aos professores, agradeço pelos lindos momentos de discussão e partilha de saberes e experiências. Que Deus ilumine a todos.

Aos meus amigos e colegas, pela convivência, incentivo e troca de experiências ao longo da caminhada.

Enfim, a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para o sucesso de mais esta jornada.

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é analisar as representações sociais dos sujeitos beneficiados sobre as repercussões do Programa Bolsa Família com foco na frequência escolar como condicionalidade. Para tanto, delimitou-se indicadores: conjuntura social, o PBF e as condicionalidades, família, escola e a avaliação do programa Bolsa Família sob a ótica do usuário. No ponto de vista teórico-metodológico, foram utilizadas as poucas referências de livros e periódicos, tomando como inspiração os pressupostos das abordagens metodológicas qualitativa e quantitativa, em consonância com os estudos de caso. Como procedimentos de coleta de dados, foram utilizados os grupos focais com os alunos, questionário com os professores, entrevista com os pais e análise de documentos escolares. À guisa de conclusões provisórias, percebe-se que há autores que defendem a pertinência desse tipo de programa de transferência de renda, como política de “inclusão social”, enfatizando os impactos positivos na qualidade de vida dos beneficiados; outros fazem críticas ao suposto caráter assistencialista e filantrópico do PBF dessas políticas emergenciais, concebendo-as como políticas de “inclusão precária”. Também se verificou uma melhora na qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, principalmente nas situações de saúde, educação e alimentação. Na questão da educação podemos dizer que o PBF incidiu indiretamente, ou seja, oportunizando a frequência do aluno na escola por meio de: roupas, calçados, material escolar e alimentação. Apesar dos avanços obtidos por este programa, destacam-se os limites de sua efetividade (políticas emergenciais), mas ao mesmo tempo ainda deixa em suspenso a necessidade de, em seu lugar, construir políticas estruturadoras que possam permitir a cidadania como projeto em construção, principalmente, no que se refere não apenas ao fim da pobreza extrema, mas ao fim das abissais desigualdades sociais escolares, promovendo, assim, a emancipação social, política e econômica de famílias beneficiadas.

Palavras-chave: Educação. Políticas Públicas e Sociais. Transferência de Renda. Programa Bolsa Família (PBF). Desigualdades Sociais. Pobreza. Inclusão Social. Família.

ABSTRACT

The objective of the present research is to analyze the social representations of the grantee subjects on the impacts of Bolsa Família Program, focusing on school frequency as conditionality. Therefore, indicators are delimited: social situation, the PBF (Bolsa Família Program) and its conditionalities, family, school and the evaluation of the Bolsa Família Program in the user's view. In the theoretical-methodological point of view, the few references of books and journals were used, taking as inspiration the assumptions of qualitative and quantitative approach in line with the case studies. For the data collection procedures, the focus groups with students were used as well as teachers' questionnaire, interviews with parents and analysis of school documents. By way of provisional conclusions, one can see that there are authors who defend the relevance of this type of income transfer program, as a policy of "social inclusion", emphasizing the positive impact on the quality of life of the grantees; others are critical of the supposed welfare and philanthropic of PBF of these emergency policies, conceiving them as policies of "precarious inclusion". It was also verified an improvement in the families quality of life benefiting from the Bolsa Família Program, especially in health situations, education and food. On the issue of education we can say that the PBF focused indirectly, that is, giving the students opportunity to attend school through: clothes, shoes, school supplies and food. Despite the advances achieved by this program, the limits of its effectiveness stands out (emergency policies), yet it still leaves open the need of build in its place structuring policies that would allow citizenship as a project under construction, especially regarding not only the end of extreme poverty, but the end of the school abysmal social inequalities, thereby promoting social, political and economic emancipation of the grantee families.

Keywords: Education. Public and Social Policies. Cash Transfer. Bolsa Família Program (PBF). Social Inequalities. Poverty. Social Inclusion. Family.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias, conceitos, temas, subtemas e palavras-chaves emergidas na coleta de dados	44
Quadro 2 – Composição dos valores dos benefícios para famílias extremamente pobres (renda familiar mensal de até R\$ 70 por pessoa)	77
Quadro 3 – Composição dos valores dos benefícios para famílias pobres (renda familiar mensal de R\$ 70 a R\$ 140 por pessoa).....	78
Quadro 4 – Motivos de baixa frequência escolar	113
Quadro 5 – Projeto Presença: informações sobre matrículas e frequência escolar	116
Quadro 6 – Índice de matrículas, aprovação e reprovação dos alunos beneficiados pelo PBF em 2013	121

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto da cidade de Chapecó	28
Figura 2 – Entrada da E.B.M. Victor Meirelles	29
Figura 3 – Área interna da E.B.M. Victor Meirelles	30
Figura 4 – Área externa da E.B.M. Victor Meirelles	31
Figura 5 – Residência de uma das famílias beneficiadas pelo PBF	32
Figura 6 – Residência de uma família beneficiada pelo PBF.....	33
Figura 7 – Residência de uma das famílias beneficiadas pelo PBF	34
Figura 8 – Área coberta da E.B.M. Victor Meirelles	35
Figura 9 – Recreio do primeiro dia de visita à E.B.M. Victor Meirelles	39
Figura 10 – Charge 1	73
Figura 11 – Charge 2.....	81
Figura 12 – Charge 3.....	85
Figura 13 – Charge 4.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAFE	Associação Catarinense das Fundações Educacionais
ACMARC	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Chapecó
ACT	Admitido em Caráter Temporário
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BPC	Benefício da Prestação Continuada
BVCE	Benefício Variável de Caráter Extraordinário
BVJ	Benefício Variável Jovem
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
CONSAD	Consortio de Segurança Alimentar e desenvolvimento local
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
DF	Distrito Federal
E.B.M.	Escola Básica Municipal
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EUA	Estados Unidos da América
FASC	Fundação de Ação Social de Chapecó
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases

LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NIS	Número de Identificação Social
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de aceleração do crescimento
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFZ	Programa Fome Zero
PISS	Programa de Integração Social
PGRM	Programas de Renda Mínima
PNDU	Programa Nacional de Desenvolvimento Humano
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROERD	Programa Educacional de Resistência às drogas
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTR	Programa de Transferência de renda
RM	Renda Mínima
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SCFV	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEASC	Secretaria Municipal de Assistência Social
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SIELO	<i>Scielo Scientific Eletronic Library Online</i>
SP	São Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: JUSTIFICATIVA, DELIMITAÇÃO E RELEVÂNCIA DA PESQUISA	23
CAPÍTULO I - PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	27
1.1 Abordagem Metodológica.....	27
1.1.1 A caracterização da pesquisa.....	27
1.2 “ <i>Lócus</i> ” da Pesquisa.....	28
1.2.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa.....	31
1.2.2 Procedimentos de Coleta de Dados	35
1.2.3 Os bastidores da Pesquisa.....	38
1.2.4 Procedimentos de Análise dos dados	42
CAPÍTULO II - ESTADO, SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS.....	47
2.1 A relação entre Estado e Sociedade	47
2.2 O surgimento das Políticas Sociais e seus Reflexos na Atualidade	49
2.3 As Políticas Sociais e a Política Pública de Assistência Social... 56	
2.4 Um Breve Histórico dos Programas de Transferência de Renda no Brasil	64
2.5 O Programa Fome Zero e sua relação com o Programa Bolsa Família (PBF).....	68
CAPÍTULO III – O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E AS POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES: FAMÍLIA E ESCOLA.....	73
3.1 Caracterizando o Programa Bolsa Família (PBF)	74
3.2 Perspectivas do Programa Bolsa Família	81
3.3 A Centralidade da Família no Programa Bolsa Família	85
3.4 As Vozes das Famílias Beneficiadas sobre o PBF	93
CAPÍTULO IV – AS DESIGUALDADES SOCIAIS, A POBREZA E A FREQUÊNCIA ESCOLAR COMO CONDICIONALIDADE NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	101
4.1 A Educação no contexto das Desigualdades Sociais.....	101
4.2 A Frequência Escolar como Condicionalidade do PBF: alguns reflexos na permanência e no abandono escolar	108
CONCLUSÕES PROVISÓRIAS: AO FIM E AO CABO, “O QUE REVELAM AS VOZES DOS SUJEITOS E AS REFLEXÕES	

TEÓRICAS SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM RELAÇÃO À FREQUÊNCIA ESCOLAR COMO CONDICIONALIDADE?"	123
REFERÊNCIAS	129
APÊNDICES	141

INTRODUÇÃO: JUSTIFICATIVA, DELIMITAÇÃO E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

A nossa política não se dirige contra nenhum país ou doutrina, mas contra a fome, a pobreza, o desespero e o caos.
George C. Marshall

O interesse pelo tema “Bolsa Família e Educação” surgiu durante as aulas da disciplina de Educação e Diversidades Socioculturais, dos debates e leituras por ela proporcionados e da exposição permanente do Programa Bolsa Família na mídia escrita e televisiva. Elegido o tema, percorri alguns trajetos em busca do "estado do conhecimento" produzido nos últimos anos, principalmente, nos bancos de dados e portais (CAPES, SCIELO entre outros).

Busquei no Portal da Capes três teses para nortear os estudos, a saber: *“Influências das Políticas Públicas e Programas Sociais de Combate à Pobreza no Desempenho Econômico e Social de Municípios Selecionados do Estado de Mato Grosso do Sul no período de 2000 a 2010”*, de Adriana Rochas de Carvalho Fruguli Moreira; *“O programa bolsa-família e o trabalho infantil no Brasil”*, de Aracy Alves de Araújo; e *“Entre o Assistencialismo e a Emancipação: uma análise das relações entre Estado e Sociedade civil a partir das experiências do Programa Bolsa Família no entorno do Distrital Federal”*, de Ana Lúcia Figueiró.

A busca nos portais tinha como objetivo investigar quais eram os trabalhos que haviam sido produzidos sobre a problemática do Programa Bolsa família. Paralelamente a esse movimento fui em busca de outras fontes documentais oficiais e não oficiais. Diante das informações, o desafio constante foi sempre o de transformar o "tema" em "problema", considerando que o tema está na "ordem do dia", tanto no senso-comum acadêmico e político, da mídia, quanto cotidiano das pessoas.

Deste modo, fui, paulatinamente, transformando um mero tema num problema concreto, delimitando em princípio o estudo para um problema mais genérico: a educação como condicionalidade. No entanto, considerando que educação como condicionalidade engloba outros aportes e aspectos, tais como aprovação, reprovação, permanência, rendimento escolar e outros. Sendo assim, devido a evidências empíricas, houve a necessidade de delimitação do problema, cuja formulação é: *“As vozes dos sujeitos e as repercussões do*

Programa Bolsa Família com foco na frequência escolar como condicionalidade”.

Desse modo, construí o problema de pesquisa, tendo como foco de inspiração a Linha de Pesquisa n. 2 do Mestrado em Educação da Unochapecó: “Desigualdades sociais, diversidade socioculturais e práticas educativas”. Concomitantemente a esse processo, fui lançando mão do “estado da arte” sobre o tema e ao mesmo tempo buscando os nexos com a linha de pesquisa. Aqui, percebi que nos governos Lula e Dilma (2003-2014) houve um maior incentivo aos programas de transferência de renda, os quais têm como intencionalidade a “inclusão social” e a promessa de até 2014 acabar com a “pobreza extrema”¹ no Brasil.

Em meio a todo o processo de construção do objeto de estudo, tomei ciência dos chamados “programas de transferência de renda”, cujo “carro-chefe” é o Programa Bolsa Família (PBF), e que atualmente tem sido considerado a bandeira do governo Dilma (2014), como forma de redução da desigualdade e do alívio imediato da pobreza. Em 2004, o PBF foi criado, ampliando o atendimento bem como os valores dos benefícios dos programas federais anteriormente existentes, no governo de FHC (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação), constituindo-se no maior programa de transferência condicionada de renda da América Latina.

A consulta aos bancos de dados e portais revelou que, apesar de tudo que já foi produzido, há a necessidade de ouvir os sujeitos beneficiados pelo PBF em nosso município (Chapecó), identificando as repercussões do programa com foco na frequência escolar como condicionalidade. O processo de construção do problema mostrou que, em linhas gerais, a questão da “Bolsa família e as condicionalidades na

¹ Dilma Rousseff afirmou que a grande preocupação de seu governo é com a chamada pobreza extrema e que está comprometida em acabar com a miséria até 2014. “Temos uma preocupação com a pobreza extrema. Ninguém nos respeitará se deixarmos uma parte do nosso povo em condição de pobreza extrema”, disse a presidente, durante cerimônia no município do Piauí. De acordo com ela, setecentas mil pessoas já saíram da pobreza extrema só no Piauí. A presidente ressaltou que milhares de brasileiros já saíram da pobreza em 2012 e que neste ano será possível erradicar a pobreza na maioria dos estados. Dilma reafirmou que tem compromisso com a educação. “Tenho uma teima em melhorar a educação do nosso País. Eu acredito que a educação é fundamental”, disse. A presidente ressaltou que haverá oportunidade de emprego para quem tiver o ensino médio e que o governo pretende construir mais seis escolas técnicas no Estado até 2014 (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2013 a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia>>. Acesso em: 27 fev. 2013).

frequência escolar" já vem sendo investigada, porém o presente estudo justifica-se pelo fato de delimitar o problema, considerando as questões e demandas das políticas sociais e educacionais do entorno, configurando-se um estudo inovador, ou "a pesquisa como estratégia de inovação educativa", conforme afirma Gamboa (2012). Isso se verifica pelo fato de cobrir lacunas e, de forma exploratória, lançar indicações e pistas para a realização de outras pesquisas sobre a problemática na região Oeste e, conseqüentemente, no estado de Santa Catarina.

O problema da pesquisa em questão está centrado na seguinte pergunta-problema ou "pergunta-síntese" (GAMBOA, 2012): "*O que revelam as vozes dos sujeitos das famílias beneficiadas do Programa Bolsa Família em relação à frequência escolar como condicionalidade?*" Baseado nessa pergunta de partida, o objetivo geral era *analisar as percepções dos sujeitos beneficiados sobre as repercussões do Programa Bolsa Família com foco na frequência escolar como condicionalidade*. As questões abaixo discriminadas se desdobram nas questões de pesquisa:

- Que mudanças efetivas o PBF trouxe para as famílias beneficiadas?
- Quais os sentidos e significados atribuídos em relação ao cumprimento das condicionalidades do PBF?
- O PBF garante a frequência e permanência dos alunos beneficiados na escola?

A dissertação é composta por quatro capítulos, a saber: o capítulo I, denominado *Procedimentos teórico-metodológicos, apresenta a pesquisa*, centra-se na abordagem metodológica. O capítulo II, que se chama *Estado, Sociedade, Políticas Públicas e Sociais*, busca analisar o papel do Estado e sua relação com a sociedade civil, apresenta um breve resgate histórico e conceitual sobre Estado, Sociedade, Política Pública e Social. O capítulo III, *O Programa Bolsa Família (PBF) e sua aproximação: escola e família*, caracteriza o programa, apresenta as possíveis aproximações entre a família e a escola, apresenta reflexões sobre algumas perspectivas do PBF, além de dar voz às famílias beneficiadas. Para finalizar, o capítulo IV, *Desigualdades sociais, a pobreza e a frequência escolar como condicionalidade no Programa Bolsa Família*, busca responder questões relativas à frequência escolar como condicionalidade no âmbito das desigualdades sociais e educacionais.

CAPÍTULO I - PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

1.1 Abordagem Metodológica

1.1.1 A caracterização da pesquisa

A pesquisa, entendida como a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade, vincula pensamento e ação. Minayo (1999, p. 17) considera que “[...] *nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática*” (grifo meu), ou no dizer de Wright Mills (1983, p.17), em seu livro *A imaginação sociológica*, “*problemas de relevância pública*”.

A presente investigação pode ser definida como uma pesquisa qualitativa de estudo de caso, baseada em alguns elementos do estudo de caso etnográfico. Minayo (2010, p. 57) define o método qualitativo como aquele capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo estas últimas tomadas, tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas.

Segundo Merriam (1988, p. 9), o estudo de caso pode ser definido como o exame de um fenômeno específico, tal como um programa, um acontecimento, uma pessoa, um processo, uma instituição, ou um grupo social. O que o diferencia de outros desenhos e formatos metodológicos é o fato de se situar numa unidade, ou um sistema integrado que se visa conhecer na sua globalidade: pessoa, acontecimento ou organização (STAKE, 1978, p. 2).

Como expressa André (1995, p. 30), a inspiração em alguns pressupostos do estudo de caso etnográfico surgiu mais recentemente, com uma concepção específica: a aplicação da “abordagem etnográfica ao estudo de caso”, isto é, no âmbito da abordagem interpretativa de pesquisa e dentro da perspectiva etnográfica de pesquisa.

André (1995, p. 51-52) ressalta que a metodologia de estudo de caso etnográfico é indicada quando a preocupação for com a compreensão e descrição do processo, quando o foco de interesse for um fenômeno contemporâneo que esteja ocorrendo numa situação de vida real, ou seja, podemos dizer que o estudo de caso etnográfico deve ser usado: quando se está interessado numa instância particular; quando se

deseja conhecer profundamente essa instância particular em sua complexidade e em sua totalidade.

Em relação à etnografia, ela impõe uma orientação de olhar investigativo para os símbolos, as interpretações, as crenças e valores que integram a vertente cultural das dinâmicas da ação que ocorrem nos contextos escolares. Não é uma questão de método o que distingue a etnografia de outros tipos de investigação, é o enfoque, a perspectiva ou orientação, ele impõe a adoção de um desenho investigativo e sugere o emprego de métodos convergentes com tal orientação.

Dessa forma a etnografia visa aprender a vida, tal qual é cotidianamente conduzida, simbolizada e interpretada pelos atores sociais nos contextos de ação (SARMENTO apud ZAGO; CARVALHO; VILELA, 2011, p. 152-153).

1.2 “Lócus” da Pesquisa

O “lócus” da pesquisa é o município de Chapecó, especificamente a Escola Básica Municipal Victor Meirelles.

O Município de Chapecó, com aproximadamente 200 mil habitantes, ocupa uma posição central em relação aos grandes centros consumidores do MERCOSUL. É referência nacional na produção de carne suína, de frango e derivados, por ser sede das principais agroindústrias do País, e, também, na fabricação de máquinas e equipamentos para a agroindústria.

Figura 1 – Foto da cidade de Chapecó



Fonte: acervo da autora, Chapecó, 2014.

O aumento considerável das facilidades para implantar empresas na cidade vem diversificando a economia, com destaque para os setores de prestação de serviços, metalmecânica, moveleiro, plásticos, transportes, bebidas, biotecnologia, industrialização de carnes, softwares, confecções, instituições educacionais e outros.

Sua população cresce aceleradamente, assim como sua economia.

A escolha da Escola Básica Municipal Victor Meirelles deve-se a ela ter o maior número de alunos vinculados ao Programa Bolsa Família (PBF) das escolas municipais de Chapecó, facilitando a aproximação com a realidade chapecoense.

A Escola Básica Municipal Victor Meirelles fica localizada na Rua São João Batista, n. 140-D, no bairro São Pedro. O bairro São Pedro surgiu após um despejo da fazenda Bertaso, em que os colonos foram excluídos do centro da cidade de Chapecó.

Segundo populares, o nome do bairro surgiu após uma promessa feita por um dos moradores, que pediu para o Santo São Pedro um emprego e, quando conseguiu, deu um santinho para a comunidade, daí o nome São Pedro.

A Escola Básica Municipal Victor Meirelles foi criada em 24 de março de 1970, como Escola Reunida do Bairro São Pedro, obteve autorização para oferta de 5ª a 8ª série, na qual passou a se denominar Escola Básica Victor Meirelles e, em 1998, passou a oferecer Educação de Jovens e Adultos.

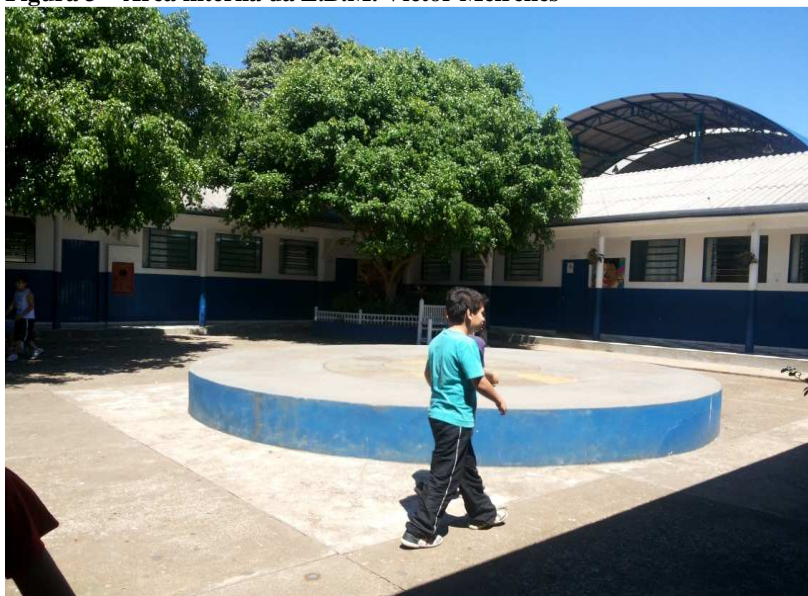
Figura 2 – Entrada da E.B.M. Victor Meirelles



Fonte: acervo da autora, Chapecó, 2014.

Atualmente, a E.B.M. Victor Meirelles atende em dois turnos: no matutino, são aproximadamente 260 alunos divididos em 12 turmas, de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental; no turno vespertino, são 220 alunos divididos em nove turmas do 1º ao 6º ano do Ensino Fundamental; atende ainda alunos que possuem necessidades especiais na sala de recursos, e promove o projeto Resgate, para os alunos com dificuldade de aprendizagem.

Figura 3 – Área interna da E.B.M. Victor Meirelles



Fonte: acervo da autora, Chapecó, 2014.

Observando o PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola e o entorno dela, percebo que as crianças, os jovens e suas famílias estão imersos na pobreza, com baixa qualidade de vida no que se refere às condições objetivas e básicas de vida (moradia precária, alimentação limitada, sem lazer). Esse fato leva-os a viver “incluídos” no cotidiano de violência, tráfico de drogas e marginalidade.

Figura 4 – Área externa da E.B.M. Victor Meirelles



Fonte: Acervo da autora, Chapecó, 2014.

1.2.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Os professores

O quadro de professores da E.B.M. Victor Meirelles é formado por 56 professores, sendo a maioria mulheres e ACTs. São profissionais graduados e pós-graduados em diversas áreas do conhecimento, que trabalham três turnos para sobreviver, financeiramente falando.

Educadores que desde muito cedo tiveram que trabalhar durante o dia para pagar seus estudos durante a noite. Alguns professores, mais “críticos ou desanimados” com sua condição socioeconômica, dizem ser contra o Programa Bolsa Família, devido à acomodação das famílias beneficiadas.

Os educadores utilizam a criatividade e os materiais alternativos para manter a ordem, o envolvimento e a frequência dos alunos. Diariamente estão resolvendo conflitos internos e externos relacionados à briga de alunos, ausência das famílias no ambiente escolar, venda e uso de drogas, entre outros.

Os professores sentem-se inseguros na escola, devido ao entorno dela, sendo frequente o conflito entre polícia e traficantes, sem contar os roubos, assassinatos e ameaças de morte.

Os pais

As famílias beneficiárias da E.B.M. Victor Meirelles em sua maioria são lideradas por mulheres, na faixa etária de 25 a 50 anos. No que tange à educação, a maioria das mães estudaram entre a primeira série e a sétima série do Ensino Fundamental. Isso demonstra que as mães beneficiadas foram crianças/adolescentes que, em um dado momento de suas vidas, interromperam os estudos para trabalhar ou cuidar da família.

Figura 5 – Residência de uma das famílias beneficiadas pelo PBF



Fonte: Acervo da autora, Chapecó, 2014.

São mulheres casadas, amigadas, separadas e ou solteiras, com o número de filhos entre dois e nove. Elas trabalham como catadoras, faxineiras, diaristas, artesãs, estagiárias e são essas mães que tomam conta da casa, dos filhos, e trazem o sustento do lar.

A situação do mercado de trabalho é um ponto importante a ser destacado e um grande desafio, pois a maioria dos responsáveis pelo recebimento do benefício atualmente se encontram fora do mercado de trabalho formal, atuando como catadores de material reciclável na cooperativa de reciclagem Vida Nova Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Chapecó (ACMARC), ou na oficina de reciclagem Verde Vida.

Figura 6 – Residência de uma família beneficiada pelo PBF



Fonte: Acervo da autora, Chapecó, 2014.

As famílias sofrem por causa da violência gerada pelo tráfico e uso de drogas. Em relação ao ambiente em que vivem: o saneamento e o abastecimento de água são precários, as moradias são mistas (construídas de tijolos e/ou madeira) e aproximadamente 10% das famílias têm suas casas feitas de materiais reaproveitados.

A coleta de lixo é realizada pelo serviço público, mas há muito lixo a céu aberto, porque as famílias o acumulam no pátio das casas para depois vender, atraindo muitos vetores e roedores.

Figura 7 – Residência de uma das famílias beneficiadas pelo PBF



Fonte: Acervo da autora, Chapecó, 2014.

As crianças

Quanto às crianças, procuramos dar voz a elas, considerando-as como sujeitos da história e da cultura. Sujeitos que fazem história e cultura. Sujeitos "portadores de crítica social" (MARTINS, 1993, p. 17). Isso posto, justifica-se a preocupação com as representações sociais e o imaginário das crianças, considerando-as como sujeitos ativos da vida social e, nesse sentido, capazes de emitir valores e representações sobre o PBF e suas relações com o cotidiano da escolarização.

Figura 8 – Área coberta da E.B.M. Victor Meirelles



Fonte: Acervo da autora, Chapecó, 2014.

1.2.2 Procedimentos de Coleta de Dados

O design da investigação, no que diz respeito aos instrumentos de coleta de dados, utilizou a técnica de observação (com as crianças/jovens, pais e professores), entrevista semiestruturada (com os pais), o grupo focal (com as crianças/jovens), questionário (com os professores) e a análise de documentos (índices de matrículas, evasão, aprovação e reprovação).

Iniciei com a técnica de observação, a qual ocupa um lugar privilegiado na pesquisa educacional, pois permite descobrir, por meio do contato direto do observador com o objeto estudado, suas particularidades. Raymond Gold (1958, *apud* MINAYO, 2010, p. 280-282) propõe quatro situações teoricamente possíveis: *Participante total*; *Participante como observador*; *Observador como participante* (um modo de observação formal, em curto espaço de tempo); *Observador Total*.

Das quatro opções apresentadas por Raymond Gold (1958, *apud* MINAYO, 2010, p. 280-282), optei em ser uma **observadora como participante**, devido ao tempo restrito da pesquisa e por ser uma

estratégia complementar ao uso da entrevista, pois, à medida que o observador acompanha no local as experiências dos sujeitos, aumenta a expectativa de compreender a visão de mundo dos sujeitos envolvidos na pesquisa, ou seja, o significado que eles atribuem à realidade que os envolve e às suas ações.

As observações foram realizadas durante as chegadas e saídas dos alunos na escola, recreios, aulas e atividades esportivas. Tais observações foram registradas em um diário de campo, com o intuito de auxiliar nas reflexões.

Com as crianças e jovens realizei o grupo focal, de acordo com Minayo (2010, p. 269), o grupo focal se constitui em um tipo de entrevista ou conversa em grupos pequenos e homogêneos. O trabalho é planejado, pois visa obter aprofundamento e interação entre os participantes, seja para gerar consenso, seja para explicitar divergências.

O procedimento metodológico do grupo focal é derivado das diferentes formas de trabalho com grupos, privilegiando a seleção dos participantes conforme o problema em estudo. Segundo Morgan e Krueger (1993) e Gatti (2005), a pesquisa com grupos focais tem por objetivo captar, a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentidos, atitudes, crenças, experiências e reações, de um modo que não seria possível com outros métodos.

Os grupos focais foram realizados em três dias, posto que 50 alunos foram convidados a participar (5º ao 9º ano) e 16 estiveram presentes no encontro.

Os alunos foram divididos em três grupos de acordo com o critério idade (11/12, 13/14 e 15 anos). Os encontros foram iniciados com uma dinâmica de apresentação, e, em seguida, foi realizada a oficina de contação de histórias, baseada na história *Tecendo o amor*, da autora Márcia Honora, da Editora Ciranda, a qual relata a história de dona Filomena, uma aranha que se sentia dividida entre as ocupações do trabalho e o cuidado de seus filhos, como forma de introduzir a temática do PBF; posteriormente foram apresentados os objetivos da pesquisa, o tema em questão e a dinâmica da “caixa mágica”².

² A dinâmica da “caixa mágica” é desenvolvida da seguinte maneira: formamos um círculo apenas com as cadeiras, colocamos uma música de fundo, a caixa com perguntas é passada de mão em mão, quando a música para, quem estiver com a caixa retira uma pergunta, responde-a e escolhe mais dois participantes para responder a mesma pergunta (as perguntas estão no roteiro do grupo focal).

Os depoimentos obtidos com o grupo focal foram transcritos e organizados no anexo 01.

Com os pais, realizei uma entrevista semiestruturada. A entrevista semiestruturada combinou questões abertas e fechadas, em que o entrevistado teve a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem prender-se na indagação formulada. A entrevista forneceu dados primários e secundários, além de ser uma forma privilegiada de interação social. Szymanski (2011, p. 12) menciona que a entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana, em que estão em jogo as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado.

Diante da dificuldade em trazer os pais à escola, 80 famílias foram convidadas a participar da entrevista mediante convite, dessas, 10 se dispuseram a participar.

Segundo Minayo (2010), em uma abordagem qualitativa é menos preocupante a generalização, e sim o aprofundamento e abrangência da compreensão, seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política, seja de uma representação. O critério, portanto, não é numérico. Podemos considerar uma amostra ideal aquela capaz de refletir a totalidade nas suas múltiplas dimensões.

O processo de entrevista foi árduo, e a entrada na comunidade foi complicada. Por intermédio do entrevistado 01, tive a permissão para chegar às residências. As entrevistas foram realizadas em horário comercial (entre dezembro de 2013 a março de 2014).

Os encontros foram agendados previamente, mas várias foram as tentativas até a conquista da entrevista, devido à agenda de trabalho dos pais.

O primeiro contato com a família beneficiada foi para apresentação da pesquisa e agendamento dela. Em um segundo momento, foi realizada a entrevista, iniciada informalmente, como um “bate-papo”. O entrevistado contou um pouco da sua vida, como forma de “quebrar o gelo”, instaurar a confiança. Quando o clima estava menos tenso partimos para o roteiro de entrevista. Os depoimentos dos entrevistados foram transcritos e organizados nos anexos 02.

Em relação aos professores, a dificuldade foi ainda maior, todos tinham muita resistência em participar da pesquisa, alegavam que 2013 foi um ano difícil, devido à greve e à reposição das aulas. Diante do pouco tempo e da resistência dos professores, precisei transformar o grupo focal em um questionário para a coleta de dados. Segundo Chizzotti (2001, p. 55,) o instrumento de coleta chamado questionário

[...] consiste em um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre o assunto que os informantes saibam opinar ou informar.

O questionário foi entregue para 30 (trinta) professores, para ser levado para casa e devolvido no dia seguinte, apenas 07 (sete) retornaram. Como se trata de uma pesquisa qualitativa, o mais relevante é a profundidade das respostas.

O questionário estava dividido em dois blocos de perguntas, com a aplicação de questões abertas e fechadas, acessíveis e de fácil compreensão. Os depoimentos obtidos com o questionário foram transcritos e organizados nos anexos 03 e 04.

Para finalizar a coleta de dados foi feita a análise de documentos. A produção de documentos nas escolas é um componente essencial do cotidiano, deste modo o investigador possui um manancial de informações (SARMENTO apud ZAGO, CARVALHO, VILELA (org.), 2011, p. 163).

Diante de alguns conflitos motivados pelo tráfico de drogas, brigas e desavenças, no ano de 2013, entre a comunidade e a escola, foi necessário, em 2014, transferir para outras escolas alguns professores, a secretária, o coordenador pedagógico e a direção. Assim, os profissionais que assumiram a secretaria da escola desconheciam o paradeiro dos documentos referente ao PBF, sendo necessária a busca dos materiais no arquivo morto. Na busca, encontrei alguns indicadores de matrículas, frequência, evasão escolar, aprovação e reprovação, os quais são apresentados nos anexos 05 e 06.

1.2.3 Os bastidores da Pesquisa

A fase exploratória foi fundamental para a construção desta dissertação. Primeiramente foi feita uma visita à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEASC), onde recebi orientações sobre o funcionamento do Programa Bolsa Família e sobre as famílias beneficiárias. Como o foco era a frequência escolar como condicionalidade, identificamos a escola municipal que possuía o maior

número de alunos vinculados ao PBF, nesse contato recebi a autorização para fazer a primeira visita à escola.

Identificada à escola, fui a campo.

Primeiro dia de visita à escola: novembro de 2012, cheguei na hora do intervalo e havia muitos policiais na frente da escola. Fiquei assustada com a movimentação. Entrei e pedi à servente para conversar com o diretor, ela disse que eu deveria aguardar na área coberta, que assim que o diretor pudesse, ele me atenderia. Aguardei duas horas e não fui atendida.

Figura 9 – Recreio do primeiro dia de visita à E.B.M. Victor Meirelles



Fonte: Acervo da autora, Chapecó, 2013.

Percebi o clima de tensão e medo que envolvia os funcionários da higienização. Perguntei a uma servente o que tinha acontecido e ela relatou que, no início daquela manhã, uma turma das séries finais do Ensino Fundamental teve uma palestra sobre prevenção ao uso de drogas com um policial do grupo PROERD, durante a palestra um adolescente de 14 anos (segundo ela, traficante) afrontou o policial com insultos, que deu voz de prisão ao aluno em sala de aula.

Como disse a servente, “foi instaurada a guerra”: o aluno telefonou para a sua “gangue” e aproximadamente 30 adolescentes tentaram invadir a escola para linchar o policial. O diretor percebeu rapidamente a movimentação no entorno da escola e chamou a polícia

especial. Eram mais de 45 policiais com armas de grosso calibre para retirar o policial palestrante da escola. E eu havia chegado há poucos minutos do ocorrido. Percebi que não havia clima e fui embora.

Segundo dia de visita à escola: fui à escola e só estava o guarda, ele disse que, devido ao ocorrido no dia anterior, as aulas tinham sido suspensas por três dias para providências. Nesse momento tive vontade de desistir, mas a minha inquietude se transformou em coragem e na semana seguinte retornei à escola.

Terceiro dia de visita à escola: encontrei o diretor cuidando do recreio, apresentei-me e pedi para conversarmos. Na conversa expliquei o projeto de pesquisa e o diretor me levou para conhecer as dependências da escola. Estavam todos ainda muito assustados com os últimos acontecimentos, ele sugeriu que eu retornasse em abril de 2013, assim os alunos estariam adaptados com a escola e com os professores. E assim foi.

Quarto dia de visita à escola: em 2013 retornei à escola para iniciar as observações. Recebi da secretaria da escola um relatório com o nome e turma dos alunos vinculados ao Programa Bolsa Família. Com a autorização, assisti às aulas. Percebi o “jogo de cintura” que os professores tinham durante as aulas. Entre ensinamentos e ameaças as aulas corriam. Entre brigas e acertos um conhecimento ou outro. Os dias se passavam e os conflitos eram constantes. Os professores ficavam com os nervos “à flor da pele”, tinham muita paciência e medo.

Visualizei alguns pais dos alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental que levavam os filhos para a escola e os entregavam aos professores, com muito zelo e cuidado, e a maioria dos alunos vinham para a escola sozinhos ou em pequenos grupos. Passei a ser conhecida na escola como a “professora estagiária”. Foram três meses de visitas semanais em dias e turnos alternados. Essas visitas foram suspensas devido à greve municipal dos servidores.

Em novembro de 2013 tudo foi reestabelecido, época de iniciar a coleta de dados contra o tempo, pois o ano estava findando. Iniciei com o grupo focal (alunos), em uma semana enviei o convite e a autorização e na outra semana realizei os encontros no contra turno dos alunos.

No primeiro dia de encontro, conheci o entrevistado 01, mãe de um dos alunos participantes. Ela foi para a escola com muita desconfiança e com medo de perder o benefício, sentamos e conversamos por mais de meia hora; na conversa expliquei quem eu era e o que estava fazendo. Ela entendeu e deixou o filho participar. Os encontros foram um sucesso.

Ao mesmo tempo em que realizava o grupo focal, estava em contato com os professores, convidando-os a participar da pesquisa, infelizmente com eles não tive o mesmo êxito. Os professores estavam cansados, estressados e frustrados com as reposições de aulas. Eles não tinham tempo para colaborar com a pesquisa, então transformei o roteiro do grupo focal em um questionário para cada professor responder em casa e entregar no dia seguinte, poucos devolveram, alguns alegaram não ter respondido ou ainda dizendo ser: “só mais uma pesquisa, e que nada mudaria”.

Por intermédio dos alunos, consegui o endereço das famílias para realizar a entrevista. Fui a campo, com muita vontade, passei uma tarde andando entre as vielas, sem encontrar nenhuma família em casa, apenas as crianças.

Percebi que os pais saíam cedo para trabalhar e só retornavam à noite. Enquanto isso, os filhos mais velhos tinham como tarefa cuidar da casa, de si e dos irmãos menores. Várias casas visitadas não tinham nenhum adolescente para cuidar das crianças, elas brincavam descalças na rua de chão, diziam não ter pai e que a mãe saía cedo para trabalhar e só voltava à noite: durante tal período, de manhã eles frequentavam a escola, comiam pão ao meio-dia e brincavam por toda a tarde na rua, um cuidando do outro.

Depois de dois dias retornei à escola, com a intenção de visitar as famílias, mas com o medo de não encontrá-las novamente. Encontrei a entrevistada 01 na porta da escola e ela pediu como estavam as coisas, contei a ela que não tinha conseguido nenhuma entrevista. Ela se propôs a me ajudar e foi por intermédio dela que consegui as entrevistas.

Nos últimos dias de aula de 2013, houve outro confronto entre traficantes na porta da escola, alguns professores acolheram os alunos dentro da escola e foram ameaçados de morte. Em 2014, esses profissionais foram transferidos para outras escolas.

Inicia-se 2014 com um novo quadro de professores, diretores, coordenadores e secretarias. Nesse período, eu estive na escola para analisar os documentos referentes aos alunos beneficiários (número de matrículas, frequência escolar, aprovação e reprovação). Entrei em contato com a secretaria municipal de educação e recebi autorização para vasculhar o arquivo morto da escola. Foram vários dias observando e analisando os documentos encontrados. Alguns dados não foram registrados, devido aos atropelos do ano anterior.

Após a imersão no “chão da escola e nas vielas do bairro”, posso dizer que muitas das minhas percepções foram modificadas, pois é impossível viver tudo isso e continuar a mesma pessoa. Isso porque o

“preconceito” que envolve o Programa Bolsa Família só pode ser compreendido quando vivido na pele, na sua real necessidade.

1.2.4 Procedimentos de Análise dos dados

Segundo Minayo (2010, p. 229) a análise de dados é o processo de formação de sentido além dos dados, e tal formação se dá consolidando, limitando e interpretando o que as pessoas disseram e o que o pesquisador viu e leu, isto é, o processo de formação de significado. A análise dos dados é um processo complexo que envolve retrocessos entre dados pouco concretos e conceitos abstratos, entre raciocínio indutivo e dedutivo, entre descrição e interpretação. Os significados ou entendimentos constituem a constatação de um estudo.

A autora supramencionada chama a atenção para três obstáculos a uma análise eficiente em pesquisa qualitativa. O primeiro diz respeito à *ilusão do pesquisador em ver as conclusões*, à primeira vista, como “transparentes”, ou seja, pensar que a realidade dos dados, logo de início, se apresenta de forma nítida a seus olhos. Essa ilusão pode levar o pesquisador a uma simplificação dos dados, conduzindo-o a conclusões superficiais ou equivocadas. O segundo obstáculo se refere ao fato de o *pesquisador se envolver tanto com os métodos e as técnicas a ponto de esquecer os significados presentes em seus dados*. E o terceiro limitador para uma análise mais rica da pesquisa relaciona-se à *dificuldade que o pesquisador pode ter em articular as conclusões que surgem dos dados concretos com conhecimentos mais amplos ou mais abstratos*. Esse fato pode produzir um distanciamento entre a fundamentação teórica e a prática da pesquisa.

Dentre as várias técnicas de análise de dados na pesquisa qualitativa, Minayo (2010, p. 303) apresenta três modalidades de análise: Análise de Conteúdo, Análise do Discurso e a Análise Hermenêutica-Dialética. Dessas, optei pela Análise do Conteúdo, que diz respeito à técnica que permite tornar replicáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos.

Existem várias modalidades de Análise de Conteúdo, dentre as quais optamos pela “análise temática”, considerada apropriada para as investigações qualitativas em educação (MINAYO, 2010). Minayo (2010, p. 316-318) divide a análise dos dados em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos, etapa na qual também acontece a interpretação dos dados. A “[...] pré-

análise consiste na escolha dos documentos a serem analisados e na retomada das hipóteses e dos objetivos iniciais da pesquisa.” (MINAYO, 2010, p. 316). A pré-análise pode ser decomposta nas seguintes tarefas: “leitura fluente” (o pesquisador toma contato direto e intenso com o material de campo, deixando-se impregnar pelo seu conteúdo), “constituição do corpus” (diz respeito ao universo estudado em sua totalidade – exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência); e “formulação e reformulação de hipóteses e objetivos” (retomada da etapa exploratória, tendo como parâmetro da leitura exaustiva do material as indagações iniciais) (MINAYO, 2010, p. 316-317).

A segunda etapa é denominada de “exploração do material”, que consiste em uma operação classificatória que visa a alcançar o núcleo de compreensão do texto. Busca-se encontrar “categorias que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado”. Primeiramente, recorta-se o texto em unidades de registro que podem se constituir de palavras, frases, temas, indicados como relevantes na pré-análise. Depois, escolhem-se regras de contagem. Por último, realiza-se “[...] a classificação e a agregação de dados, escolhendo as categorias teóricas ou empíricas, responsáveis pela especificação dos temas.” (MINAYO, 2010, p. 317-318).

A terceira e última etapa é denominada de “tratamento dos resultados obtidos e interpretação”. Nessa etapa os dados brutos são submetidos a operações estatísticas simples, para que se possa propor inferências e realizar as interpretações (MINAYO, 2010, p. 318).

Contudo, as vantagens que a pesquisa qualitativa oferece no âmbito da educação permitem conhecer a realidade em uma dimensão que o fator humano apresenta em sua realidade. Como mencionamos anteriormente, para realizar a análise dos dados qualitativos aplicamos o recurso de análise do conteúdo (análise temática), buscando extrair, das respostas coletadas com os alunos, familiares e professores, os elementos necessários para responder ao problema de pesquisa: *“O que revelam as vozes dos sujeitos das famílias beneficiadas do Programa Bolsa Família em relação à frequência escolar como condicionalidade?”*

A construção da categorização dos dados levou em consideração o entrelaçamento e a tensão dialética entre categorias operacionais e empíricas. Assim, as categorias operacionais (políticas públicas e sociais, Bolsa Família, Inclusão, etc.) e empíricas, ou evidências empíricas, permitiram o surgimento de conceitos, temas e subtemas

relacionados direta ou indiretamente ao objeto de estudo, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Categorias, conceitos, temas, subtemas e palavras-chaves emergidas na coleta de dados

Conjuntura	PBF e Condicionalidades	Família	Escola/ Educação
Políticas sociais e públicas	Inclusão social	Ajuda financeira	Drogas
Transferência de renda	Exclusão social	Consumo	Rua
Capitalismo	Assistência Social	Alimentação	Criminalidade
Neoliberalismo	Renda	Vestuário	Frequência escolar
Globalização	Escola	Luz e água	Consumo
Desemprego estrutural	Qualificação profissional	Mães – chefes de família	Trabalho infantil
Emprego informal	Direitos	Baixa escolaridade	Tarefas escolares
Pobreza	Deveres	Despesas de casa	Obrigações
Fome	Comodismo	Poder de compra	Alimentação, vestuário,
Miséria	PERDA do benefício	Alimentação	material escolar
Desigualdades sociais	Recadastramento	Vestuário	Inserção social
Lula	Baixa escolaridade	Luz e água	Qualificação profissional
Fernando Henrique Cardoso		Necessidades básicas	Perspectiva de futuro
		Escola	Autoestima
		Qualidade de vida	Desempenho escolar
		Discriminação	Aprendizagem escolar
		Ajuda financeira	Controle Escolar
		Trabalho infantil	Analfabetismo
		Obrigações	
		Preconceito	
		Dignidade	
		Autoestima	
		Consumo	

Fonte: Registro da autora.

Para dar consistência à abordagem teórica desta dissertação, fiz uma reflexão sobre a produção bibliográfica na literatura existente (teses, dissertações, periódicos, livros, reportagens de revistas e jornais)

sobre o fenômeno da “transferência de renda”, que se converteu no Programa Bolsa Família. Identifiquei as categorias, conceitos, temas, subtemas e palavras-chaves encontrados na coleta de dados, o que será apresentado nos capítulos a seguir.

Não se trata de um amontoado de ideias de autores e suas teorias/conceitos, sem nenhuma delimitação e contextualização do problema de pesquisa.

A abordagem teórica é constituída considerando a importância no processo investigativo das indicações bibliográficas que levem em consideração a importância da presença, na pesquisa, da definição de termos que possam, na medida do possível, abarcar teorias, conceitos, pressupostos e categorias.

“Trata-se de tomar o ser como uma realidade relacional e em movimento, pois os conceitos/categorias não são realidades reduzidas à coisa dada e com funções necessárias colocadas à natureza de determinada coisa”, ou seja, “[...] a teoria é a linguagem privilegiada, já que é a possibilidade sempre renovada de ruptura do mundo empírico-sensível” (JANTSCH, *apud* BIANCHETTI; MEKSENAS, 2008, p. 48-49).

CAPÍTULO II - ESTADO, SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS

2.1 A relação entre Estado e Sociedade

Este capítulo tem como objetivo analisar o papel do Estado³ e sua relação com a sociedade civil⁴. Isso implica compreender a dinâmica das relações sociais, uma vez que o Estado em contextos sociais, econômicos e políticos distintos pode ora assumir características restritas (voltado para o interesse de uma única classe), ora ampliadas (aberto a interesses de diferentes segmentos da sociedade civil). Tais reflexões são de suma relevância, principalmente quando está em pauta a problemática relativa às políticas de distribuição de renda, isto é, o Programa Bolsa Família (PBF). Neste sentido, ao se pensar o papel do Estado e as políticas que por ele são gestadas, não se pode olvidar da multidimensionalidade e complexidade da problemática da distribuição de renda, considerando que

O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais-valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerado como mera insuficiência de renda é também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços

³ *Estado*: não existe uma única definição. Para o liberalismo burguês, é a nação juridicamente organizada. Sem distinções de classes, nos representaria a todos por igual. Para o marxismo, é cristalização institucional de determinadas relações sociais de força: por isso defende uns, contra outros e tem um conteúdo de classe. O exercício permanente de *poder do Estado* (independentemente de quem seja o presidente e de qual partido esteja no governo) tem um *conteúdo de classe* outorgado pelo setor social que detém o poder. Não está sujeito a eleições, não se vota. A única maneira de alterar o conteúdo de classe de um Estado é mediante uma revolução. O poder do Estado vem acompanhado de instituições hegemônicas (BOTTOMORE, 1983).

⁴ Para uma maior compreensão do conceito de sociedade civil, ver capítulo IV – item 3 do livro *Políticas Sociais de Potyara*, de A. P. Pereira (2011, p. 149- 162).

básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não a participação social e política. (SILVA; SIVA, 2010).

Existem diferentes doutrinas, teorias ou concepções que definem o Estado, sendo assim, é uma arena de conflitos de interesse. Os diferentes modelos institucionais de Estado no decorrer de nossa história estão assentados na ideia de “Poder”, configurando combinações institucionalizadas de dominação. Neste estudo enfatizamos o Estado sob o domínio capitalista e suas diferentes configurações com a sociedade, bem como as formas de regulação social⁵ nesse modo de produção.

A ideia de dominação como núcleo do conceito de Estado vem desde os gregos, para os quais o Estado e a lei eram recursos políticos que sempre andavam de mãos dadas. Para limitar tal poder, a lei foi pensada, como instância soberana e superior como forma disciplinadora e educativa. Dando novas obrigações ao Estado, como zelar pela justiça, pela paz, pela segurança da comunidade, pelos meios de comunicação, entre outros. Desenha-se o conceito de serviço público regulador das relações humanas e das atividades econômicas estratégicas.

Na era moderna, a noção de Estado de Direito ou de Estado limitado pela lei ganhou relevância, iniciando a defesa do princípio do controle público com base em normas e estratégias políticas, enquadrando o Estado nos limites constitucionais, socialmente legitimados. Neste período o Estado transforma-se na mais elevada associação de membros da sociedade, devendo estabelecer os marcos para a atuação conjunta das forças sociais e assegurar a identidade e a autonomia delas.

Com a industrialização, a regulamentação jurídica das relações entre os membros da sociedade pré-industrial, como também as relações de produção sofreram drásticas mudanças (sociedade de livre mercado), e a regulamentação da vida individual se transformou em tema de direito público, desse modo, os direitos privados, defendidos pelos liberais, perderam a primazia perante o Estado.

⁵ Processos e meios pacíficos de controle ou ajustamento social pelos quais o Estado leva os membros da sociedade a adotarem comportamentos, ideias, relações e práticas compatíveis com a lógica do sistema social do qual fazem parte.

Para dar conta das crescentes demandas sociais, advindas da “questão social”⁶, então desencadeada, o Estado renuncia à sua posição de “árbitro social” para tornar-se interventor, passando a regular a economia e a sociedade, empreendendo ações sociais, provendo benefícios e serviços e, assim, originando o Estado de Bem-Estar Social, e enfatizando as políticas sociais, foco de nossa investigação, as quais mencionaremos a seguir.

2.2 O surgimento das Políticas Sociais e seus Reflexos na Atualidade

Para entendermos o “surgimento das políticas sociais” e seus reflexos na atualidade, buscamos grandes pesquisadores da área, como Behring (2000), Behring; Boschetti (2006), Bottomore (1983), Cunha; Cunha (2002), Faleiros (1991), Piana (2009), Pereira (2002) e Sposati (2000), os quais nos ajudaram a entender esse processo histórico.

Não podemos precisar um período específico do surgimento das chamadas políticas sociais, pois, como processo social, elas se originam na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo como a Revolução Industrial, das lutas de classe⁷ e do desenvolvimento da intervenção estatal, porém sua generalização situa-se na transição do capitalismo concorrencial⁸ para o capitalismo monopolista, especialmente em sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial (pós 1945) (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 47).

As sociedades pré-capitalistas assumiam algumas responsabilidades sociais, com o intuito de manter a ordem social e

⁶ Por *questão social* entende-se o conjunto das refrações produzidas pelo modo de produção capitalista, que para se produzir e reproduzir destituiu uma parcela majoritária da população do acesso à riqueza social, o que, na formação social brasileira, tem alcançado o limite da iniquidade. Somente em fins do século XIX, em face da organização política dos trabalhadores em nível mundial, passou a ser conhecida e enfrentada pelo Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982).

⁷ *Classes sociais*: grandes conjuntos de seres humanos que compartilham um mesmo modo de vida e uma mesma condição de existência. Diferenciam-se, enfrentam-se entre si, constroem sua própria identidade social e se definem tanto pela propriedade ou não dos meios de produção quanto pelos seus interesses, sua cultura política, sua experiência de luta, suas tradições e sua consciência de classe (de si mesmos e de seus inimigos). As classes exploradoras vivem às custas das classes exploradas, dominam-nas e as oprimem, por isso vivem em luta e conflito permanente ao longo da história (BOTTOMORE, 1983).

⁸ *Capitalismo concorrencial*: fase do capitalismo que teve início com o aparecimento de máquinas movidas por energia não humana. Inicia-se na Inglaterra com a máquina a vapor, por volta de 1746, e finda com o início dos monopólios (BEHRING, 2000, p. 32).

punir a vagabundagem. Ao lado da caridade privada e de ações filantrópicas, algumas iniciativas pontuais com características assistenciais são identificadas como protoformas de políticas sociais, são elas:

- Estatuto dos trabalhadores (1349);
- Estatuto dos Artesãos (1563);
- Leis dos pobres elisabetanas (entre 1531 e 1601);
- Lei de domicílio (*Settlement Act* – 1662);
- *Speenhamland Act* (1795);
- Lei revisora das Leis dos Pobres (*Poor Law Amendment Act* – 1834) (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 48-49).

Podemos dizer que tais leis tinham um caráter punitivo e repressivo do trabalho, porque obrigavam o pobre a aceitar qualquer trabalho que lhe fosse oferecido, ou seja, o pobre não podia negociar formas de remuneração (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 48).

Se as legislações sociais pré-capitalistas eram punitivas, restritivas e agiam na intersecção da assistência social e do trabalho forçado, o “abandono” dessas tímidas e repressivas medidas de proteção no auge da Revolução Industrial lança os pobres à “servidão da liberdade sem proteção”, no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 51).

Deixamos de lado as “protoformas” de políticas sociais, e passamos para o “surgimento” delas, centrando-nos em 1930, período marcado pelo liberalismo⁹ e sustentado pela concepção do trabalho como mercadoria, e sua regulação pelo livre mercado¹⁰.

⁹ *Liberalismo*: corrente ideológica que acompanha a ascensão e o auge político da burguesia até quando esta chega ao poder. Em seus princípios e durante o apogeu do século XVIII europeu, caracteriza-se por combater a reação absolutista, difundir o pensamento livre, promover a liberdade de comércio e as liberdades públicas. Muda radicalmente quando a burguesia chega ao poder e entra em cena a classe operária e o socialismo. Então, torna-se reacionário. Hoje em dia, o *neoliberalismo* somente contém, daquela ideologia, a defesa do livre comércio, tornando-se absolutamente conservador, partidário de governos despóticos, opositor a todo pensamento livre e inimigo das liberdades públicas. Por isso promove o controle e a vigilância permanentes dos indivíduos (BOTTOMORE, 1983).

¹⁰ *Produção-mercado-consumo*: a produção é o âmbito no qual se geram as mercadorias. Assim se produz a exploração (invisível à consciência imediata). O mercado é o lugar da distribuição e do intercâmbio de mercadorias. É o mais visível no capitalismo. O consumo é o espaço em que as mercadorias chegam aos consumidores. Segundo Marx, apesar de todos estes

Neste período o estado liberal era caracterizado pelo indivíduo que busca seu próprio interesse econômico proporcionando o bem-estar coletivo, predominava a liberdade e competitividade, a miséria foi naturalizada¹¹, mantendo um Estado mínimo que assume ao papel “neutro” de legislador e árbitro, desenvolvendo ações complementares ao mercado em forma de políticas sociais paliativas; desse modo podemos afirmar que o enfrentamento da questão social foi repressivo, seguido de algumas mudanças tímidas, reivindicadas pela classe trabalhadora sem atingir as causas da questão social¹² (PIANA, 2009, p. 25).

As primeiras ações de políticas sociais ocorreram entre Estado liberal (século XIX) e Estado social capitalista (século XX), reconhecendo os direitos sociais sem prejudicar os fundamentos do capitalismo (PIANA, 2009, p. 25).

A organização da classe trabalhadora foi determinante para a mudança da natureza do Estado liberal no final do século XIX, e os ganhos sociais e políticos obtidos mais precisamente no século XX pelos trabalhadores¹³. A busca da classe operária pela emancipação humana, a socialização da riqueza e uma nova ordem societária garantiram algumas conquistas importantes na dimensão dos direitos políticos, tais como: o direito de voto, de organização e a formação de sindicatos e partidos, de livre expressão e manifestação, e de ampliar os

momentos estarem relacionados, o que marca o ritmo do conjunto é a relação de produção (BOTTOMORE, 1983).

¹¹ Os liberais veem a miséria como natural e insolúvel, pois decorre da imperfectibilidade humana, ou seja, a miséria é compreendida como resultado da moral humana e não como resultado do acesso desigual à riqueza socialmente produtiva (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 62).

¹² “A *questão social*”, decorrente do processo produtivo, se expressa na exclusão das pessoas, tanto da própria produção quanto do usufruto de bens e serviços necessários à sua própria produção; no instante em que o Estado toma para si a responsabilidade pela formulação e execução das políticas econômicas e sociais, acaba se tornando “arena de disputa por acesso à riqueza social”, uma vez que as políticas envolvem conflitos de interesse entre as classes sociais (CUNHA; CUNHA, 2002).

¹³ Segundo Behring; Boschetti (2006, idem, p. 64), a generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX. E, ainda, o surgimento das políticas sociais foi gradativo e diferenciado entre os países, com base nos movimentos e organizações reivindicatórias da classe trabalhadora e na correlação de forças no âmbito do Estado. A história relata que é no final do século XIX o período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais mais amplas, planejadas e sistematizadas sob caráter de obrigatoriedade (idem).

direitos sociais. As transformações no mundo do trabalho determinaram novos padrões de organização e gestão da indústria, novos tipos de relações e contratos de trabalho e comercialização, altos índices de investimentos em avanços tecnológicos e de automação (PIANA, 2009, p. 26).

Segundo Cunha; Cunha (2002, p. 12), no momento em que o Estado toma para si a responsabilidade pela formulação e execução das políticas econômicas e sociais, acaba se tornando “arena de disputa por acesso à riqueza social”, uma vez que as políticas envolvem conflitos de interesse entre as classes sociais. Diante do exposto, surgem diversos movimentos que lutaram por garantia de direitos civis, políticos e sociais, e muitas das ações do Estado foram resultados das lutas. Para as autoras, “[...] as políticas públicas têm sido criadas como respostas, do Estado, às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público de atuação em uma determinada área a longo prazo.”

No período taylorista/fordista havia um grande número de trabalhadores manuais, especializados, bem pagos e protegidos pela legislação trabalhista (século XX), que, após a chamada Grande Depressão, passa a ser substituída pela acumulação flexível e a descentralização da economia, com o modelo toyotista, no qual os direitos do trabalhador são flexíveis ou eliminados. Esse processo afeta as relações de trabalho e o cotidiano do trabalhador, em seus direitos, como a educação, a saúde, a habitação, o lazer, a vida privada. E, com a Era Imperialista, tem-se uma hegemonia que se efetiva a partir da consolidação de grandes grupos monopolizados (PIANA, 2009, p. 26-27).

O capitalismo monopolista intensifica suas contradições oriundas da organização da produção capitalista, ou seja, sua produção cada vez mais socializada é restrita pela concentração mundial de renda por meio de apropriação privada dos produtos do trabalho.

A fase monopólica firma-se por meio do controle dos mercados, garantindo maiores lucros aos capitalistas. Os setores de grandes concorrências aumentam seus investimentos demandando o surgimento de novas tecnologias e diminuindo os postos de trabalho, gerando uma nova modalidade de dominação imposta pelo capital por meio da intensificação do intercâmbio mundial de mercadorias, preços, ideias, informações, relações de produção, proporcionando mudanças significativas nas relações humanas (PIANA, 2009, p. 28).

O fenômeno da globalização trouxe o aumento do desemprego estrutural¹⁴, a exclusão social¹⁵, o aumento da pobreza, guerras políticas e religiosas e outros, ratificando a lógica do capital, que traz a concentração da riqueza nas mãos dos setores monopolizados e o acirramento da desigualdade social (PIANA, 2009, p. 29).

Para diminuir as contradições da “crise da superprodução, superacumulação e subconsumo da lógica do capital” (Behring; Boschetti, *apud* Piana, 2009, p. 29) e manter a ordem, ocultar as consequências capitalismo, criam-se mecanismos políticos e econômicos que garantem a reprodução do sistema e formam um amplo aparato ideológico que procura naturalizar e perpetuar tal modelo de sociedade. Após a Segunda Guerra Mundial, consolidou-se o chamado Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) e posteriormente o neoliberalismo¹⁶.

De acordo com Pereira (2002, p. 55), foram três os pilares do *Estado de Bem-Estar Social* e das políticas sociais correspondentes (1945 e 1975): o pleno emprego (masculino), respaldado na propriedade econômica de pós-guerra, na doutrina keynesiana e no esquema Beveridgiano de seguridade social; a universalização dos serviços sociais, visando atingir a todos indistintamente, de forma incondicional; e a assistência social como forma de proteção, cuja principal função seria a de impedir que segmentos socialmente vulneráveis resvassem para baixo de uma linha de pobreza legitimada pela sociedade.

¹⁴ O *desemprego estrutural* é resultante da forma de organização da produção capitalista que gera um excedente de trabalhadores que ficam disponíveis como exército industrial de reserva. Na sociedade com a potencialização do trabalho decorrente da automação e tecnificação da economia, o desemprego estrutural toma um vulto ainda maior (BEHRING, 2000, p. 35).

¹⁵ *Exclusão Social* é aqui entendida como uma situação de privação coletiva que inclui pobreza, discriminação, subalternidade, a não equidade, a não acessibilidade, a não representação pública como situações multiformes. Expressa entre outras situações, como: o crescimento da população nas ruas, nas cidades, nos abrigos, os sem-teto, o crescimento da violência, o desemprego de longa duração, a fragilização das estruturas familiares, o crescimento do uso indevido de drogas, a mudança do sistema produtivo (SPOSATI, 2000, p. 67-8).

¹⁶ O *Neoliberalismo* nasce com o combate (início da década de 1940) às teses keynesianas e ao ideário do Estado de Bem-Estar, sobretudo aos direitos sociais e aos ganhos de produtividade da classe trabalhadora, e com o lema de que o mercado é a lei social soberana. Friederich Hayek foi o principal teórico do neoliberalismo (início da década de 1940), e a ele se juntam M. Friedman e K. Popper. É uma ideologia capitalista que defende o ajuste dos Estados nacionais às exigências do capital transnacionalizado, portanto, contrária aos pactos que subordinam o capital a qualquer forma de soberania popular ou instituições de interesse público (BOTTOMORE, 1983).

O Estado de Bem-Estar Social foi proposto pela teoria keynesiana e tinha como princípio de ação o pleno emprego e a menor desigualdade social entre os cidadãos, assim, os governos são responsáveis pela garantia de um mínimo padrão de vida para todos os cidadãos, como direito social; o Estado passa a regular a economia de mercado de modo a assegurar o pleno emprego, a criação de serviços sociais de consumo coletivo, como a educação, saúde e assistência social para atender a casos de extrema necessidade e minimizar a pobreza (PIANA, 2009, p. 30).

De acordo com Faleiros (1991, p. 28), nos países pobres periféricos não existe o *Welfare State* nem um plano de keynesianismo em política. Devido à profunda desigualdade de classes, as políticas sociais não são de acesso universal, decorrentes do fato da residência no país ou da cidadania. São políticas “categoriais”, isto é, que têm como alvo certas categorias específicas da população, como trabalhadores (seguros), crianças (alimentos, vacinas) desnutridas (distribuição de leite), certos tipos de doentes (hansenianos, por exemplo), através de programas criados a cada gestão governamental, segundo critérios clientelísticos e burocráticos. Na América Latina, há grande diversidade na implantação de políticas sociais, de acordo com cada país (...).

Com relação à periodização das políticas sociais em nível de Brasil, Pereira (2002) destaca:

- Anterior a 1930: política social do *laissez-faire*;
- De 1930 a 1964: política social predominantemente populista, com laivos desenvolvimentistas;
- De 1964 a 1985: política social do regime tecnocrático-militar, incluindo a fase da abertura política;
- De 1985 a 1990: política social do período de transição para a democracia liberal;
- A partir dos anos 90: política social neoliberal.

A partir da década de 70 houve o declínio do padrão de bem-estar por meio da crise capitalista agravada pelos reduzidos índices de crescimento com altas taxas de inflação. A regulamentação do mercado por parte do Estado e o avanço da organização dos trabalhadores passam a ser considerados entraves à livre acumulação de capitais (PIANA, 2009, p. 31-32).

Com o avanço das ideias neoliberais, ganha espaço o discurso vitorioso do capitalismo. Tem-se uma realidade ideológica em defesa dos interesses do capital, favorecendo grupos monopolizados, em

detrimento dos trabalhadores, realidade velada por um discurso de direitos individuais; tem-se a naturalização da desigualdade social, a busca pela eficiência e competitividade no mundo da globalização (PIANA, 2009, p. 32).

Para Sposati (2000, p. 64), o maior impacto da globalização se manifesta na desregulamentação do trabalho, no achatamento de salários e no aumento do desemprego. Essa é a face perversa da globalização, pois em vez de traduzir melhores condições aos povos, ela vem trazendo a globalização da indiferença com os excluídos.

Conforme Piana (2009, p. 32), o neoliberalismo passou a ditar o ideário de um projeto societário a ser implementado nos países capitalistas para restaurar o crescimento estável. Tendo como assertivas a reestruturação produtiva, a privatização acelerada, o enxugamento do Estado, as políticas fiscais e monetárias sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Segundo Pastorini (*apud* PIANA, 2009, p. 36), vive-se o desmonte da cidadania social e das políticas nacionais de garantias sociais básicas, trocadas pela transferência direta ou indireta de bens, recursos e outros, aos usuários mais carentes da população, oferecidos em forma de prestação de serviços sociais como a saúde, a educação e a assistência social, visando ao “barateamento da força de trabalho e consequente acumulação ampliada do capital”.

Essas ações apresentam-se como formas compensatórias às quedas do salário real, desobrigando o capitalista a atender exclusivamente as necessidades de sobrevivência e reprodução da força de trabalho. Com isso, no contexto atual, parte desses custos são retirados das empresas e designados ao Estado, que possui a tarefa de suprir as necessidades básicas da classe trabalhadora, por meio das políticas sociais.

Assim, as políticas sociais apresentam-se como estratégias governamentais de integração da força de trabalho na relação de trabalho assalariado, destinadas a atender problemáticas particulares e específicas apresentadas pela questão social, contribuindo para uma subordinação dos trabalhadores ao sistema vigente e reproduzindo as desigualdades sociais decorrentes das diferentes participações no processo de produção (PASTORINI *apud* PIANA, 2009, p. 37).

Em suma, a função política das políticas sociais está intimamente relacionada ao contexto de lutas entre as classes sociais opostas, não podendo ser vistas como meros favores das classes dominantes para os dominados, nem como conquista das reivindicações e pressões

populares; assim, as políticas sociais apresentam-se como expressão da correlação de forças e na sociedade civil, e concessões dos grupos majoritários no poder objetivando obter legitimidade e controle social (PASTORINI *apud* PIANA, 2009, p. 37).

2.3 As Políticas Sociais e a Política Pública de Assistência Social

Como vimos anteriormente, as Políticas Sociais são entendidas como fruto da dinâmica social, instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeados por conquistas da classe trabalhadora. Elas vinculam-se à acumulação¹⁷ capitalista, a qual trouxe consequências como a urbanização exacerbada, o crescimento da taxa de natalidade, a consciência política e social, organizações proletárias, sindicatos, cooperativas e os conflitos entre os interesses do capital¹⁸ e os do trabalho¹⁹.

Quanto ao mundo do trabalho no capitalismo neoliberal, em que aquele está imerso na crise cíclica estrutural do capital, este processo pode ser demarcado por “acumulação flexível”, que se traduz na “reestruturação produtiva”, iniciada em 1973, impactando, assim, o embate entre capital e trabalho até os dias atuais. Isso se dá na relação capital-trabalho e a reestruturação produtiva, cujas táticas de organização do mundo do trabalho visam à manutenção dos traços hegemônicos das relações capitalistas de produção da vida com base no lucro, na propriedade privada e na “superexploração” da força humana de trabalho. A acumulação flexível faz com que o patronato exerça maior poder sobre

¹⁷ *Acumulação*: reinversão do mais-valor no processo produtivo, com aumento da escala de produção. Caracteriza-se pela centralização dos capitais e pela concentração do mais-valor. A acumulação é uma reprodução ampliada do capital (BOTTOMORE, 1983).

¹⁸ *Capital*: não é uma coisa eterna, nem um fator econômico. Nem sempre existiu, é um resultado do processo histórico. É uma relação social de produção. É um valor que se valoriza (se acrescenta) explorando trabalho alheio. É um dinheiro que se autonomiza, ganha vida própria e se torna um sujeito autônomo, oprimindo o trabalho vivo da classe trabalhadora. É um vampiro monstruoso que se alimenta de mais-valor (BOTTOMORE, 1983).

¹⁹ *Trabalho*: processo de intercâmbio e mediação entre o ser humano e a natureza, inserido nas relações sociais. Quando é livre, Marx o concebe como uma atividade vital humana orientada a produzir bens segundo as leis da beleza. Porém, na sociedade capitalista, não é livre, e, forçado, está alienado e estranhado. Converte-se numa tortura e numa obrigação impostas pela dominação capitalista. O capitalismo de nossos dias obriga uma parte dos trabalhadores a desgastar sua vida trabalhando em dobro, e condena o restante ao desemprego, em lugar de repartir o trabalho entre todos, o que possibilitaria reduzir o trabalho necessário à reprodução da vida e aumentar o tempo livre para o ócio e o prazer (BOTTOMORE, 1983).

os trabalhadores através da ampliação do controle do capital sobre o trabalho. Então, os trabalhadores acuados pelo aumento dos níveis de desemprego e da “precarização flexível” veem seu poder sindical diminuir diante das ofensivas patronais e estatais (cooptação das centrais sindicais) contra os direitos trabalhistas conquistados no limiar do século XX (MÉSZAROS, 2009; HARVEY, 1998).

Todo esse processo destrutivo tem fortes consequências, em todos os setores da vida social, provocando um “derretimento dos poucos laços de sociabilidade que foram vigentes na era taylorista-fordista”, forjando, assim, uma vida sem sentido “dentro” e “fora” do trabalho. A crescente destruição das forças produtivas pode ser pensada a partir da “nova morfologia do trabalho” e suas formas de intensificação laborais. Estamos nos referindo ao “aviltamento do trabalho”, cujo espetáculo se esparrama por todas as partes, disseminando a ideia de “inclusão produtiva” na precarização flexível. Assim, no âmbito da “riqueza e miséria do trabalho”, é possível ver o trabalhadores, “incluídos até a medula” nos diversos modos da exploração e do trabalho precário. Os exemplos podem ser os mais diversos, tais como: trabalho escravo no campo; nos rincões do latifúndio; exploração do trabalho de crianças e jovens; o trabalho na indústria automotiva do Brasil; o trabalho terceirizado e precarizado (informalizado) em indústrias e empresas transnacionais e brasileiras, bancos, empresas de telecomunicações, *telemarketing*; além do trabalho nos bancos, espetáculos artísticos e culturais, indústrias de calçados, e outros mundos do trabalho (ANTUNES, 2009).

As políticas sociais no Brasil tiveram sua trajetória influenciada em políticas econômicas internacionais. "Diferente, pois, das políticas sociais dos países capitalistas avançados, que nasceram livres da dependência econômica e do domínio colonialista, o sistema de bem-estar brasileiro sempre expressou as limitações decorrentes dessas injunções" (PEREIRA, 2002, p. 125). Elas emergem no final da República Velha (anos 20, séc. XX), e começam a conquistar espaço no período getulista.

A crise decorrente do esgotamento do “milagre econômico”, ao final da década de 1970 e início da década de 1980, propiciou uma conjuntura socioeconômica favorável ao movimento da sociedade civil, por meio de acontecimentos sociais.

Conforme Cunha e Cunha (2002, p. 13), o processo de redemocratização da sociedade brasileira levou à instalação da Assembleia Nacional Constituinte e à possibilidade de se estabelecer outra ordem social, em novas bases, “[...] o que fez com que esses

movimentos se articulassem para tentar inscrever, na Carta Constitucional, direitos sociais que pudessem ser traduzidos em deveres do Estado, através de políticas públicas”.

O período de 1975 a 1985 é um marco histórico, no qual o movimento político de base nos bairros (organizações reivindicatórias urbanas) e os trabalhos das comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica, possibilitaram importantes articulações políticas no meio sindical, nos partidos e em várias instituições da sociedade civil (PEREIRA, 2002). Nessa fase deu-se um avanço das forças de resistência e desenvolveu-se a prática do enfrentamento do regime militar, que já havia perdido sua base de legitimidade junto à sociedade devido à crise econômica iniciada em 1973.

No Brasil, o sistema de proteção social ampliou-se durante as décadas de 1970 e 1980, com programas e serviços sociais atuando como uma espécie de compensação à repressão aos movimentos sociais e movimentos sindicais. Destaca-se que as políticas sociais tinham como papel central a qualificação dos trabalhadores, estabelecendo condições para o desenvolvimento da economia. Iniciou-se, em tal período, uma ampla reforma constitucional, que resultou na incorporação de direitos, como o voto dos analfabetos, a legalização dos partidos políticos, o fim da censura e definição das eleições diretas para Presidência da República e, por fim, a efetivação na Constituição Federal de 1988 (FRANCO, 2003).

Não obstante, a reforma constitucional de 1988 no Brasil constitui-se em um marco histórico no que diz respeito à ampliação dos direitos sociais. Conforme estabelece a Constituição de 1988, em seu Artigo 6º:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988).

Assim, com a promulgação da Constituição de 1988, setores até então desprotegidos obtiveram seus direitos básicos de cidadania assegurados.

A Constituição Federal de 1988, inspirada na noção de Estado de bem-estar social, institui a Seguridade Social e aponta para seu caráter de política de Proteção Social²⁰ articulada a outras políticas do campo social voltadas à garantia dos mínimos sociais. De acordo com Di Giovanni (1998, p. 10), entende-se por Proteção Social as formas “[...] às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger ou o conjunto de seus membros”.

A Seguridade Social está baseada no tripé da Previdência, Saúde e Assistência Social, sob os princípios de direito, de cidadania e de integralidade. Sendo assim, o Sistema Único de Saúde (SUS) torna-se universal, para todos, uma vez que a Previdência segue contributiva, para quem contribui com o sistema do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), e a Assistência Social tem caráter universal para quem dela necessitar, ou seja, visa garantir o acesso às outras políticas, possuindo em seu bojo a perspectiva da intersetorialidade.

Com a instituição da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988, introduz-se uma nova concepção na execução e implantação das políticas sociais. Logo, a assistência social passa a ser uma política de responsabilidade do Estado, voltada ao combate da pobreza e inclusão social, e busca romper com o caráter assistencialista, passando a incorporar conceitos de equidade, ampliação dos direitos e emancipação social.

²⁰ “A *Proteção Social* é um conceito amplo que, desde meados do século XX, engloba a seguridade social (ou segurança social), o asseguramento ou garantias à seguridade e políticas sociais. A primeira constituiu-se em um sistema programático de segurança contra riscos, circunstâncias, perdas e danos sociais, cujas ocorrências afetam negativamente as condições de vida dos cidadãos. O asseguramento identifica-se com as regulamentações legais que garantem ao cidadão a seguridade social como direito. E as políticas sociais constituem uma espécie de política pública que visa concretizar o direito à seguridade social, por meio de um conjunto de medida (instituições, profissões, benefícios, serviços e recursos programáticos e financeiros). Nesse sentido, a proteção social não é um sinônimo de tutela, nem deverá estar sujeita a arbitrariedades, assim como a política social – parte integrante do amplo conceito de proteção.” (PEREIRA, 2002, p. 16).

A assistência social como política pública é importante instrumento de inclusão social e estabelece como objetivo, além do enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais²¹.

No Brasil, os mínimos sociais²² foram estabelecidos com a finalidade de prover as necessidades fundamentais de sobrevivência dos indivíduos. A partir do século XX, os mínimos sociais incorporaram novos elementos relacionados com a equidade social e a liberdade. Nesse sentido, a provisão dos mínimos sociais deixa de ser tratada a partir de ações voluntaristas e passa a incorporar as políticas sociais definidas a partir de decisões coletivas.

Com a regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)²³ – Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – são estabelecidos objetivos a serem atingidos, tais como: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

²¹ Pereira (2002, p. 26) afirma que, embora os termos mínimos e básicos pareçam ser equivalentes, no plano político decisório constituem uma temeridade; assim, é necessário, portanto, esclarecer os termos prescritos na lei. A autora ainda sugere a utilização do termo básico em vez de mínimos, pois, segundo a sua defesa, *mínimos* e *básicos* são conceitos diferentes, sendo o primeiro identificado com menos, menor, “identificado com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social”. Já o segundo conceito preconiza algo fundamental, primordial, “[...] *básico* que na LOAS qualifica as necessidades a serem satisfeitas (necessidades básicas), constitui o pré-requisito ou as condições prévias suficientes para o exercício da cidadania [...]” Assim, enquanto o *mínimo* pressupõe supressão ou cortes de atendimentos, tal como propõe a ideologia liberal, o *básico* requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados. Em outros termos, enquanto o *mínimo* nega o “ótimo” de atendimento, o básico é a mola-mestra que impulsiona a satisfação de necessidades em direção ao *ótimo* (PEREIRA, 2002, p. 26-27).

²² Para aprofundar o assunto sobre os mínimos sociais, sugerimos a leitura: MACEDO, Myrtes de A.; BRITO, Sebastiana R. de. *Transferência de renda: uma nova face de proteção social?* Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

²³ Os princípios da LOAS são a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas (capítulo II, seção I, artigo quarto).

A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

O novo paradigma pode ser traduzido em ações e atividades voltadas à promoção humana e ao desenvolvimento social dos cidadãos que vivem em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Outro aspecto importante implementado a partir da LOAS²⁴ refere-se ao processo de participação da sociedade na discussão, elaboração, monitoramento e avaliação das políticas sociais. Participação esta enquanto algo inerente ao controle social, frente à democratização societária. Todos esses processos são discutidos e pactuados nos conselhos de composição paritária entre governo e sociedade civil, ou conferências, constituídas nas três esferas do governo.

A rede socioassistencial é constituída por um conjunto integrado de ações conjuntas da sociedade e da iniciativa pública (serviços, programas e projetos). Estão definidos três tipos de benefícios:

- O Benefício de Prestação Continuada (BPC): constitui a cessão de um salário mínimo mensal ao idoso (65 anos ou mais) e às pessoas com deficiência que comprovarem não ter condições de trabalhar ou ter o sustento suprido pela família, e que apresentam renda mensal *per capita* inferior a 25% do salário mínimo vigente;

²⁴ “A assistência social rege-se pelos seguintes princípios: supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.” (LEI N. 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/legislacao/legislacao-federal/LOAS.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2013).

“A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes: descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.” (LEI N. 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/legislacao/legislacao-federal/LOAS.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2013).

- Benefícios eventuais: tem como objetivo o auxílio em situações de natalidade ou morte, e ainda em situações de vulnerabilidade temporária;
- Transferência de renda (Programa Bolsa Família): constitui-se em um programa de repasse direto de renda aos beneficiários, tendo como foco principal o acesso à renda, o combate à fome, à pobreza, possibilitando a emancipação e a autonomia dos beneficiários e suas famílias.

O sistema de proteção social está organizado em níveis de complexidade, estabelecidos a partir da situação de vulnerabilidade social: proteção social básica e proteção especial, esta dividida em média e alta complexidade.

A proteção social básica tem como objetivo atender a população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, ausência de renda, entre outras situações, como discriminações étnicas, por deficiências, com a fragilização de vínculos afetivos.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)²⁵ é uma unidade pública estatal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada ao atendimento socioassistencial de famílias. Ele constitui um espaço de concretização dos direitos socioassistenciais nos territórios, materializando a política de assistência social, ou seja, é o lugar que possibilita, em geral, o primeiro acesso das famílias aos direitos socioassistenciais e, portanto, à proteção social. Estrutura-se, assim, como porta de entrada dos usuários

²⁵ “Destacam-se como principais atuações do CRAS serviços continuados de Proteção Social Básica de Assistência Social para famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, por meio do PAIF, tais como: acolhimento, acompanhamento em serviços socioeducativos e de convivência ou por ações socioassistenciais, encaminhamentos para a rede de proteção social existente no lugar onde vivem e para os demais serviços das outras políticas sociais, orientação e apoio na garantia dos seus direitos de cidadania e de convivência familiar e comunitária; Articula e fortalece a rede de Proteção Social Básica local; Previne as situações de risco no território onde vivem famílias em situação de vulnerabilidade social apoiando famílias e indivíduos em suas demandas sociais, inserindo-os na rede de proteção social e promove os meios necessários para que fortaleçam seus vínculos familiares e comunitários e acessem seus direitos de cidadania.” (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2013a. Disponível em: <www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protacao-especial-basica/cras-centro-de-referencias-de-assistencia-social/cras-institucional>. Acesso em: 27 fev. 2013).

da política de assistência social para a rede de Proteção Básica e referência para encaminhamentos à Proteção Especial.

A proteção social especial destina-se a indivíduos e a famílias²⁶ que se encontram em situação de risco pessoal e social, e tiveram seus direitos violados.

Neste tipo de proteção há dois níveis de complexidade: média e alta. Os serviços de média complexidade são destinados ao atendimento para as famílias que tiveram seus direitos violados, mas que os vínculos familiares e comunitários foram preservados. Nos atendimentos de média complexidade não existem mais vínculos familiares. Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são destinados às famílias e aos cidadãos que se encontram em situação de ameaça ou sem referência e que necessitam ser retirados do convívio familiar ou comunitário. Em tais casos, é garantida a proteção integral, com a oferta de moradia, de alimentação, entre outros.

Neste sistema, os municípios são habilitados de acordo com o nível de gestão: inicial, básica e plena. A habilitação está relacionada diretamente com as condições estruturais e conjunturais do município e com a capacidade de executar e financiar os serviços de assistência social. Assim, a habilitação é operacionalizada conforme a capacidade do nível de gestão de cada município, envolvimento político e administrativo.

Conforme apresentado, a assistência social nos últimos anos foi reestruturada buscando a reinserção social das famílias e garantindo maior eficiência na sua operacionalização. No entanto, apesar da nova concepção, ainda há identificação da assistência social com o assistencialismo e com a filantropia. Isso ocorre principalmente pela dificuldade enfrentada pelas políticas sociais em promover efetivamente a inclusão social, pela permanência de ações seletivas, paliativas e, conforme destaca Yazbek (2004, p. 19), “[...] focalizadas nos mais pobres entre os pobres, o que vem restringindo possíveis ações dessas políticas, bem como pela dificuldade de implantar ações integradas com as demais políticas sociais.”

Observa-se, nesse contexto, a necessidade de implantação de programas que rompam com práticas assistencialistas e que articulem ações para a promoção do desenvolvimento social. Assim sendo, entre

²⁶ Família, na definição da lei que criou a Bolsa Família, é entendida como a “[...] unidade nuclear, eventualmente ampliada por pessoas que com ela possuem laços de parentesco ou afinidade, que forma um grupo doméstico e viva sob o mesmo teto, mantendo-se pela contribuição de seus membros.” (MDS, 2009).

os mecanismos de proteção social implantados, os programas de transferência de renda ganham especial ênfase nas últimas décadas, conforme exposto a seguir.

2.4 Um Breve Histórico dos Programas de Transferência de Renda no Brasil

Essa modalidade de programa social consiste essencialmente na transferência direta de recurso monetário a indivíduos ou a famílias pobres. Embora programas de tal natureza tenham surgido no Brasil somente no período mais recente, consta da literatura, Silva (1997, p. 26), que as discussões sobre propostas para garantir um mínimo de subsistência remontam a épocas históricas mais remotas, como vimos anteriormente.

O debate sobre a instituição de Programas de Renda Mínima no Brasil, ganha destaque na agenda pública nacional a partir dos primeiros anos da década de 1990. Porém, autores como Silva, Yazbek e Giovanni (2008, p. 32) consideram que a história de instituição de mínimos sociais no contexto da proteção social brasileira possui antecedentes. Eles são identificados em benefícios que implicam transferência de renda direta a determinados segmentos sociais, tais como: o salário mínimo implantado em 1940, que garante uma renda mínima aos trabalhadores formais; o seguro-desemprego (1986) e o abono-salarial, também vinculados ao trabalho; a Renda Mensal Vitalícia (1974), que foi substituída pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) em 1988; a Previdência Social Rural, que, reformulada na Constituição de 1988, transfere uma renda para pessoas idosas, viúvas e em estado de recuperação por doenças ou acidentes de trabalho.

O desenvolvimento histórico dos Programas de Transferência de Renda²⁷ a partir dos anos de 1990 é tratado por Silva, Yazbek e Giovanni (2008, p. 94 a 101) a partir de *cinco momentos* distintos, resumidos a seguir:

²⁷ São considerados Programas de Transferência de Renda aqueles destinados a efetuar uma transferência monetária, independentemente de prévia contribuição, a famílias pobres, assim consideradas a partir de um determinado corte de renda *per capita* familiar, predominantemente, no caso dos programas federais, de meio salário mínimo (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008, p. 130).

Primeiro momento: inicia-se em 1991, com a apresentação e aprovação no Senado Federal do Projeto de Lei n. 80/91, propondo a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP)²⁸. O programa tinha como objetivo garantir uma renda mínima a todo brasileiro a partir de 25 anos de idade, com renda abaixo de 45 mil cruzeiros, na época. O Projeto foi obstruído na Câmara dos Deputados. Vários outros projetos de renda mínima tramitaram no Congresso no período.

Segundo momento: compreende o período entre 1991 e 1993, quando Camargo defendeu uma proposta de transferência de renda no valor de um salário mínimo a todas as famílias, independentemente da renda familiar, que tivessem filhos entre 5 e 16 anos matriculados e frequentando regularmente escolas públicas. A proposta introduz a ideia de articular uma renda monetária, de caráter assistencial e compensatório, com a educação, de caráter estrutural, como estratégia de enfrentamento à pobreza. Outra inovação foi a substituição do indivíduo pela unidade familiar como beneficiária.

Terceiro momento: período que se inicia em 1995, com a implantação das primeiras experiências municipais de políticas de transferência de renda nos municípios de Campinas, Ribeirão Preto e Santos (SP) e em Brasília (DF), expandindo-se depois para outros municípios e estados. No plano nacional começava o primeiro mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso. Foi aprovado Projeto de Lei n. 9.533, de 10 de dezembro de 1997, do deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS), sancionada pelo presidente Fernando Henrique em 2 de junho de 1998, por intermédio do Decreto n. 2.609. Recebeu a denominação de Programa de Garantia de Renda Mínima “para toda criança na escola” (PGRM), cuja implementação foi iniciada em 1999. Tinha como objetivo complementar a renda de segmentos extremamente pobres, cabendo ao município a sua execução. Sua viabilidade dependia de autorização do Executivo, ou seja, era de caráter apenas “autorizativo”. Nesse período foi implantado o Programa Comunidade Solidária, que se caracterizou como uma estratégia de combate à

²⁸ A proposta do PGRM do senador inspirava-se na ideia de Imposto Negativo preconizada pelo liberal Milton Friedman, segundo a qual as pessoas com renda acima de um determinado piso previamente fixado (linha de pobreza) deveriam pagar imposto de renda, ao passo que aquelas com renda abaixo do referido piso deveriam receber uma renda mínima, em dinheiro. Portanto, seus beneficiários são trabalhadores que estejam auferindo alguma renda do trabalho e, segundo o pensamento liberal, a renda deve ser mínima para não desestimular o indivíduo a buscar trabalho no mercado (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008, p. 47 e 93).

pobreza, focalizado em municípios mais miseráveis, baseado em uma gestão que excluía a participação dos movimentos sociais.

Quarto momento: tem início em 2001, no segundo mandato de Fernando Henrique (1999-2003), caracterizado como momento de grande expansão de Programas de Renda Mínima, com gestão descentralizada, por meio da iniciativa do Governo Federal. O Programa de Garantia de Renda Mínima “para toda criança na escola” (PGRM), aprovado em dezembro de 1997, foi substituído pelo Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação, “Bolsa Escola”, que passou a ser implementado em julho de 2001. Foram criados também os programas Bolsa Alimentação, Bolsa Renda, Vale-Gás, entre outros, além de expandidas as ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criado em 1996, e do Benefício de Prestação Continuada. Tais programas passam a ser considerados pelo Governo como o eixo central de uma “Rede de Proteção Social”²⁹. Entra na agenda do debate nacional uma nova discussão em torno da Renda de Cidadania, a partir do Projeto de Lei n. 266, de 2001, do senador Suplicy, propondo uma renda básica incondicional a todos os brasileiros.

Quinto momento: inicia-se em 2003, com o Governo Lula, que lançou o Fome Zero, definido como a principal estratégia para o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, e o Programa Bolsa Família, considerado como o principal componente da estratégia. Em 2004 o Governo Lula sancionou projeto de lei do senador Suplicy, que dispõe sobre o Programa de Renda Básica de Cidadania (Lei n. 10.835/04). Prevê uma renda mínima para todos os brasileiros residentes e para estrangeiros que vivem no País há pelo menos cinco anos, independentemente de sua condição socioeconômica. A lei estabelece que o benefício deve ser de igual valor para todos, devendo ser suficiente para atender as despesas mínimas de cada pessoa com alimentação, educação e saúde. Caberá ao Executivo definir o valor do benefício, levando em consideração a Lei de Responsabilidade Fiscal. A implantação da lei deverá ser alcançada em etapas, a critério do

²⁹ A denominada Rede de Proteção Social compreendia até 2003 um conjunto de programas direcionados à população pobre: BPC, PETI, Agente Jovem, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás, Cartão-Alimentação. Até dezembro de 2004, o Governo considerava também outros programas como de transferência de renda e integrantes da Rede: Abono Salarial (PIS/PASEP).

Executivo, com prioridade para os segmentos mais necessitados da população.

Os programas de transferência de renda vêm sendo definidos por políticos e teóricos de diferentes formas, que podem ser agrupados nas seguintes perspectivas (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p. 36):

a) uma perspectiva de natureza liberal/neoliberal que considera os programas de Transferência de Renda como mecanismos compensatórios e residual, eficientes no combate à pobreza e ao desemprego e enquanto uma política substitutiva dos programas e serviços sociais e como mecanismo simplificador dos Sistemas de Proteção Social;

b) uma perspectiva de natureza progressiva/distributivista que considera os programas de Transferência de Renda enquanto mecanismos de redistribuição da riqueza socialmente produzida e como uma política de complementação aos serviços básicos já existentes e voltada para a inclusão social;

c) uma perspectiva que percebe os programas de Transferência de Renda como mecanismos provisórios para permitir a inserção social e profissional dos cidadãos, numa conjuntura de pobreza e de desemprego.

Em nosso país, os Programas de Transferência de Renda (PTR) podem ser diferenciados em dois grupos. De um lado, estão aqueles que têm por objetivo repassar recursos aos grupos sociais considerados como incapazes de prover o próprio sustento por intermédio do trabalho (portadores de necessidades especiais e idosos), por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC). De outro lado, aqueles que abarcarem toda a população pobre, como o PBF. Enquanto o primeiro tipo é um direito social, o segundo é uma política de governo, e é neste que concentraremos nossas discussões posteriormente.

As diversas representações sobre o PBF, a meu ver, devem sempre vir acompanhadas de uma relativização de seu papel e seus efeitos na vida social da classe trabalhadora.

Nesse sentido, há um consenso, para além de concebê-la como mero assistencialismo ou fins eleitoreiros, de que esse tipo de programa

ainda é insuficiente para acabar com a miséria absoluta, centrada, sobretudo, na divisão abissal das classes sociais e na acumulação desmedida de capital.

De todos os modos, o consenso ao qual me referia diz respeito ao reconhecimento de que apenas as medidas e políticas emergenciais não são suficientes para, de fato, dar “cidadania” à classe trabalhadora, historicamente, expropriada pelo capitalismo. Urge, portanto, além do advento das políticas estruturadoras, uma mudança ético-política, que seja engendrada para além do capitalismo neoliberal.

2.5 O Programa Fome Zero e sua relação com o Programa Bolsa Família (PBF)

O Fome Zero, apesar de ser denominado como Programa, era, na verdade, uma estratégia que reunia um conjunto de políticas públicas e de programas com o objetivo de combater a fome, a pobreza e assegurar o direito à segurança alimentar de qualidade, que se apresentou como uma resposta do Estado ao seu papel de fazer cumprir o direito humano à alimentação.

O Programa Fome Zero foi elaborado pelo Instituto Cidadania, e lançado em 2001, no Dia Internacional da Segurança Alimentar. O problema da fome e a insegurança alimentar precisavam ser eliminados e isso necessitava ações que modificassem profundamente as estruturas sociais no aspecto econômico e político. A fome não existia devido à falta de alimentos às pessoas, mas as pessoas não tinham acesso a esses alimentos porque lhes falta poder aquisitivo para tal, e isso ocorre por causa do crescente desemprego e da precarização das condições das famílias mais pobres (PROJETO FOME ZERO, 2001).

O Programa atuava em três frentes:

A primeira frente consistia na implantação de Políticas Públicas, que se dividem em:

- *Políticas estruturais*, voltadas às causas profundas da fome e da pobreza, como a geração de empregos, a reforma agrária, o acesso à saúde e à educação;
- Políticas específicas, para o atendimento direto e emergencial às famílias no acesso ao alimento, como o cartão alimentação, a merenda escolar, a educação alimentar etc.;
- *Políticas locais*, a serem implantadas por governos estaduais, municipais e sociedade organizada de acordo com a necessidade de

cada região; como: restaurantes populares, bancos de alimentos, apoio à agricultura familiar e os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD).

A segunda frente era a construção participativa de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo como expressão máxima o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

E, por último, o Mutirão contra a Fome, voltado à “mobilização social de solidariedade” àqueles que sofrem com a ausência de alimentos, inspirado nos Comitês de Cidadania do Betinho.

A cidadania perpassaria pela promoção da garantia de segurança alimentar a todos e isso ocorreria através da mobilização do Estado juntamente à sociedade civil no sentido de promover ações que possibilitassem a construção de um novo Brasil, onde a democracia estaria presente em todo o território nacional, a justiça seria a meta de todos e a solidariedade uma regra geral de convivência (PROJETO FOME ZERO, 2001).

O Fome Zero passou a ser visto como a bandeira social do governo e o “carro-chefe” das políticas sociais implementadas pelo governo Lula, embora, paulatinamente, tenha sido abarcada pelo PBF, conforme evocou Frei Betto por ocasião do Ciclo de Conferências e Debates, organizado pelo PARFOR/UFSC em dezembro de 2013, sob o tema “Reflexões sobre os projetos e programas de ‘inclusão social’ no âmbito das políticas públicas e sociais”.

De acordo com o conferencista, o Fome Zero continha 60 itens que, gradativamente, tirariam os sujeitos da condição de pobreza, dando autonomia para que eles não ficassem sempre reféns do Estado.

Os objetivos do Programa Fome Zero estavam diretamente ligados à implantação de diversas políticas sociais que estão vinculadas a ele, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, os Centros de Referência de Assistência Social, o incentivo à Economia Solidária e à inclusão produtiva, a abertura de restaurantes populares, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, entre outras políticas, como o Programa Bolsa Família – principal fio condutor do programa.

Desse modo, o Fome Zero foi pensado como o norte de todas as outras políticas, tanto as específicas quanto as ações estruturantes, com o objetivo de combater a pobreza e as desigualdades brasileiras.

A proposta da mobilização social do Fome Zero era centrada na realização da prática denominada de Educação Cidadã, inspirada na metodologia da Educação Popular. Segundo Betto³⁰ (2007, p. 75-76), a proposta de mobilização social com base na educação cidadã estava alicerçada em frentes de ação representadas pelas palavras:

Copo - Conselho Operativo do Fome Zero - Entidades, instituições, ONG ou esfera pública; o Copo podia ajudar a credenciar as entidades e as famílias que eram beneficiadas, estabelecia parcerias com instituições, empresas privadas e voluntárias;

Prato - Programa de Ação Todos pela Fome Zero - voluntários organizados pelo local de trabalho, bairros, igrejas, escolas ou grupos de pessoas que decidiam se unir e executar uma ação concreta ou promover a alfabetização de adultos de uma determinada comunidade, favorecendo a progressiva inclusão social dos beneficiados;

Sal - Agentes de Segurança Alimentar - voluntários que se engajam no grande mutirão de combate à fome e à pobreza;

Talher - Educadores populares que mobilizavam a sociedade, capacitavam os agentes do Programa Fome Zero (PFZ) e as famílias beneficiadas com base numa educação cidadã multiplicadora.

O objetivo dessa prática educativa era o de envolver todas as famílias abarcadas pelo Programa Bolsa Família, para que alcançassem a cidadania e a inclusão social, adquirindo uma nova consciência de seus direitos e deveres e que se empenhassem na geração da própria renda³¹.

Em 2003, Frei Betto realizou palestras informativas sobre o Fome Zero, divulgando a proposta de mobilização social e o Talher, em vários estados brasileiros. As reuniões ou plenárias reuniam um expressivo número de pessoas, convocadas principalmente por movimentos sociais, ONGs, e pastoraís.

³⁰ A indicação do nome de Frei Betto para exercício do cargo de Assessor Especial do Presidente da República, e Coordenador da mobilização social do Fome, revela uma estratégia de mobilização da sociedade, tanto pela sua capacidade de articulação quanto pela sua prática desenvolvida junto aos movimentos sociais no País. A estratégia concretizou-se no número expressivo de pessoas e entidades que participaram das reuniões e plenárias desenvolvidas por Frei Betto, em 2003, quando ele apresentava o Fome Zero e a proposta de mobilização social em todo o País. O Fome Zero é indiscutivelmente associado à figura do Frei Betto, apesar do seu desligamento do cargo em outubro de 2004.

³¹ Segundo Frei Betto (2007, p. 60) o objetivo do Fome Zero era evitar o assistencialismo, pois o programa era uma política de inclusão social, capaz de atacar as causas estruturais da miséria; propunha que seus beneficiários passassem de indivíduos a cidadãos, ou, como ele chamou, “atores sociais” (2007, p. 65) capazes de produzir a sua própria renda.

Porém, o que se evidenciou ao longo do governo Lula (2003-2010) foi uma perda de foco em relação a essa política, “o entusiástico interesse da nação pelo combate à fome não encontrou igual eco no interior do governo que o propôs (BETTO, 2007, p. 70).

O governo optou por um investimento de esforços cada vez maior em uma política específica em detrimento de um investimento maior no conjunto das políticas do Fome Zero. Resultando disso, uma perda de espaço do programa dentro do escopo governamental para outro programa: o Bolsa Família. Nas palavras de Frei Betto (2007, p. 102) “um governo que não fez revolução, ganhou a eleição; não chegou ao poder, mas ao governo”.

O Programa Bolsa Família (PBF) representa uma das diversas políticas que integram o Programa Fome Zero, porém, adquiriu proporções extraordinárias no cenário político brasileiro. Tornou-se em pouco tempo o “carro-chefe” das políticas sociais da gestão do Presidente Lula.

Segundo estimativa do Governo Federal baseada em estudos da Fundação Getúlio Vargas e do IPEA, o Brasil alcançou extraordinários resultados na última década em termos da redução da pobreza e da mobilidade social das classes E e D para a classe C.

Em números absolutos, estima-se que, nos anos que corresponderam aos dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), 28 milhões de brasileiros saíram a condição de pobreza, porém, um número significativo de pessoas permaneceu na condição de extrema pobreza, o que sugere que as políticas públicas praticadas não foram suficientes e mostraram-se de difícil acesso às camadas mais pobres da população.

Assim, em 2010, a presidente a Dilma Rousseff reconheceu as limitações do programa Fome Zero, e o substituiu pelo Plano Brasil sem Miséria, intensificando o nome do Programa Bolsa Família como “carro-chefe” das políticas sociais – o que abordarei no próximo capítulo.

CAPÍTULO III – O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E AS POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES: FAMÍLIA E ESCOLA

Figura 10 – Charge 1



Fonte:

(<https://www.google.com.br/search?q=charges+sobre+o+programa+bolsa+familia&espv=2&biw=1366&bih=667&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=ciURVMiRFLaAsQStlIHwBw&ve>).

Cenas da miséria extrema nos rincões da vida cotidiana no campo em regiões marcadas pela fome de inúmeras famílias e crianças do Norte e Nordeste do Brasil. O PBF tem sido alvo de críticas e ironias de estudiosos de esquerda e de direita, de partidos políticos de esquerda e de direita e, por fim, de um certo senso-comum acadêmico e da sociedade em geral movida pela influência das diversas mídias. Grande parte das críticas presentes nas falas e charges presentes na mídia, desconhecem, antes de criticar, os fundamentos e origens dos programas de distribuição de renda, e sua real necessidade. A charge é a saga das mulheres que vivem em regiões tradicionalmente mais empobrecidas e mais negligenciadas pelos governos (em todos os níveis: federal, estadual e até municipal) ao longo da história brasileira. Esses sujeitos são objetos de pesquisa, em razão de viverem em áreas rurais empobrecidas e, portanto, diferentes daqueles sujeitos empobrecidos das áreas urbanas, que vivem o isolamento geográfico; para quem vive no campo, acentuam-se muitos aspectos característicos da pobreza, como

está descrito, em especial, no quarto capítulo do livro *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. Neste sentido, ao isolamento geográfico corresponde um isolamento político, social, cultural e muitas vezes até humano³².

Este capítulo tem como objetivos caracterizar o Programa Bolsa Família, refletir sobre as possíveis aproximações entre a família e a escola, apresentar algumas perspectivas de análise sobre o programa e dar voz às famílias beneficiadas. Não esquecendo que, para a família receber este tipo de subsídio, precisa comprovar que vive na linha da pobreza, isto é, assumir a sua identidade de pobre, na perspectiva da "pobreza como sofrimento e humilhação" (REGO; PINZANI, 2013, p. 40).

3.1 Caracterizando o Programa Bolsa Família (PBF)

O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado em junho de 2011 com o desafio de superar a extrema pobreza no País. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros que, a despeito dos avanços sociais e econômicos do país nos últimos anos, continuavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 70 por pessoa, atendidos pelo Programa Bolsa Família.

Considerando que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda, o Plano foi estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a e serviços. São mais de 100 ações, programas e políticas distribuídas nos três eixos, que envolvem 22 ministérios. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) coordena o Brasil Sem Miséria.

Em 2003, iniciava-se o Programa Bolsa Família (PBF), tendo à frente um amplo conjunto de desafios. Era a primeira vez que se desenhava uma política pública nacional voltada ao enfrentamento da pobreza, visando garantir o acesso de todas as famílias pobres não apenas a uma renda complementar, mas a direitos sociais.

O programa não nascia só. Nascia como parte de uma estratégia integrada de inclusão social e de desenvolvimento econômico. Um modelo de desenvolvimento com inclusão, que se assentava em um conjunto relevante de iniciativas, tais como a política de valorização real do salário mínimo, os programas de fortalecimento da agricultura

³² PINZANI, Alessandro, 2014, em entrevista à Revista Pedagógica, 2014.1 (mimeo).

familiar, a defesa e proteção do emprego formal e a ampliação da cobertura previdenciária. Articulado às demais iniciativas que emergiram no início do governo Lula, o PBF conheceu uma trajetória de sucesso, contribuindo efetivamente para melhorar as condições de vida e ampliar as oportunidades para milhões de famílias brasileiras (CAMPELLO, 2013, p. 16).

O PBF é uma transferência condicionada de renda voltada à população pobre, com ênfase nos extremamente pobres, criado em setembro de 2003 e convertido na Lei n. 10.836, em janeiro de 2004. Em seu art.4º, destacam-se os objetivos básicos, como:

- Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social;
- Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
- Combater a pobreza;
- Promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

Segundo Lavinias et al. (2000), a focalização não está vinculada com o compromisso da equidade. É possível sugerir que os autores se enquadram numa perspectiva de que as políticas sociais deveriam ser universais, como assinalam Faria, Feijó e Silva (2007, p. 288):

É consenso entre cientistas sociais que mecanismos de transferência de renda representam um importante instrumento de política pública no combate à desigualdade e à pobreza. No entanto, o debate contemporâneo sobre como progredir no processo de redução da imensa desigualdade de renda e riqueza no Brasil tem, em grande medida, dividido opiniões entre aqueles que defendem políticas sociais universais e aqueles que defendem políticas focalizadas [...].

O que esses autores afirmam é que a focalização não é um problema em si e o que se faz necessário é a escolha adequada dos métodos de focalização e de uma correta avaliação dos custos envolvidos nessa escolha.

Para Kerstenetzky (2009), os programas focalizados tendem a reforçar atitudes que enfraquecem o sentimento de solidariedade ao

invés de fortalecê-lo, e para manter a sustentabilidade econômica de programas focalizados é necessária certa legitimidade, porém, esta pode ser enfraquecida perante o fato dos programas serem focalizados e não universais. Como vimos, a questão da focalização causa impasse entre os autores, e está situado em um terreno arenoso, o qual poderá ser aprofundado em uma nova pesquisa.

Retornando à descrição do PBF, podemos afirmar que ele unificou os programas do Governo Federal: Bolsa-Escola (2001), Bolsa Alimentação (2001), Auxílio-Gás (2001), Cartão Alimentação (2003), incorporando, a partir de 2005, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), de 1996 (MDS, 2013a), e está focado em três eixos: a *transferência de renda*, as *condicionalidades* e as *ações e programas complementares*.

A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade (MDS, 2013a).

Como já mencionamos, o programa beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, e os benefícios são classificados da seguinte maneira:

- Benefício Básico (para famílias consideradas extremamente pobres, independentemente da sua composição familiar);
- Benefício Variável (famílias que possuem crianças até 15 anos, até 3 crianças);
- Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) (que possuam jovens de 16 a 17 anos frequentando a escola, até 2 jovens);
- Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE) (para famílias que migraram para o PBF e isso os tenha causado perda financeira).

Abaixo, as tabelas com os valores pagos em função das composições e demandas familiares:

Quadro 2 – Composição dos valores dos benefícios para famílias extremamente pobres (renda familiar mensal de até R\$ 70 por pessoa)

Número de crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Básico	R\$ 70,00
1	0	Básico + 1 variável	R\$ 102,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 134,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 166,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$ 108,00
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	R\$ 140,00
2	1	Básico + 2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 172,00
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 204,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 146,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R\$ 178,00
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 210,00
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 242,00

Fonte: MDS, 2013d.

Quadro 3 – Composição dos valores dos benefícios para famílias pobres (renda familiar mensal de R\$ 70 a R\$ 140 por pessoa)

Número de crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Não recebe o benefício Básico	–
1	0	1 variável	R\$ 32,00
2	0	2 variáveis	R\$ 64,00
3	0	3 variáveis	R\$ 96,00
0	1	1 BVJ	R\$ 38,00
1	1	1 variável + 1 BVJ	R\$ 70,00
2	1	2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 102,00
3	1	3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 134,00
0	2	2 BVJ	R\$ 76,00
1	2	1 variável + 2 BVJ	R\$ 108,00
2	2	2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 140,00
3	2	3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 172,00

Fonte: MDS, 2013d.

O benefício é preferencialmente pago à mulher. Assim, o fato do cartão do PBF estar em nome da mulher pode ser considerado positivo, pois as mulheres são melhores gestoras da economia doméstica, permitindo a elas a libertação da “ditadura da miséria” e do controle masculino familiar.

Em outras palavras, há um empoderamento diante da oportunidade de escolha, iniciando pela programação da própria vida até a possibilidade de escolher entre a compra de um tipo de alimento mais que de outro, de uma roupa, de um calçado, passando uma maior liberdade pessoal.

A família beneficiária tem contrapartidas a cumprir em forma de condicionalidades, ou seja, compromissos assumidos no cumprimento de atividades nas áreas de saúde, de educação e de assistência social, as quais mencionaremos a seguir:

Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizas (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê;

Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%;

Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo PETI devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do PETI e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal (BRASIL, Manual de Gestão de Condicionalidades, 2006).

A seleção das famílias para o PBF é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil.

Com base nesses dados, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no PBF. No entanto, o cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no Programa e o recebimento do benefício.

O cadastramento das famílias é executado pelos municípios por meio da coleta de dados das famílias de baixa renda, em formulário específico para esse fim. Os cadastros são processados pelo Agente Operador do Cadastro Único – Caixa Econômica Federal –, que é responsável por atribuir a cada pessoa da família cadastrada um número de identificação social (NIS) de caráter único, pessoal e intransferível.

Os participantes do CadÚnico podem fazer uso de diversos benefícios, tais como:

- Participar de programas de transferência de renda, o PBF e o BPC (Benefício de Prestação Continuada);
- Programas de habitação – Minha Casa, Minha Vida;
- Cursos de geração de renda ofertados pelas Secretarias de Assistência Social;

- Programa de proteção à criança em vulnerabilidade social chamado de Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), e projetos de contra turno.

O controle da frequência escolar é responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC).

As secretarias municipais de Educação devem informar a frequência escolar a cada bimestre. O registro é feito no Sistema de Frequência Escolar, via internet, acessado por meio da página da Caixa Econômica Federal, que é o órgão responsável pelo desenvolvimento desse aplicativo.

A cada período, as secretarias municipais de Educação acessam a lista de alunos que devem ter sua frequência registrada e a encaminham para as escolas correspondentes, que deverão retornar com as informações atualizadas dos alunos para a digitação no cadastro.

No tocante à extensão de cobertura e expansão de direitos sociais, podemos comparar o PBF a quatro grandes iniciativas em termos de política social da história brasileira: a extensão do direito previdenciário aos trabalhadores rurais não contribuintes, nos anos 1960; o surgimento da proteção social não contributiva por meio da Renda Mensal Vitalícia, na primeira metade dos anos 1970; a implantação do Sistema Único de Saúde, a partir de 1988; e a ampliação da cobertura do ensino básico nos anos 1990.

Hoje o programa atende, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS, 2013a), mais de 12 milhões de famílias em todo o território nacional. O MDS aponta, ainda, o Programa Bolsa Família como um importante instrumento de redução da desigualdade social e da pobreza, citando dados do 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que demonstra queda da pobreza extrema de 12% em 2003 para 4,8% em 2008 (PNUD. 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, 2010).

Em Chapecó (SC), o total de famílias inscritas no Cadastro Único em março de 2013 era de 13.735. O PBF beneficiou, no mês de maio de 2013, 3.958 famílias, representando uma cobertura de 97,0% da estimativa de famílias pobres no município.

As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 130,68 e o valor total transferido pelo Governo Federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 517.212 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de março de 2013, atingiu o percentual de 92,81% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 4.633 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 4.992. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 74,94%, resultando em 577 jovens acompanhados de um total de 770.

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dez de 2012, atingiu 97,07%, percentual equivalente a 3.248 famílias de um total de 3.346 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2013b³³).

3.2 Perspectivas do Programa Bolsa Família

Figura 11 – Charge 2



Fonte:

(<https://www.google.com.br/search?q=charges+sobre+o+programa+bolsa+familia&espv=2&biw=1366&bih=667&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=ciURVMiRFLaAsQStIIHwBw&ve>).

³³ Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio.php#Visão Geral](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral)>. Acesso em: 24 jun. 2013.

O PBF é aquele que na literatura especializada é chamado de CCT Program, ou seja, um programa de transferência condicional de renda. É um tipo específico de programa social que, normalmente, é acompanhado por outros programas sociais. Isso é o caso também do PBF, já que o MDS mantém quase sessenta programas sociais além dele. Este aspecto é frequentemente esquecido nos debates políticos e até acadêmicos, mas é fundamental. Não há como combater a pobreza somente por meio de programas CCT. Em certo sentido, é um programa emergencial, pois tem como objeto a miséria extrema e como público-alvo pessoas que têm dificuldade de garantir a sobrevivência de suas famílias e de planejar minimamente sua vida. É um programa governamental, não um direito amparado na constituição (embora exista no Brasil uma lei que preveja o pagamento de uma renda básica universal – lei que ainda espera sua implementação e cuja existência muitos desconhecem). Por isso, o PBF se torna regularmente objeto dos debates eleitorais, pois uma mudança de governo poderia significar a interrupção do programa ou uma profunda transformação dele³⁴.

Diante das categorias provisórias, buscamos pesquisadores na área, como: Medeiros; Brito; Soares (2007), Camargo (2006), Lavinias (2004), Vianna (2008), Silva (2009), entre outros que mencionaremos a seguir para apresentar algumas perspectivas sobre o PBF.

A primeira perspectiva: “A transferência de renda seria um elemento que levaria à dependência, à preguiça e ao ‘não trabalho’?” Muitos teóricos não acreditam que haja desestímulo ao trabalho, devido ao baixo valor que o PBF transfere (MEDEIROS; BRITO; SOARES, 2007, p. 19).

A segunda perspectiva: “As contrapartidas ou condicionalidades do PBF são formas de controle e/ou medidas disciplinares?” Medeiros, Brito e Soares (2007, p. 18) apontam que “[...] não se sabe ao certo quão necessárias são as condicionalidades, quanto se gasta para controlá-las e o que exatamente se ganha com isso.” Destacam que seria necessário, também, verificar se o custo de fiscalização do cumprimento das condicionalidades compensa a sua manutenção, porque, na prática, as crianças já estão obrigadas a ir à escola.

Alguns estudos evidenciam que o fato de haver condicionalidades não mudaria muito o acesso à educação e à saúde (CAMARGO, 2006).

³⁴ PINZANI, Alessandro, 2014, em entrevista à Revista Pedagógica, 2014.1 (mimeo).

Outros autores defendem a ideia de que há a necessidade de haver exigências, sob pena de o Programa abrir mão de um dos seus principais objetivos, que é a quebra da pobreza intergeracional.

Camargo (2006) enfatiza que, se houvesse o abandono das condicionalidades, o PBF seria meramente um programa assistencialista, pois justamente o que o torna emancipador é a ênfase na retirada das crianças da pobreza, que só é possível por meio das exigências das condicionalidades de saúde e de educação.

Por outro lado, autores como Lavinias (2004), Vianna (2008) e Silva (2009) criticam a existência desse controle sobre a população beneficiada. Argumentam que o PBF deveria se constituir um direito social e, portanto, incondicional, ou seja, as condicionalidades seriam contraditórias com a perspectiva dos direitos – também corroboramos com tal ideia. A educação, a saúde e a assistência seriam direitos da população, e não algo a ser exigido pelo Estado.

Lavinias (2004) e Silva (2009) destacam, ainda, que as exigências de condicionalidades produziriam uma estigmatização dos beneficiários, por tratá-los como incapazes de se autossustentar e de cuidar de si sem interferência externa.

A terceira perspectiva: “O PBF substitui as políticas sociais universais em vez de inserir-se na rede de proteção social como um programa complementar?” (POCHMANN, 2007; LAVINAS, 2007; ALMEIDA 2004), ou seja, se ocorreria uma priorização dos programas de transferência de renda em detrimento de políticas sociais universalizantes, o que estaria em contradição, inclusive, com os próprios objetivos declarados pelo PBF (de promover o acesso aos direitos sociais de educação e de saúde). Nesse sentido, alguns autores (POCHMANN, 2006; LAVINAS, 2006) apontam para a redução de recursos voltados para políticas universais concomitantemente ao incremento de gastos em programas focalizados, como os de transferência de renda.

A quarta perspectiva que perpassa todas as demais: “*Por que o PBF não é um direito social constitutivo?*” (LAVINAS; VARSANO, 1997; ALMEIDA, 2004; MACEDO; BRITO, 2004), ou seja, o benefício em questão não se constitui em um direito decorrente da cidadania. Como aponta Jaccoud, o direito deve ser exigível:

Os direitos sociais devem estar garantidos constitucionalmente ou infraconstitucionalmente, instituindo uma efetiva obrigação do Estado na sua oferta. Os direitos sociais devem ser exigíveis,

ou seja, ser acompanhados por mecanismos jurídicos e institucionais que possam ser mobilizados para reivindicações da sua titularidade. Os direitos sociais devem ser uniformes, no atendimento, garantia à oferta e à qualidade mínima em todo o território nacional. Por fim, deve ser garantido o acesso a todo o grupo ao qual são dirigidos. (JACCOUD, 2009, p. 224).

A *quinta* perspectiva foi obtida na tese escrita por Adriana Rochas de Carvalho Fruguli Moreira, com data de 1º de agosto de 2012, e constata que o PBF contribuiu para a redução das desigualdades, da taxa de desemprego, da taxa de analfabetismo e da taxa de mortalidade infantil; corroboram dessa análise os autores Silva; Lima (2010).

A *sexta* perspectiva é resultante da tese escrita por Aracy Alves de Araújo, com data de 1º de outubro de 2010. Na tese os resultados indicam que o PBF reduz a probabilidade de trabalho das crianças, e que a decisão de trabalho de pais e mães não é afetada pela participação no programa, mas a jornada semanal é alterada nas famílias que participam do PBF. Ferro (2007) também compactua de tal resultado.

A *sétima* perspectiva registrada na tese escrita por Ana Lúcia Figueiró, com data de 1º de maio de 2010, afirma que o programa oferece oportunidades de construção da cidadania como forma de garantir a qualidade da democracia na sociedade, mas que ele não tem conseguido, na sua atuação isolada, proporcionar reduções significativas nas desigualdades sociais. Currelo (2012), em sua pesquisa, também encontrou o mesmo resultado.

A *oitava* perspectiva foi apresentada pelas autoras Silva; Lima (2010): afirmam que o PBF amortece as lutas sociais e corrobora com os complexos sociais de reprodução ampliada do capital. Ele é um “mediador” entre os interesses contraditórios de classes (mediante a distribuição de renda) e o aquecimento do mercado interno, o que contribui para se preservarem interesses capitalistas e “neutralizarem-se” conflitos sociais que possam comprometer o desenvolvimento econômico e o desempenho do Governo. Desse mesmo modo pensam Macedo; Brito (2004).

A autora salienta, ainda, que o programa contribui para a diminuição da condição de privação das famílias no que se refere ao atendimento de suas necessidades imediatas, porque expande as capacidades (alimentação, consumo de bens e serviços, acesso aos

serviços bancários e remuneração) e melhora a qualidade de vida dos beneficiados. No entanto, existem deficiências na gestão, no acompanhamento das condicionalidades e no uso dos recursos pelas famílias beneficiadas. Os autores Oliveira (2009) e Mesquita (2007) constataram o mesmo resultado.

Para finalizar, trago Rego; Pinzani (2013), que apontam que o PBF trouxe a possibilidade do beneficiário adquirir respeitabilidade na vida local, garante o direito à vida a milhões de brasileiros, inicia a superação da cultura da resignação, permite que as pessoas tenham crédito e, assim, o reconhecimento como cidadão social, cria vínculo de pertencimento a uma comunidade.

O fato de o cartão estar em nome da mulher a torna mais independente do marido, mas coloca nos ombros dela o peso de lidar com as novas situações. A transferência de renda proporcionada pelo PBF é limitada e sua tímida contribuição é na promoção do mínimo para a sobrevivência, ou seja, o valor recebido não é suficiente para atender as necessidades básicas (SILVA; LIMA, 2010; REGO; PINZANI, 2013).

3.3 A Centralidade da Família no Programa Bolsa Família

Figura 12 – Charge 3



Fonte:

(<https://www.google.com.br/search?q=charges+sobre+o+programa+bolsa+familia+e+espv=2&biw=1366&bih=667&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=ciURVMiRFLaAsQStIHwBw&ve>).

Sobre a acusação de que seria um programa eleitoral, gostaríamos de perguntar qual programa governamental pode ser isento de tal acusação. O plano industrial e econômico que todo governo tem não seria uma maneira de tentar ganhar o voto dos empresários ou dos trabalhadores? As isenções e os incentivos fiscais para as empresas e para os consumidores, não o seriam? Por que é lícito para a classe média votar pelos candidatos que melhor garantem seu interesse, sem que ninguém se escandalize, e quando os pobres fazem isso se fala em compra e venda de votos?

O PBF cria dependência? No máximo, poderíamos dizer que substitui uma dependência (a da falta de condições materiais) por outra dependência (a da ajuda do governo). Mas, de novo, ninguém utilizaria esta linguagem para as outras classes e os outros serviços garantidos pelo governo. Os cidadãos acham óbvio que o governo ofereça as condições para ver garantido seu direito de ir e vir, por exemplo. Ora, o direito de não passar fome e de viver uma vida minimamente digna não é um direito pelo menos tão importante? O fato de um governo disponibilizar os instrumentos para isso, não significa em si a criação de uma relação de dependência. Gostaríamos também de lembrar que cada ano milhares de famílias saem voluntariamente do PBF por terem conseguido alcançar uma renda superior àquela que permite o acesso ao programa.”³⁵

Para entendermos a centralidade na família no PBF, faz-se necessário refletir sobre as famílias que participam desse tipo de programa e, fundamentalmente, a relação que elas têm com a escola, no âmbito da condição de classe social empobrecida.

Quando se fala em família e classe social (desigualdades sociais), seja na mídia ou em pesquisas, é possível perceber os desafios apresentados, no sentido de superação das desigualdades sociais (empobrecimento), na perspectiva do capitalismo neoliberal, nas quais estão imersas as famílias da classe trabalhadora no campo e nas cidades.

Neste sentido, há, para além dos possíveis avanços do PBF, uma considerável mobilização social e debates, em torno da necessidade da superação das condições objetivas das populações empobrecidas, em

³⁵(<https://www.google.com.br/search?q=charges+sobre+o+programa+bolsa+familia&espv=2&biw=1366&bih=667&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=ciURVMiRFLaAsQ>) PINZANI, Alessandro, 2014, em entrevista à Revista Pedagógica, 2014.1 (mimeo).

busca de condições dignas de trabalho, habitação, saúde, educação e outros pontos da agenda social.

Trata-se das lutas sociais por uma qualidade de vida, fundada nos princípios de uma saúde pública e coletiva de qualidade, que estejam congruentes com a conquista dos direitos humanos e sociais.

Nesse imbróglio, sobressaem-se as lutas por uma educação pública e de qualidade. Luta que permita uma escolarização dos filhos das famílias da classe trabalhadora empobrecida. Essa questão é de suma relevância, considerando que, de um lado, a academia se ocupou em observar os "handcaps" socioculturais, que produziram uma verdadeira desqualificação, socialmente desfavorecida (SETTON; SPOSITO, 2013); de outro lado, é fato também que, recentemente, muitos estudos estão realizando uma inflexão analítica considerável, no sentido de questionar, de fato, se "as políticas públicas (educacionais) numa sociedade de classes são formas de garantir direitos e, por esta via, colocá-las no rumo de uma estrutura social igualitária" (PATTO, 2009, p. 17).

Os pobres, categoria estigmatizada como "classe perigosa" pelos grupos dominantes, passaram a ser definidos e identificados nas ciências sociais como os "trabalhadores" a partir dos anos 70 (SARTI, 2011, p. 37).

A pobreza não é somente privação de dinheiro e recursos materiais, é também a privação de capacidades e não de desenvolvimento de funções humanas importantes, o que torna os pobres ainda mais pobres.

A situação de pobreza material aguda resulta em sentimentos de humilhação, em falta de autoestima e de autorrespeito, em sentimento de alienação perante o mundo que pode até levar a perturbações psicológicas de vários tipos.

A pobreza como problema social levou a uma reflexão crítica da sociedade e, nessa perspectiva, os pobres foram pensados como os agentes da transformação social a partir da noção de classe. Identificados como "os trabalhadores", os pobres passaram a constituir a "classe trabalhadora", sendo então definidos fundamentalmente por sua forma de inserção na produção (SARTI, 2011, p. 38).

Assim, o trabalho tornou-se uma categoria de análise no Brasil, depois do "boom" industrial dos anos 60. Assim, as relações capitalistas se entrecruzam com os traços escravistas e clientelistas da nossa formação histórica. Então os pobres urbanos agora são os trabalhadores do país em modernização. Segundo Sarti (2011, p. 39),

[...] os pobres foram pensados como se sua identidade social fosse ou devesse ser construída exclusivamente a partir de sua determinação de classe, ou, de um outro ponto de vista, como se suas ações fossem ou devessem ser motivadas pelo interesse em satisfazer suas necessidades materiais, uma vez que eles foram definidos por essa carência básica.

Como vimos no capítulo II, após a Segunda Guerra Mundial, com a consolidação do Estado de bem-estar nos países centrais, este passa a regular a economia e a realizar um conjunto de ações na área da proteção social que visavam garantir o pleno emprego. Tais ações possibilitaram a extensão dos direitos sociais, a oferta universal de serviços sociais e a “institucionalização da assistência social como rede de defesa contra a pobreza absoluta” (PEREIRA, 1994, p. 3). Nesse período, a família não era um elemento central no enfrentamento da questão social, isto é, o Estado assumia a proteção e a reprodução social como missão (CARVALHO, 2000).

Na década de 1970, com a deflagração da crise econômica mundial, a família foi redescoberta como fonte privilegiada de proteção social. Em quase todos os países da Europa Ocidental foram implantadas políticas sociais direcionadas à família (PEREIRA, 2004a). A ideia de que o Estado deve compartilhar com as famílias a responsabilidade de proporcionar proteção social se expandiu no Brasil, principalmente a partir da década de 1980.

Assim, abre-se caminho para o desenvolvimento da doutrina do pluralismo de bem-estar social, “um modelo misto ou plural de proteção social” que envolve o Estado, o mercado e a sociedade. Ocorre uma privatização das responsabilidades públicas, com quebra da garantia de direitos. O Estado elege a família e a sociedade como “parceiros” na busca do desenvolvimento e da proteção social, incentivando o voluntarismo e a solidariedade (PEREIRA, 2004a, p. 25).

No momento em que os programas sociais deveriam respaldar as famílias, garantir a sua proteção, desenvolver estratégias para o seu fortalecimento na luta por direitos e pela conquista de políticas universais, o Estado exige que a família ocupe o lugar que é seu: o “Estado-Providência” é substituído pela “Sociedade Providência”. Isso constitui uma inversão de papéis (MESTRINER, 2000).

Na ausência de direitos sociais, os indivíduos buscam na família o apoio para lidar com suas dificuldades. A família é revalorizada em

sua função socializadora. “É convocada a exercer a autoridade e definir limites.” (CARVALHO, 2000, p. 16).

Para Sawaia (2004, p. 42), ao se isentar dos deveres de prover o cuidado dos cidadãos, o Estado “sobrecarrega a família, conclamando-a a ser parceira da escola e das políticas públicas, e a sociedade, atônita, na ausência de ‘lugares com calor’, elege-a como o lugar da proteção social e psicológica”.

Sem proteção do Estado, as famílias ficam fragilizadas e buscam estratégias de sobrevivência, que podem ser percebidas nas redes de solidariedade, como: parentes, vizinhos, pastorais, projetos sociais, Igreja, entre outros espaços.

A centralidade da família nas políticas sociais ganhou visibilidade, no Brasil, com o projeto de lei, aprovado em dezembro de 1991, denominado Programa de Garantia de Renda Mínima, que vinculou a renda mínima à família e à educação.

Seguindo a ótica da produção, a família tornou-se objeto de estudo a partir da análise de funcionalidade para o capital, como unidade de reprodução de força de trabalho. A família foi reduzida a um arranjo para a sobrevivência material concebendo a família como uma unidade de consumo, ou que remete ao processo de produção num sentido mais amplo (SARTI, 2011, p. 38-39).

Para Meyer (2010), a família tem se constituído como o alvo preferencial de políticas e programas direcionados para a “inclusão social”; quase que de forma consequente, ela também tem sido responsabilizada pelo desenvolvimento e resolução de problemas sociais e econômicos de países pobres e em desenvolvimento.

Segundo a autora, pelo menos três movimentos³⁶ sociais distintos e não coincidentes no tempo contribuíram para que a família³⁷ fosse colocada no centro das “políticas de gestão da vida” (e, dentro dela, a mulher como mãe da criança em particular).

³⁶ A urbanização, a instauração e o fortalecimento do sistema capitalista de produção e a formação e consolidação dos estados nacionais que perpassaram a Europa nos séculos XVII, XVIII e XIX (MEYER, 2010).

³⁷ Sarti (2003) enfatiza a importância da diferenciação entre sistema de parentesco e família elaborada por Lévi-Strauss (1972, 1982). O *parentesco* seria um sistema amplo, diversificado e complexo que joga com alguns elementos básicos, tais como: relações de afinidade (através do casamento), relações de descendência (entre pais e filhos não necessariamente biológicos) e relações de consanguinidade (entre irmãos). A *família* seria apenas um grupo social concreto através do qual se realizam os vínculos de parentesco (SARTI, 2003, p. 40).

A família nuclear que conhecemos (e naturalizamos, hoje) aparece apenas no final do século XIX e ela passa a ser posicionada como local de proteção e cuidado por excelência (MEYER, 2010).

Segundo a autora, a novidade dos nossos tempos, sobretudo nos países pobres e em desenvolvimento, talvez seja o posicionamento da família, ao mesmo tempo, como alvo preferencial e como “parceira estratégica na implementação e [...] execução da política pública que envolva o combate à fome, à pobreza, a promoção da saúde e da educação, a qualificação para o trabalho, o enfrentamento do desemprego e o incremento da renda familiar, a diminuição da violência social e da drogadição entre grupos em situação “de risco” ou de “vulnerabilidade social”, dentre outras.

O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) é um dos programas desenvolvidos sob tutela do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Combate à Fome (MDS). Ele integra a rede de atendimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na modalidade da Proteção Social Básica. O programa é desenvolvido em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Nele, desenvolvem-se ações e serviços básicos continuados para famílias em situação de ‘vulnerabilidade social’, objetivando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o direito à proteção social básica, a ampliação da capacidade de proteção social e de prevenção de situações de risco. Ele relaciona-se com o Programa Bolsa-Família (PBF), enquanto o PBF distribui dinheiro para as famílias, o PAIF tem caráter educativo e trabalha em três eixos: o de disseminar informações na perspectiva dos direitos da cidadania; o de conhecer serviços, recursos e agentes do território; e o de apoio a ações locais de interação cultural entre as famílias. Ele é, portanto, um programa que se poderia caracterizar como sendo de acolhimento e de escuta. (MEYER, 2010).

A expressão família, etimologicamente, deriva do latim *família* *ae*, designando o conjunto de escravos e servidores que viviam sob a jurisdição do pater famílias. Com sua ampliação tornou-se sinônimo de Gens, que seria o conjunto de agnados (os submetidos ao poder em

decorrência do casamento) e os cognados (parentes pelo lado materno) (VIANA, 2000).

A entidade familiar de início é constituída pela figura do marido e da mulher. Depois se amplia com o surgimento da prole. Sob outros prismas, a família cresce ainda mais: ao se casarem, os filhos não rompem o vínculo familiar com seus pais e estes continuam fazendo parte da família, os irmãos também continuam, e, por seu turno, casam-se e trazem os seus filhos para o seio familiar.

A família é uma sociedade natural formada por indivíduos, unidos por laço de sangue ou de afinidade. Os laços de sangue resultam da descendência. A afinidade se dá com a entrada dos cônjuges e seus parentes que se agregam à entidade familiar pelo casamento.

Com o passar dos tempos a sociedade familiar sentiu necessidade de criar leis para se organizar e com isso surgiu o Direito de Família, regulando as relações familiares e tentando solucionar os conflitos oriundos delas; através dos tempos o Direito vem regulando e legislando, sempre com intuito de ajudar a manter a família para que o indivíduo possa inclusive existir como cidadão (sem a estruturação familiar, em que há um lugar definido para cada membro) e trabalhar na constituição de si mesmo (estruturação do sujeito) e das relações interpessoais e sociais (PEREIRA, 2004b).

A família regulada pelo Código Civil de 2002 passa a representar limitada forma de convivência, reconhece-se a existência das famílias monoparentais, identificadas constitucionalmente, o que reflete efetiva conquista nos rumos do reconhecimento de novos núcleos de relações de afeto e proteção, gerando, inclusive, direitos patrimoniais (PEREIRA, 2004a).

O direito de família no Brasil atravessa um período de efervescência. Deixa a família de ser percebida como mera instituição jurídica para assumir feição de instrumento para a promoção da personalidade humana, mais contemporânea e afinada com o tom constitucional da dignidade da pessoa humana.

Não mais encerrando a família um fim em si mesma, finalmente, averba-se que ninguém nasce para constituí-la (a velha família cimentada no casamento, não raro, arranjado pelo pai que prometia a mão de sua filha, como se fosse uma simples negociação patrimonial). Ao revés, trata-se do lugar privilegiado, o ninho afetivo, no qual a pessoa nasce inserida e no qual modelará e desenvolverá a sua personalidade, na busca da felicidade, verdadeiro desiderato da pessoa humana. Essa é a família da nova era (FARIAS, 2004).

Segundo a Secretaria Nacional de Assistência Social, a “[...] família é um núcleo afetivo, cujos membros se vinculam por laços consanguíneos, de aliança ou de afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero.” (GUIA PNAS, 2006, p. 26).

Já o PAIF, por sua vez, define família como “[...] todo núcleo de pessoas que convive em determinado lugar, durante um período de tempo, e que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade.” (GUIA PAIF, 2006, p. 5).

Para além das famílias nucleares que conhecemos, a família monoparental, centrada na figura materna, aparece nesses contextos como sendo uma formação familiar típica; em segundo lugar aparece a família composta por mães, filhos de vários pais e “padrastos rotativos”; e aparece também a família alargada, que conta com a presença e colaboração de outros parentes, muitas vezes consanguíneos e vinculados à mãe.

De forma importante aponta-se a recorrência de “famílias de mulheres”. Percebe-se, ainda, que tais configurações familiares são intercambiáveis: as mesmas mulheres-mães e/ou seus filhos podem viver, em diferentes tempos e contextos, diversos arranjos familiares e isso incide fortemente sobre suas condições de vida. É certo, também, que arranjos familiares como esses não se constituem como prerrogativa de grupos pobres nos países em desenvolvimento, estando hoje disseminados por diferentes classes sociais e contextos culturais (MEYER, 2010).

Eles, entretanto, têm impactos diferenciados em contextos de pobreza e de privação de direitos sociais básicos e, assim, o pressuposto de família como núcleo afetivo e protetor, incorporado nessas definições, precisaria ser problematizado, pois tais famílias em particular, e independentemente de sua configuração, “carecem de proteção para processar proteção” (CARVALHO, 2000, p. 19).

A ênfase que o conceito de família explicitado no PAIF, em particular, atribui à convivência em *um mesmo lugar*, e que funciona como um dos critérios de admissão ao programa, termina por reduzir a amplitude que o conceito produz em outras de suas dimensões, à medida que iguala *família a grupo doméstico* e deixa de considerar a importância do grupo de parentes em duas situações: no apoio financeiro gerado pela migração e na circulação de crianças (BILAC, 2003, p. 36).

A família é considerada a primeira agência educacional do ser humano e é responsável, principalmente, pela forma com que o sujeito se relaciona com o mundo, a partir de sua localização na estrutura social.

3.4 As Vozes das Famílias Beneficiadas sobre o PBF

Figura 13 – Charge 4

Boato leva centenas de beneficiários do Bolsa Família a bancos



Fonte:

(<https://www.google.com.br/search?q=charges+sobre+o+programa+bolsa+familia+&espv=2&biw=1366&bih=667&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=ciURVMiRFLaAsQStlIHwBw&ve>).

O argumento que se ouve frequentemente nas discussões sobre o PBF (inclusive nos tantos debates dos quais participamos) é de que é melhor ensinar às pessoas a pescar, em vez de dar-lhes um peixe, como diz um provérbio chinês. O problema é que no sertão não tem peixe, para ficar nesta metáfora. Em outras palavras: estamos falando de uma

pobreza estrutural, que não é o resultado contingente de uma crise econômica, como no caso da pobreza que seguiu a crise de 1929 nos EUA, descrita por tantos livros e filmes (por ex. no romance *As vinhas da ira* de Steinbeck e no homônimo filme de John Ford). A pobreza nas regiões visitadas por nós ou nas favelas e nos bairros urbanos pobres é consequência de uma secular falta de compromisso social e político por parte dos governos e das elites. Em alguns casos, é quase impossível imaginar que a situação possa ser resolvida sem maciços investimentos públicos (como aconteceu justamente nos EUA dos anos Trinta com a política do New Deal). Consideremos, por exemplo, regiões como o vale do Jequitinhonha: é inimaginável que empresas privadas criem vagas de trabalho em uma região tão distante do mar e dos portos, com estradas em péssimas condições, etc. Isso sem contar a falta de mão de obra qualificada. Por isso, de nada adiantaria o governo federal (já que os estaduais ou os municipais em geral pouco fazem para melhorar o nível de educação pública, como fica claro aqui em Santa Catarina, por exemplo) abrir Institutos Técnicos Federais naquelas regiões, pois isso acabaria fazendo com que os alunos egressos sejam obrigados a mudar-se para as longínquas cidades ou para outros estados, sem mudar nada na região. Seria necessário criar trabalho naquelas regiões e, mais uma vez, a iniciativa privada nunca vai conseguir isso sozinha³⁸.

Este capítulo tem como objetivo apresentar o que revelam as vozes das famílias beneficiadas pelo PBF e as mudanças efetivas que o programa trouxe para a vida delas.

Como vimos anteriormente, os pais/as mães são sujeitos importantes nesta pesquisa, e com eles foi realizada a entrevista semiestruturada, combinando questões abertas e fechadas.

Nas entrevistas, coletamos dados gerais da família em relação aos alunos beneficiados: idade dos responsáveis, o sexo, o estado civil, o grau de escolaridade, a quantidade de filhos, a ocupação atual, a fonte de renda; buscamos verificar o conhecimento da criação e gestão do PBF, avaliar o valor repassado, identificar como a família usa o dinheiro e encara as condicionalidades e o bloqueio do benefício pelo não cumprimento delas, identificar as mudanças efetivas geradas na vida das

³⁸(<https://www.google.com.br/search?q=charges+sobre+o+programa+bolsa+familia&espv=2&biw=1366&bih=667&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=ciURVMiRFLaAsQStIIHwBw&ved>)

PINZANI, Alessandro, 2014, em entrevista à Revista Pedagógica, 2014.1 (mimeo).

famílias beneficiárias, conhecer o papel da escola na vida dos beneficiados, o modo com que o PBF ajudou na aprendizagem dos filhos, os sentidos da obrigatoriedade da frequência escolar, como está o desempenho escolar dos filhos, a relação família e escola, como e com que frequência é feito o acompanhamento escolar dos filhos.

As fontes de renda das famílias provêm do PBF, dos empregos informais e das aposentadorias por invalidez (muito frequentes) ou tempo de serviço (raras). O que os pais dizem saber a respeito do PBF é que o programa foi criado para ajudar os pobres, e que para receberem o benefício devem manter os filhos na escola e as carteiras de vacinação em dia; assim também é o entendimento dos alunos, como podemos ver nas falas dos alunos A e O: *“Não sei quem criou o PBF, nem porque ele existe, muito menos conheço as obrigações. Acho que minha família recebe uns R\$ 157,00. Com o dinheiro podemos comprar as coisas: comida, roupa, material escolar, frutas e pagar a conta luz e a água, claro que não tudo de uma vez. Um mês minha mãe paga, a água e a luz, outro ela compra roupa e material escolar.”* (aluno A). *“É para ajudar as famílias necessitadas. Tem que estudar. Ajuda minha família a pagar as contas. Dá para comprar comida e outras coisas.”* (aluno O).

As famílias entrevistadas entraram no programa por intermédio da escola ou da assistência social: *“Entrei no programa por meio da escola”* (entrevistados 2, 4, 7), *“[...] por meio da Assistência Social”* (entrevistados 1, 5, 6, 8 e 9). Elas são unânimes ao mencionar que o programa ajuda, mas que o valor repassado é muito baixo, como podemos constatar na fala do entrevistado 01, que representa as demais famílias: *“Recebo R\$ 176,00. O programa é bom, mais o valor é pouco”*.

De um modo geral o dinheiro é usado para as demandas da compra de alimentos, roupas, calçados, material escolar, o pagamento de luz e água e outras despesas eventuais da família, como podemos visualizar nas falas dos entrevistados 5 e 9 que sintetizam as demais falas: *“Usamos o dinheiro para comprar roupa, calçado, comida, pagar a luz e a água”* (entrevistado 5), *“Usamos o dinheiro para comprar roupa, calçado, comida, material escolar e às vezes as frutas”* (entrevistado 9).

Segundo Sarti (2011, p. 32), se hoje a população das periferias urbanas conta com água, luz, esgoto e asfalto em um número cada vez maior de casas e ruas, também afetam esses moradores o desemprego e a diminuição do valor real dos salários, e a consequente diminuição da renda familiar, o que obriga a incorporação de mães e filhos à força de

trabalho em momentos não desejados, sacrificando os cuidados maternos e contrariando, assim, valores que lhes são raros, além das constantes ameaças de violência que pairam sobre seu cotidiano.

Em relação à falta de vontade de trabalhar por causa do benefício, os entrevistados dizem que jamais perderam a vontade de trabalhar por causa do benefício, isto porque o valor recebido é muito baixo e não garante a sobrevivência da família: *“Acho muito difícil alguém perder a vontade de trabalhar, porque recebe uma ajuda financeira tão pequena. Vivíamos com muita dificuldade. O PBF ajuda na compra das frutas que antes nós não tínhamos”* (entrevistado 1); *“Aí que dá vontade de trabalhar”* (entrevistado 8).

Os autores Medeiros; Brito; Soares (2007, p. 19) afirmam que a transferência de renda não é um elemento que levaria à dependência, à preguiça e ao “não trabalho”, ou seja, não há um desestímulo ao trabalho, porque o que recebem do benefício não garante a sobrevivência familiar. Tais afirmações são importantes para desmitificar os preconceitos que diversos setores da mídia e da sociedade (classe média e alta) têm contra os beneficiados do PBF, conforme pudemos ver nas charges número 03 e 04.

Na percepção dos pais e alunos, o trabalho é uma forma de independência e sobrevivência; desse modo, alguns alunos não concluem o Ensino Fundamental, com a expectativa de “encontrar um emprego”, *“Vou começar a trabalhar”* (aluno F), *“Trabalho de tarde”* (aluno C), *“Não trabalho ainda”* (aluno G). Fica evidente que muitos alunos das séries finais do Ensino Fundamental estão em busca de um emprego ou já estão trabalhando; devido à falta de qualificação e à menor idade, alguns alunos optam por trabalhos “fáceis”, como roubo e venda de entorpecentes.

Então, algumas famílias já tiveram o benefício cancelado devido à infrequência escolar dos filhos ou falta de cadastramento, *“Uma vez, tive o benefício cortado por causa da frequência da piaçada. Saía cedo para trabalhar, e eles não iam para a escola, ficavam na rua”* (entrevistados 6, 9 e 10); *“[...] não fiz o cadastramento”* (entrevistados 2, 3, 4 e 5).

As famílias demonstram preocupação em relação à perda do benefício, *“antes do PBF eu vivia devendo muita coisa. A bolsa me ajudou a pagar as contas e a comprar as coisas para a casa. Sê não tiver mais a PBF, vou ficar devendo de novo. Vai faltar comida e dinheiro”* (entrevistado 10), desse modo, o PBF representa para as famílias um auxílio financeiro de grande importância, ajudando nas despesas do lar na segunda quinzena do mês, quando o dinheiro dos “bicos” já acabou e,

como diz a entrevistada 1: “O PBF ajuda na compra das frutas que antes nós não tínhamos. Se não tiver mais o PBF, vai ser um desfalque, vai faltar comida, roupa, calçado e material escolar.”

Para Sarti (2011, p. 32) não há dúvida que se trata de uma melhoria relativa e não uma melhoria substancial e radical, em termos de superação efetiva da pobreza, mas sim, ainda que superficial, da miséria extrema. Sabe-se que as possibilidades de “melhorar de vida” esbarram nos limites da recessão econômica, agravada desde o início dos anos 80.

Em relação ao PBF diminuir a pobreza, as famílias afirmam continuar pobres, apenas estão vivendo mais “folgadas”, como podemos constatar na fala do entrevistado 1: *“O PBF não diminui a pobreza, porque continuamos pobres, ele nos ajuda a sobreviver e a comprar as coisas que precisamos”*.

As possibilidades de consumo ampliaram-se relativamente ao que era antes pela própria expansão da sociedade de consumo que, num mecanismo de ‘participação excludente’, reserva uma fatia de seu mercado à população de baixa renda. [...] esses novos padrões de consumo são vividos pela população pobre, especialmente a de origem rural, como melhoria de vida. (SARTI, 2011, p. 30-31).

As autoras Silva e Lima (2010) apontam que o PBF amortece as lutas sociais e corrobora com os complexos sociais de reprodução ampliada do capital. Ele é um “mediador” entre os interesses contraditórios de classes (mediante a distribuição de renda) e o aquecimento do mercado interno, o que contribui para se preservarem interesses capitalistas e “neutralizarem-se” conflitos sociais que possam comprometer o desenvolvimento econômico e o desempenho do Governo; Macedo e Brito (2004) também corroboram dessa ideia.

Para Silva e Lima (2010), Oliveira (2009) e Mesquita (2007), o programa ainda contribui para a diminuição da condição de privação das famílias no que se refere ao atendimento de suas necessidades imediatas, porque expande as capacidades (alimentação, consumo de bens e serviços, acesso aos serviços bancários e remuneração) e melhora a qualidade de vida dos beneficiados.

Para os alunos, pais e professores a escola é vista como a única forma de ascensão social (um futuro melhor, ser alguém na vida, não

passar por dificuldade, não ser discriminado, ter um emprego), um ponto de fuga da realidade e da condição socioeconômica, além de ser um lugar agradável de se frequentar (encontrar os amigos), manter os filhos longe das ruas e do crime, mas também um forma de complementar a renda familiar.

Claro, frequentando a escola eles terão um futuro melhor e não passarão por tantas dificuldades que nós estamos passando. O PBF ajudou o meu filho a não ser discriminado porque não tinha o material escolar para frequentar a escola. Ano passado eu não tinha dinheiro para comprar o material, olhavam 'torto' para ele, sofremos muito, agora ele tem material e não sofre mais discriminação. (entrevistado 1).

Sem estudo vai se o que hoje? Agora eles têm material escolar, roupa e calçado. Às vezes eles têm preguiça. São até bons alunos. A frequência deles é a mesma, não mudou o comportamento, e a escola continua igual. Levo meus filhos para a escola, ajudo meus filhos a fazerem o tema. (entrevistado 5).

Frequentar a escola, além de ser uma obrigatoriedade, garante o recebimento do benefício, mas as famílias preferiam receber o valor do programa sem ter que obrigar os filhos a frequentarem-na, “*Eles (os filhos) gostam de frequentar a escola e são bons alunos. A frequência deles é a mesma, não mudou [...]*” (entrevistado 10).

Quanto ao desempenho escolar dos filhos, os pais os classificam em bom/ótimo, dizem que os filhos são bons alunos e que na escola os filhos aprendem; os alunos se autotransformam como bons alunos, como podemos perceber na fala do aluno F: “*É muito importante estudar para ser alguém na vida. Gosto de frequentar a escola para aprender, não gosto de faltar. Minhas notas continuam boas, às vezes meus pais me ajudam nas tarefas da escola, eles acham a escola um bom lugar para aprender*”, já os professores divergem dessa opinião, como podemos constatar nas falas dos entrevistados 14 e 15:

As crianças frequentam a escola porque os pais mandam, não se dedicam ao estudo. Fazem o mínimo, quando não ficam atrapalhando os colegas. Os alunos não são acompanhados pelos

pais, eles não ajudam nas tarefas escolares porque a maioria é analfabeta e sem nenhuma qualificação. (Entrevistado 14);

A família que foi escolarizada, valoriza e incentiva a frequência dos filhos na escola. Mas o programa não faz com que os pais acompanhem mais os filhos, ou auxiliem mais. (Entrevistado 15).

Os pais estão preocupados com a frequência escolar dos filhos, desse modo, estar na escola seria sinônimo de aprendizagem. Para eles a aprendizagem escolar e o acompanhamento dos filhos na vida escolar, talvez devido às intensas jornadas de trabalho daqueles, e as determinações do mundo capitalista, leve-os a ter uma visão de distanciamento e alienação do processo educativo dos filhos, conforme as falas a seguir: “*Vou para a escola quando me ligam, ajudo meus filhos a fazerem os temas quando eles pedem. Está tudo bem com a escola*” (entrevistado1); “*Quando ligam, eu vou para a escola*” (entrevistado 3); “*Quase não vou para a escola*” (entrevistado 10).

A relação escola-família parece encontrar-se numa encruzilhada: por um lado, a vida urbana e tudo o que ela implica tem levado à crescente demissão das responsabilidades familiares e, conseqüentemente, a escola a servir de “abrigo”, tendo, por isso, incumbências educativas que competem à família; assumindo um relevante papel assistencial e de compensação face à incapacidade das famílias para assegurarem as condições necessárias ao desenvolvimento das crianças; por outro lado, e infelizmente, cada vez menos os pais tentam participar na vida escolar dos filhos.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o PBF trouxe para a vida dos alunos e das famílias beneficiadas singelas e importantes mudanças. O benefício oportunizou a quitação das contas de luz e água e, por meio dela, a higiene pessoal da família; a compra de alimentos e a introdução de leite, frutas e verduras no cardápio familiar; a compra do material escolar, de roupas e calçados para os alunos frequentarem a escola, assim, regularizando a frequência e afastando-os da criminalidade. Em contrapartida, percebe-se o descaso dos pais em relação à aprendizagem dos filhos, ao acompanhamento escolar e à qualidade de ensino ofertada.

CAPÍTULO IV – AS DESIGUALDADES SOCIAIS, A POBREZA E A FREQUÊNCIA ESCOLAR COMO CONDICIONALIDADE NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Este capítulo tem como centralidade responder as questões relativas à frequência escolar como condicionalidade no Programa Bolsa Família no âmbito das desigualdades sociais e da pobreza, engendradas no contexto do neoliberalismo. Início o capítulo refletindo sobre o papel da Educação em tempos neoliberais, seus reflexos nas atuais políticas educacionais e, conseqüentemente, as repercussões do "apartheid educacional" (GENTILI, 2001) sob a comunidade escolar empobrecida.

4.1 A Educação no contexto das Desigualdades Sociais

Um dos grandes perigos dos tempos actuais é uma 'escola a duas velocidades': por um lado, uma escola concebida essencialmente como um centro de acolhimento social, para os pobres, com uma forte retórica da cidadania e da participação; por outro lado, uma escola claramente centrada na aprendizagem, e nas tecnologias, destinada a formar os filhos dos ricos. Não vos falo de uma situação puramente imaginária, mas sim do que se passa hoje em muitos países e até do que se passa em muitos grupos dentro do nosso país! (NÓVOA, 2009, p. 64).

Como já foi amplamente discutido na literatura acadêmica, o neoliberalismo é uma corrente político-econômica que passou a ser sistematicamente implantada nos países ocidentais em resposta à crise dos anos 70, cuja ideologia prega em seus pressupostos a eliminação de todas as formas de intervenção do Estado na economia. Além disso, a destruição de todos os coletivos que servem para defender os direitos dos indivíduos, sobretudo, na perspectiva das lutas entre capital e trabalho (ex.: sindicatos), cuja meta é deixar os indivíduos isolados no mercado, entregues às forças do mercado sem possibilidades de resistência.

O Estado é reduzido à função de polícia, limitando-se a defender os direitos da propriedade privada, das multinacionais e os contratos assumidos em defesa do livre mercado, do "deus mercado". Em suma, as

premissas da *agenda neoliberal* giram em torno de princípios como a desregulamentação da economia, a mínima intervenção estatal, a privatização, a redução de impostos, o incentivo à competição, ao individualismo e à obtenção de lucro, como a mercantilização da educação (COMBLIN, 1999, p. 15-24).

Os ideais neoliberais têm subordinado a Educação aos interesses de mercado, do mesmo modo que essa ideologia tem balizado os princípios e os valores educacionais, em todos os níveis e categorias. A formação crítica, assim, é progressivamente substituída por uma formação tecnicista, com tendências à especialização e ao estreitamento curricular.

Marrach (1996) explica que a retórica neoliberal atribui um papel estratégico para a educação com três objetivos, basicamente: preparação para o trabalho atrelado à educação escolar e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado. Assegura que o mundo empresarial tem interesse na educação por que deseja uma mão de obra qualificada, apta para a competição no mercado. Valoriza as técnicas de organização, capacidade de trabalho cooperativo e o raciocínio de dimensão estratégica.

Como o neoliberalismo defende a não participação do Estado na economia, a educação passa a ingressar no mercado capitalista, deixando de ser parte do campo social e político; assim, ocorre uma competição para a melhor oferta educacional entre as escolas e os pais assumem o papel de consumidor. Assim, a educação passa a reproduzir a força de trabalho para o capital, assumindo o papel de empresa, transformando os problemas educacionais em problemas mercadológicos.

O receituário economicista e tecnicista de educação, veiculados pela teoria do capital humano dos anos 1960-70, que submete o conjunto dos processos educativos escolares ao imediatismo da formação técnico-profissional restrita, nos anos 1980, implementa a formação do cidadão e do trabalhador à “sociedade do conhecimento”. Demanda-se a ampliação da escolaridade e a qualificação tecnológica do trabalhador.

Desse modo, novos conceitos são incorporados para dar coerência às mudanças políticas: flexibilidade, competitividade, qualidade total, empregabilidade. Esses conceitos vão exercer influência direta na educação, operando um crescente consenso em defesa da educação básica de qualidade. O indivíduo passa a ser um consumidor de conhecimentos para desenvolver as competências e habilidades necessárias à competição no mercado de trabalho.

No Brasil, os encaminhamentos de política educacional na década de 1990 assumem novos conteúdos e novas funções hegemônicas, que são perfeitamente coerentes com as orientações de estabilização econômica e de reestruturação produtiva, que marcam o deslocamento da ideologia do "desenvolvimento" para a da globalização.

A educação, agora no contexto da mundialização, não é mais um motor de desenvolvimento do Estado nacional, até porque a soberania dos Estados é desmanchada com a ideologização do livre mercado, mas um meio de potencializar a produtividade e a competitividade entre mercados. “Educar para o emprego” – essa foi a premissa alterada na teoria do capital humano, segundo Gentili (2002).

O conceito de “empregabilidade” é posto dissociado do direito à educação, e vai articular e dar coerência a um conjunto de políticas apresentado como fundamental na superação da crise do desemprego dos anos 1980-90, pregando a necessidade de dinamizar o mercado, através da redução dos encargos patronais, da flexibilização trabalhista e da formação profissional permanente.

Em 1990, em uma Conferência Mundial de Educação para todos³⁹, o Banco Mundial juntamente com os fundos monetários (FMI, BID, BIRD, OMC, CEPAL), acordaram que a educação básica de qualidade deveria ser prioridade. Ela atenderia todas as necessidades básicas da educação e como resultado reduziria a pobreza, aumentaria a produtividade dos trabalhadores, melhoraria a saúde deles e reduziria a fecundidade, ou seja, formaria sujeitos mais adaptáveis à nova demanda de mercado globalizado. O Banco Mundial sugeriu a redução de investimentos em escolas públicas e incentivou a abertura de escolas particulares. Segundo Marrach (1996, p. 06):

No Brasil, a modernização neoliberal assim como as anteriores não toca na estrutura piramidal da sociedade. Apenas amplia sua verticalidade, que se nota pelo aumento do número de

³⁹ A escola para o acolhimento social tem sua origem na *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*, de 1990, e em outros documentos produzidos sob o patrocínio do Banco Mundial, nos quais é recorrente o diagnóstico de que a escola tradicional está restrita a espaços e tempos precisos, sendo incapaz de adaptar-se a novos contextos e a diferentes momentos e de oferecer um conhecimento para toda a vida, operacional e prático. Além disso, o insucesso da escola tradicional decorreria de seu modo de funcionar, pois ela está organizada com base em conteúdos livrescos, exames e provas, reprovações e relações autoritárias (LIBÂNEO, 2012, p. 17).

desempregados, de moradores de rua, de mendigos, em outras palavras, a pirâmide social se mantém e as desigualdades sociais crescem. Para a educação o discurso neoliberal parece propor um tecnicismo reformado. Os problemas sociais, econômicos, políticos e culturais da educação se convertem em problemas administrativos, técnicos de reengenharia. A escola ideal deve ter gestão eficiente para competir no mercado. O aluno se transforma em consumidor do ensino e o professor um funcionário treinado e competente para preparar seus alunos para o mercado de trabalho e para fazer pesquisas práticas e utilitárias a curto prazo.

Na teoria do capital humano, desenvolve-se a crença de que a desigualdade social, seja ela entre classes, países e regiões, não é uma questão estrutural, mas algo conjuntural, que pode ser corrigido mediante a alteração de fatores, tais como a qualificação de trabalhadores e a modernização da produção.

Isto significa dizer que nessa concepção é difundida a ideia de que a educação e o treinamento potenciam o trabalho e, por esse motivo, constitui-se num investimento social ou individual igual ou superior ao capital físico; um acréscimo marginal na produtividade do indivíduo e um investimento em educação resultariam supostamente em taxas de retorno sociais e individuais. Em suma, para essa concepção haveria um vínculo direto entre educação e produção (FRIGOTTO, 2006, p. 136).

No entanto, contraditoriamente aos receituários economicistas e tecnicistas da teoria do capital humano, o que se verificou ao longo dos anos 90 foi o aumento da escolaridade da população, não só brasileira; deu-se ao mesmo tempo em que aumentaram o desemprego, a pobreza e a desigualdade entre as camadas sociais e também entre nações⁴⁰. Então a contradição da capacidade de produzir riquezas com os avanços

⁴⁰ Castel (1998) observa que a precarização crescente das relações de trabalho tem como efeito trajetórias profissionais marcadas pela incerteza. Torna-se importante compreender que mesmo aqueles que estão integrados podem, a qualquer momento, oscilar para o outro lado e engrossar a lista dos desempregados, uma vez que o crescimento do desemprego e da desfiliação não atingem somente os segmentos mais vulneráveis, tais como os trabalhadores com menor qualificação, ou os mais jovens. Para o autor, trata-se de um processo amplo que alcança também os mais qualificados, já que a qualquer momento eles poderão oscilar para o outro lado. (CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998).

tecnológicos e a precarização do mundo do trabalho, a lógica do capital, têm colocado em risco a própria existência da humanidade.

Como vimos na relação entre Educação e Trabalho, ao mesmo tempo em que há a expansão do acesso à educação escolar e o aumento da escolaridade dos brasileiros, há o crescimento da taxa de desemprego. O mais grave disso tudo é a constatação de que o aumento do desemprego está afetando, de forma significativa, os jovens brasileiros com nível de instrução elevada. É preciso lembrar que os trabalhadores empobrecidos são socialmente desqualificados por não possuírem carteira de trabalho, enfim, por não terem contrato definido de trabalho (VASCONCELOS, 2014, p. 85).

Perpetua-se a ideologia que atribua às políticas de geração de trabalho e renda como solução para o desenvolvimento econômico e social, decorrendo como se o problema consistisse somente na desqualificação da mão de obra e da sua empregabilidade, quando é sabido que o pleno emprego não foi operacionalizado nem mesmo nas economias centrais.

As reflexões sobre as políticas sociais da atualidade e, consecutivamente, os programas dos últimos governos do PT (Partido dos Trabalhadores – Lula e Dilma) podem ser pensados à luz das ideias de Emir Sader em seu livro *A vingança da história* (2003).

Há controvérsias sobre essas políticas, se são de cunho *neoliberal* ou *pós-neoliberais*, no que tange ao PBF, principalmente, quando se trata de críticas da esquerda; no sentido de questionar se esse tipo de política finda ou reduz provisoriamente a miséria extrema e, por extensão, as desigualdades sociais.

De todos os modos, quando se fala em governos "pós-neoliberais", parece questionável a visão de que os governos progressistas eleitos no Brasil e em diversos países da América Latina poderiam ser chamados de "pós-neoliberais". Por outro lado, temos que reconhecer que foi aberta uma nova etapa de lutas contra a doutrina neoliberal e, conseqüentemente, um esforço para colocar a "questão social" na agenda política e econômica, e assim dar cabo às desigualdades sociais, provocando o enfrentamento com as contradições (FAGNANI, 2014, p. 4).

Na verdade, o que alguns estudiosos problematizam em torno do termo "pós-neoliberalismo", em relação às políticas públicas e sociais, diz respeito à concepção "social-desenvolvimentista", forjada entre 1999 e 2002 por Aloisio Mercadante e Maria da Conceição Tavares, cujos pressupostos político-ideológicos passam a partir das eleições de 2002 à renovação da esperança por mudanças (FAGNANI, 2014, p. 4). Em

seguida, a partir de 2006 o projeto "social-desenvolvimentista" teve a chance de ser resgatado. Daí em diante o crescimento voltou a ser contemplado na agenda macroeconômica e passaram a ser adotadas políticas fiscais e monetárias menos restritivas. Essa posição foi reforçada em 2007, na oportunidade em que foi lançado o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento (FAGNANI, 2014, p. 4).

Vale lembrar que, quando se faz um pequeno retrocesso na trajetória das políticas de governo do Partido dos Trabalhadores, pode-se perceber que ele chegou ao poder sem contar com uma teoria saída do neoliberalismo; também sem contar com uma produção teórica que possibilitasse a construção de uma *sociedade pós-neoliberal* – apesar de que as críticas acumuladas do neoliberalismo, a começar por aquelas já citadas, já apresentavam elementos para enfrentar o novo período histórico, principalmente, ao apontar os caminhos que não deveriam ser trilhados, mas também porque ofereciam elementos para analisar experiências históricas anteriores que devem servir de referência (SADER, 2003).

Em outro livro intitulado *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil* (2013), Sader (p. 141), indicando perspectivas de aperfeiçoamento das políticas implementadas por Lula e continuadas por Dilma, admite que estas se situam na perspectiva pós-neoliberal. Para ele é preciso encarar os desafios históricos de continuidade das lutas pela educação pública de qualidade e a defesa pelos direitos sociais e a preservação das conquistas dos trabalhadores e suas organizações, os direitos à Educação, à saúde, à aposentadoria, que vêm sendo duramente atacados pelas políticas governamentais em curso desde a década de 90.

Quando se trata do PBF, temos que ser impelidos a reconhecer os avanços provisórios em termos de redução da "miséria extrema", embora consideremos esse fato concreto, ainda, insuficiente e precário diante da horda de trabalhadores historicamente empobrecidos pelo processo de acumulação secular de capital e da abissal divisão de classes sociais e, conseqüentemente, da enorme desigualdade social engendrada pelo capitalismo neoliberal.

Políticas como essas merecem reconhecimento, embora os desafios sejam grandes e ainda seja muito cedo para se falar efetivamente da "construção do pós-neoliberalismo", no limiar dos 10 últimos anos de governo.

Com base no que afirma Sader, somos da opinião que, apesar de todas as mazelas, limites, equívocos e contradições, o governos de Lula e Dilma representam uma tentativa acanhada, mas relevante, de ruptura com décadas de desigualdades sociais, pois promoveram "uma inflexão

marcante na evolução da formação social brasileira. Por mais que o modelo siga dominante em escala mundial e nosso próprio país ainda sofra os reflexos das transformações regressivas realizadas pelos governos neoliberais, os governos de Lula e da Dilma nos colocaram na contramão das tendências mundiais (SADER, 2013, p. 141).

É preciso lembrar que esses governos ditos de resistência se constituíram como respostas anticíclicas às tendências recessivas do centro do capitalismo. Também é verdade que, de um lado, conseguiram resistir à recessão e, de outro, tiveram de se adaptar aos retrocessos impostos pelo neoliberalismo, tais como: a desindustrialização, o protagonismo de exportador primário, uma sociedade fragmentada, as ideologias consumistas, entre outros.

Esse fato faz com que a nova gestão de Dilma seja acompanhada de perto, tendo como mote o diálogo possível e a organização dos movimentos sociais, partidos e sindicatos (SADER, 2013, p. 41-42). Os desafios que se apresentam nos fazem vislumbrar a possibilidade de construir uma sociedade democrática, solidária e humana, para além da lógica destrutiva do capital.

Isso implica em pensar-fazer uma transformação radical de produção, do modelo de consumo, de trabalho, de educação, enfim, de política pública. Isso posto, para que se possa falar de "pós-neoliberalismo", trata-se de retomar os instrumentos históricos de luta, dentre os quais os sindicatos, liberando-os das amarras da manipulação ideológica daqueles (SADER, 20013, p. 41-42).

Os depoimentos dos sujeitos sobre o PBF, diferentemente de alguns autores, como por exemplo Vasconcelos (2014), estão permeados pela ideologia da escola como passaporte obrigatório e legítimo para a superação das condições estruturais da pobreza, evidenciada nas falas:

Claro, frequentando a escola, eles (os filhos) terão um futuro melhor e não passarão por tantas dificuldades que nós estamos passando. (Entrevistado 1).

Sem estudo, não somos nada, tem que estudar para ter uma vida melhor. (Entrevistado 2).

Sim (estudando), vai ter uma vida boa, vai conseguir trabalho. (Entrevistado 4).

Tem que estudar, tudo evolui, até o trabalho. (Entrevistado 6).

Nesse caso, ainda há a esperança e expectativa da escola, por parte dos beneficiários do PBF, calcadas na ideologia da escola como instrumento de ascensão social ao vincular diretamente a transferência de renda à frequência escolar, além de culpabilizar o indivíduo por uma desqualificação profissional e exclusão do mercado de trabalho, *psicologizando*⁴¹ as relações sociais.

Para Cunha (1989, p. 31), “[...] na doutrina liberal, os homens não são individualmente iguais, sendo impossível querer que sejam socialmente iguais”, ficando evidente nesta fala o papel social atribuído à educação como “instrumento de correção das desigualdades injustas produzidas pela ordem econômica, encarada, entretanto, como sendo intrinsecamente injusta, ou então, não sujeita a críticas.” (CUNHA, 1989, p. 55).

Mesmo considerando que a educação possa contribuir no processo de estagnação do chamado *ciclo de reprodução intergeracional da pobreza*, cumpre desmitificar que esse processo seja capaz de ultrapassar o âmbito restrito da individualização da pobreza, então, isso não significa a superação das condições materiais da lógica do capital de que resultam as desigualdades sociais.

Em suma, a influência do neoliberalismo associado à educação proporcionou o aumento da escolaridade dos brasileiros e a universalização da educação nas últimas décadas; infelizmente o aumento não resultou em emprego, crescimento econômico e distribuição da renda, mas, sim, aprofundou as disparidades entre os avanços tecnológicos e as condições de vida da humanidade, produzindo ainda mais desigualdades sociais e pobreza.

4.2 A Frequência Escolar como Condicionalidade do PBF: alguns reflexos na permanência e no abandono escolar

Como vimos anteriormente, ao ingressarem no PBF, as famílias beneficiárias se comprometem em cumprir as condicionalidades. A

⁴¹ “A tendência de psicologizar a vida social, própria da ordem monopólica, é tão compatível com os processos econômicos-sociais que o imperialismo detona quando se manifesta adequado à sua reprodução – mas sobretudo se revela como um importante lastro legitimador do existente.” (NETTO, 2006, p. 40).

exigência de frequência escolar⁴² mínima, para crianças e jovens de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, foi estabelecida com intuito de romper o chamado ciclo intergeracional da pobreza e de coibir o trabalho infantil.

A condicionalidade da educação no PBF está dividida em dois subgrupos de acordo com o público-alvo do Programa: para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos o cumprimento da frequência escolar mínima é de 85% da carga horária mensal, e para os jovens de 16 e 17 anos o cumprimento é de 75% de frequência escolar.

O MDS realiza o acompanhamento das condicionalidades juntamente com o MEC, esse acompanhamento é realizado a partir do registro bimestral da frequência escolar, por meio do Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar (Sistema Presença)⁴³.

A coleta dos dados é realizada cinco vezes ao ano, nos seguintes períodos⁴⁴: 1º Período: fevereiro e março; 2º Período: abril e maio; 3º Período: junho e julho; 4º Período: agosto e setembro; 5º Período: outubro e novembro.

Os objetivos do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família são definidos pelo MDS, a saber:

Monitorar o cumprimento dos compromissos pelas famílias beneficiárias, como determina a legislação do PBF; identificar, nos casos de não-cumprimento dos compromissos, as famílias em

⁴² A partir das reflexões de Bourdieu (2010), serão colocadas em xeque as possibilidades de ascensão e mobilidade social a partir da frequência escolar uma vez que, no entendimento do sociólogo francês, a escola é uma das instituições que mais contribuem para a manutenção das desigualdades sociais, uma vez que legitima, pela atuação do Estado na elaboração dos currículos escolares, por exemplo, formas de reprodução social que sancionam a herança cultural como um dos fatores mais relevantes para o sucesso dos indivíduos. Então, o sistema escolar trata como iguais os desiguais e assim contribui fortemente para a legitimação da reprodução social de forma excludente. (BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2010).

⁴³ O Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do Programa Bolsa Família (Sistema Presença – PBF) está disponível no link: <<http://frequenciaescolarpbf.mec.gov.br>>. O acesso ao Sistema é restrito aos usuários cadastrados. Nesse sistema, o usuário devidamente cadastrado pode atualizar o código Inep das escolas e a escola e série dos alunos; imprimir os formulários para as escolas realizarem o acompanhamento de seus alunos e também registrar a frequência dos alunos beneficiários do PBF.

⁴⁴ Para a realização desta pesquisa, tomei como base os dados dos anos de 2012, 2013 e o primeiro período de 2014, apresentados na Tabela de Informações de Frequência Escolar, os quais serão analisados no próximo item.

situação de maior vulnerabilidade e orientar ações do poder público para o acompanhamento dessas famílias; responsabilizar o poder público pela garantia de acesso aos serviços e pela busca ativa das famílias excluídas e vulneráveis. (MDS, 2013c).

Com relação à condicionalidade da educação, de acordo com o Manual do Usuário do Projeto Presença⁴⁵, o monitoramento da frequência escolar por parte do MEC visa:

Garantir às crianças e adolescentes, cujas famílias recebem esse benefício, o acesso ao direito básico que é a educação. Proporcionar condições mínimas necessárias para a permanência das crianças e adolescentes na escola; Criar condições para que as famílias entendam o valor da educação como meio para superar as condições da pobreza; Colocar a questão da escolarização no bojo de uma política social que busca a emancipação das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco socioeconômico; Construir a consciência e a convicção nas famílias de que a escolarização constitui forte componente para a quebra da reprodução intergeracional da pobreza. Enfim, contribuir com essa medida no combate à evasão escolar. (BRASIL, MEC, s/d, p. 03).(Grifos meus).

Na citação acima fica evidente a inserção de mecanismos ideológicos que transferem para a educação a responsabilidade pela superação da condição pobreza, colocando-a como valor central para a estagnação da reprodução da pobreza entre as gerações no ideário popular. Desse modo, quando o PBF reduz

[...] a importância da educação na exigência da frequência escolar se posiciona em direção ao 'estar na escola', em detrimento ao 'viver a escola', além do mais, contribui na incorporação

⁴⁵Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/frequenciaescolar.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

do estigma do negligente por parte de famílias que, sem possuir uma ligação objetiva com o conhecimento, são obrigadas a priorizar tal condição no desenvolvimento e formação de seus dependentes/filhos; é esta imagem redutora e desvalorizada que o Estado e a sociedade conferem às famílias beneficiárias designadas como descumpridoras de um compromisso assumido perante o governo e por isso passíveis a sanções. (BERNARDES; CARNELOSSI, 2012, p. 10).

Assim, são punidas e castigadas as famílias beneficiárias que não cumprem com as condicionalidades, encarando-as como consequência de uma escolha racional de cada uma, e não como efeito de uma condição de vida que não oferece as condições sociais objetivas para o sucesso da vida escolar (BERNARDES; CARNELOSSI, 2012, p. 10).

Há uma intensa e polêmica discussão que gira em torno das condicionalidades. Para Monnerat et al. (2007), no Brasil, o debate sobre as condicionalidades aponta para o fato de que, apesar de terem apresentado potencial para prover o acesso aos serviços de saúde e educação a esta parcela da população, pode ameaçar o direito de cidadania, à medida que este aparece como obrigação.

Outros autores como Medeiros, Britto e Soares (2007) questionam a potencialidade dada às condicionalidades para o acesso aos direitos sociais básicos. Ao tratar dos seus resultados e impactos, aponta que 95% das famílias as têm cumprido, todavia, enfatiza que não há como precisar se a frequência escolar decorre realmente desta contrapartida.

Sobre o seu impacto, apresenta que a criança e/ou adolescente de uma família que recebe o repasse monetário do PBF tem menor probabilidade de evasão escolar, mas, mais uma vez, demonstra que não é possível precisar se isso decorre das condicionalidades, já que programas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que não exige contrapartida, também apresenta tal impacto.

Nesse sentido, a probabilidade positiva estaria ligada ao recebimento da renda e independência da condicionalidade. Todavia, se por um lado as pesquisas indicam que as condicionalidades seriam desnecessárias, por outro lado, podem apresentar-se de grande importância para indicar as famílias que em situação de maior vulnerabilidade estariam impossibilitadas de cumpri-las, e necessitadas de um acompanhamento específico.

Outro aspecto, muito polêmico, refere-se às questões políticas e de valores que envolvem as condicionalidades. Ao inserir tal contrapartida no Programa, obtém-se apoio da parcela da população que defende que as pessoas devem fazer algo para receber uma renda por parte do Estado (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007).

Uma questão interessante citada por Monnerat et al. (2007) é o fato de que as condicionalidades são oficialmente promulgadas no Programa em uma perspectiva de inclusão social e de emancipação pela via do acesso aos direitos sociais básicos, mas o acompanhamento dessas condicionalidades ocorre de forma punitiva.

Além disso, há de se questionar a capacidade dos serviços de saúde e educação conseguirem responder, com qualidade, à demanda criada por meio das condicionalidades e às condições destas famílias para atenderem às condicionalidades. Neste último caso, “[...] a contrapartida condiciona o direito constitucional à assistência ao cumprimento de exigências numa situação em que os potenciais beneficiários já estão em situação bastante vulnerável.” (LAVINAS, 2004 apud MONNERAT et al., 2007, p. 1459).

De acordo com Soares e Sátyro (2010), há autores que veem o PBF como um Programa de incentivo ao capital humano das famílias mais pobres, em que tem ênfase o caráter condicionado dos programas.

Existe outra vertente, para a qual o Programa é, antes de tudo, proteção social. Quando se coloca contrapartidas excessivas, a função proteção social se enfraquece à medida que provavelmente as famílias mais vulneráveis serão as que não conseguirão cumprir exigências mais rigorosas.

Há também uma crítica quanto à visão subjacente que se tem da família pobre. Para Standing (2007 apud LAVINAS; COBO, 2010), a imposição das condicionalidades pressupõe que uma família pobre deva ser irracional ou incapaz de conhecer seus interesses de longo prazo ou que lhes falta algum tipo de informação vital. Isso porque impõe condicionalidades que já são universalmente aceitas, como o acesso das crianças à escola.

As condicionalidades esbarram, portanto, na visão paternalista sobre a pobreza, a qual pressupõe que a população pobre não sabe gastar ou agir “adequadamente” e que esta precisa que o Estado obrigue-a a gastar a renda recebida por meio de benefícios em alimentos, por exemplo, ou mandando as crianças para a escola ou cuidando da saúde de todos os familiares.

Em linhas gerais, as críticas em relação à exigência de condicionalidades nos programas de transferência de renda são

associadas à penalização da família, da Escola, e dos professores e, subjacente, se encontra uma reflexão quanto às questões estruturais na política de educação no País, como falta de condições técnicas e operativas das instituições em fornecer uma educação com qualidade.

O Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do PBF (2010) estabelece os motivos que geram baixa frequência. Os motivos com código menor que 50 não geram efeitos sobre o benefício, pois não estão sob a governabilidade da família, são caracterizados como situações imprevistas, inusitadas ou externas. Já os demais motivos, com código superior a 50, geram efeitos no benefício da família, conforme estabelecido na Portaria GM/MDS nº 321/08, acompanhados do código, o qual, como exposto acima, permite caracterizar a imputação ou não de efeitos sobre o benefício das famílias que recebem o Bolsa Família.

Quadro 4 – Motivos de baixa frequência escolar

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1	Ausência por questão de saúde do aluno
2	Doença/óbito na família
3	Inexistência de oferta de serviços educacionais
4	Fatos que impedem o deslocamento à escola
5	Inexistência de serviço/atendimento educacional à pessoa com deficiência/necessidades especiais
6	Concluiu o Ensino Médio
7	Suspensão Escolar
8	EJA Semipresencial
51	Gravidez
52	Mendicância/Trajatória de rua
53	Negligência dos pais ou responsáveis
54	Trabalho Infantil
58	Escola não informou o motivo
59	Motivo inexistente na tabela
60	Violência/Discriminação/Agressividade no ambiente escolar
62	Trabalho do Jovem
63	Exploração/Abuso Sexual/Violência Doméstica
64	Desinteresse/desmotivação pelos estudos
65	Abandono Escolar/Desistência
66	Necessidade de cuidar de familiares

Fonte: Adaptado pela autora, baseada no *site*: <<http://frequenciaescolarpbf.mec.gov.br/presenca/attachments/final/motivos.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2013.

Em outras palavras pode-se dizer que as condicionalidades na Educação foram estabelecidas com o propósito de contribuir para o aumento das capacidades “intelectuais” das pessoas⁴⁶, tendo em vista o combate à pobreza. Assim, os filhos dos mais pobres, por meio do acesso aos serviços de educação, ampliariam seu Capital Humano, obtendo maiores chances de ingressar no mercado de trabalho, gerar renda e sair da condição de pobreza quando adultos. Tal ideia está naturalizada nas falas dos professores, pais e alunos beneficiados pelo PBF, como podemos ver a seguir:

*É importante estudar, para arranjar um trabalho.
(Aluno C).*

É muito importante estudar. Quero conseguir um bom trabalho no futuro. (Aluno D).

*Estudando vai conseguir um emprego.
(Entrevistado 3).*

*Estudar traz benefício para o futuro.
(Entrevistado 7).*

A escola assume um papel de mudança da condição socioeconômica, uma espécie de garantia de futuro melhor. (Entrevistado 15).

*É importante que os alunos estudem, a escola assume um papel de condição de mudança social.
(Entrevistado 17).*

⁴⁶ A correlação entre ganhos de escolaridade e maiores oportunidades de emprego é problematizada, por Robert Castel (CASTEL, 1998). O autor considera que a chamada crise da sociedade salarial impõe um novo e importante desafio para as sociedades contemporâneas: a possível não empregabilidade dos qualificados. (CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998).

Para Bourdieu (2010, p. 59), o sucesso excepcional de alguns indivíduos que escapam ao destino coletivo dá uma aparência de legitimidade à seleção escolar, e dá crédito ao mito da escola libertadora junto àqueles próprios indivíduos que ela eliminou, fazendo crer que o sucesso é uma simples questão de trabalho e de dons. (BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010).

O PBF sugere uma relação recíproca e proporcional entre pobreza e frequência escolar⁴⁷, desconsiderando a complexidade do fenômeno da pobreza quanto as suas reais causas, ou seja, a situação de pobreza da geração futura passa a ser uma questão meritocrática, uma vez que permanece na condição de pobre somente aquele que não faz a sua parte e não cumpre as condicionalidades.

Seguindo tal pensamento, a escola é projetada como um espaço que possui uma finalidade educativa e um projeto pedagógico capaz de superar a condição que faz a família elegível ao programa.

Para Pires (2013), a escola e os respectivos currículos escolares estão restringidos a meros instrumentos que possibilitam a obtenção de um conjunto de habilidades e destrezas, sob o desígnio de Capital Humano; assim, a educação passa a ser concebida como um bem intermediário, portanto um investimento, produzindo “um retorno futuro em termos de maiores ganhos e satisfações” para as pessoas (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 200).

Para Sarti (2011, p. 25), “os pobres demonstram enorme respeito pela ‘educação’, que constitui um valor, mas que, como todo valor, é relativizado”, como percebe-se nas falas anteriores.

Atualmente, a escola transmite a ideia de que todos são iguais, pensamento que contribui para a legitimação da desigualdade social. Para Bourdieu (2010), a escola trata de forma igual os desiguais, ou seja, crianças socializadas num ambiente culturalmente valorizado entram no sistema escolar com vantagem em relação àquelas provenientes de outros grupos, privilegia-se aquele que domina a utilização da linguagem escrita e falada.

Sendo assim, a escola legitima o sistema de gostos e preferências dominante e faz com que aqueles que têm uma vantagem competitiva inicial obtenham, ao longo do período escolar, um desempenho “naturalmente” melhor do que os outros; os estudantes desprivilegiados abandonam a escola e, possivelmente, buscam formas fáceis de ganhar dinheiro por meio da venda de drogas ou do roubo.

⁴⁷ Para Castel (1998, p. 521), é legítimo e até mesmo necessário, do ponto de vista da democracia, atacar o problema das “baixas qualificações” (isto é, numa linguagem menos tecnocrática, acabar com o subdesenvolvimento cultural de uma parte da população). Mas é ilusório deduzir daí que os não empregados possam encontrar um emprego simplesmente pelo fato de uma elevação do nível de escolaridade. (CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998).

É evidente na fala das famílias beneficiadas o temor pela perda do benefício, “*Se não tiver mais o PBF, vai ser difícil, vai faltar comida, roupa, calçado e material escolar*” (entrevistado 7); e, devido a esse fator, os pais obrigam o filho a manter a frequência escolar, garantindo, assim, a redução da infrequência e evasão escolar. Os dados poderão ser visualizados na tabela abaixo.

Na EEB Victor Meirelles, a implantação do PBF não trouxe aumento do número de matrículas escolares e o número vem sendo reduzido com o passar dos anos, como pode-se observar:

Quadro 5 – Projeto Presença: informações sobre matrículas e frequência escolar

Ano	Período	Número de alunos matriculados que recebem PBF	Alunos com frequência igual ou inferior a 85%	Motivos da infrequência
2012	Fevereiro	252	11	Não foram registrados
2012	Março	252	26	Não foram registrados
2012	Abril	252	4	Não foram registrados
2012	Maiο	252	4	Não foram registrados
2012	Junho	252	23	Motivos 1, 51, 64 e 65
2012	Julho	252	6	Não foram registrados
2012	Agosto	264	37	Motivos 1, 2, 8, 64 e 65
2012	Setembro	264	30	Motivos 1, 2, 8, 64 e 65
2012	Outubro	264	3	Motivos 1, 64 e 65
2012	Novembro	264	13	Motivos 1, 64 e 65 (4 alunos)
2013	Fevereiro	266	24	Motivos 1 e 64
2013	Março	266	30	Motivos 1 e 64
2013	Abril	266	33	Motivos 1 e 64

2013	Maio	266	30	Motivos 1, 51 e 64
2013	Junho	266	36	Motivos 1, 51, 64 e 70
2013	Julho	266	18	Motivos 1, 51, 64 e 70
2013	Agosto	268	42	Motivos 1, 51, 64 e 65
2013	Setembro	268	46	Motivos 1, 51, 64 e 65
2013	Outubro	261	42	Motivos 51, 64, 65 e 70
2013	Novembro	261	29	Motivo 65
2014	Fevereiro	243	243	Não foi informado
2014	Março	243	238	Motivo 1 (5 alunos)

Fonte: Registro da autora.

Então, em 2012 havia 264 alunos matriculados, em 2013 eram 261 alunos, e em 2014 são 243 alunos. Ainda analisando a tabela acima, fica evidente que o PBF tem garantido a frequência e permanência dos alunos beneficiados na escola.

Em relação à justificativa da infrequência escolar, os motivos mais citados na tabela do Projeto Presença são:

- Motivo 64 – Desinteresse/ Desmotivação pelos estudos (em 2012 ele foi citado 108 vezes; já em 2013 o número subiu para 252 vezes);
- Motivo 1 – Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno (em 2012 ele foi citado 22 vezes, em 2013 foi citado 24 vezes e, no início de 2014, 5 vezes);
- Motivo 65 – Abandono Escolar (em 2012 foi citado 11 vezes, em 2013 o número aumentou para 17 vezes);
- Motivo 51 – Gravidez (em 2012 foi citado apenas uma vez, já em 2013 foram 5 vezes);
- O motivo 2 (Doença na família/ óbito na família, óbito do aluno), o Motivo 8 (EJA semipresencial) e o Motivo 70 (Envolvimento com drogas/ atos infracionais) foram citados de uma a três vezes em cada ano.

A frequência escolar está sempre muito atrelada à questão de rendimento e aproveitamento escolar. Às vezes a falta de interesse do aluno, traduzida na evasão escolar, é uma maneira de mascarar sua incapacidade para se esforçar, ou o aluno faria um esforço se percebesse que os conteúdos da aprendizagem são medianamente atrativos, úteis, conectados, com sua vida diária, atraentes o suficiente para que o esforço valha a pena.

Quando o aluno descobre que aprender supõe apenas memorizar certos conteúdos distantes para recuperá-los depois em uma prova, sua atitude defensiva diante da aprendizagem vai se consolidando. Pouco a pouco, seu atraso vai se ampliando e chega num momento em que a distância com o ritmo médio da turma se torna intransponível. O aluno com dificuldades específicas de aprendizagem não apresenta, de início, problemas de motivação, se bem que progressivamente pode se sentir incapaz de realizar as tarefas propostas e abandona qualquer tentativa de superá-las, já que as atividades propostas “estão cheias de respostas para perguntas que ele não sabe quais” (VASCONCELLOS, 1995, p. 38).

Conhecer não é fácil, exige esforço de ambas as partes: do aluno no domínio da leitura, na vontade ou necessidade de aprender e no estabelecimento de ligação entre o novo conhecimento e conhecimentos anteriores. Tais fatores tornam-se desafios a vencer sendo a sua ausência muitas vezes causa da evasão escolar, traduzidos em desestímulo por Vasconcellos (1995, p. 38).

Com base no questionário aplicado aos professores da escola, os efeitos mais perceptíveis com o PBF na escola foram a permanência escolar e o aumento da frequência. Porém, isso não foi visto pelos professores como um ponto positivo, pois a obrigatoriedade da permanência da criança na escola e a responsabilidade dos pais em acompanhar a educação dos filhos já estavam estabelecidas em lei (LDB).

Para eles a condicionalidade do programa apenas faz com que se cumpra uma parte da lei, pois não percebem o acompanhamento dos pais no processo educacional dos filhos, como podemos perceber na fala dos professores:

Não percebi um acompanhamento escolar maior dos pais em relação aos filhos, depois de receber o PBF. Continuam vindo quando solicitado. (Entrevistado 11).

Os alunos não são acompanhados pelos pais, eles não ajudam nas tarefas escolares porque a maioria é analfabeto e sem nenhuma qualificação profissional. (Entrevistado 14).

A família que valoriza a escola seu filho vai bem, e as outras só vão por ir. (Entrevistado 17).

Os professores ainda comentam: mesmo com a condicionalidade, há crianças que não apresentam a frequência mínima, e algumas precisam ser assistidas pelo Conselho Tutelar.

Em relação à exigência de frequência escolar para crianças e jovens participantes do PBF como forma de enfrentamento ao trabalho infantil, posso dizer que ele não o garante⁴⁸, como podemos observar nas falas dos alunos:

Trabalho de tarde. Acho bom ser obrigado a frequentar a escola. (Aluna A).

Trabalho de tarde. Nunca fui obrigado a vir na escola, venho porque gosto. (Aluna C).

Vou começar a trabalhar no ano que vem. Acho bom ser obrigado a frequentar a escola, assim ninguém fica 'burro'. (Aluno F).

Não trabalho ainda. (Aluna G).

Trabalho de tarde. Meu pai me manda para a escola, para ser alguém na vida. (Aluna I).

⁴⁸ O programa Bolsa Família ainda não se constitui em um substituto da renda das crianças pertencentes às famílias mais pobres; o fato é que se as crianças seguem trabalhando é porque o valor dos benefícios não tem sido, para um bom número de famílias, suficiente para deter o trabalho infantil (KERSTENETZKY; BRITO, 2011, p. 28-29).

Percebe-se que os valores pagos às famílias não estão sendo suficientes para coibir o trabalho infantil⁴⁹, desse modo, muitas crianças ou jovens precisam trabalhar e estudar, comprometendo a sua educação.

As autoras Barbosa e Sant'anna (2009) afirmam que há um ciclo de reprodução da pobreza e da desigualdade decorrente da combinação da má qualidade das escolas com a condição social das famílias participantes do programa e que, para que haja a ruptura desse ciclo vicioso, é necessária a aproximação dessas famílias com os valores escolares e a melhoria das escolas em adequação a esses novos públicos; fatores sem os quais se fazem inúteis os ganhos promovidos pelas condicionalidades do Bolsa Família.

Adentrando na questão da aprovação escolar dos alunos beneficiados, percebe-se que nas séries iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental há uma aprovação maciça; em contrapartida, nas séries finais (6º ao 8º ano) do Ensino Fundamental, inicia-se o problema da reprovação.

As reprovações estão associadas a dois fatores: rendimento escolar (nota) e frequência (faltas); e, ainda, o índice de reprovação devido ao fator rendimento (nota) é superior ao fator frequência (faltas), como podemos observar na tabela a seguir:

⁴⁹ No dia 30 de dezembro de 2005 foi publicada a integração entre o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Essa integração mobilizou os setores da sociedade que atuam diretamente no combate ao trabalho infantil.

O PETI é um Programa do Governo Federal que tem como objetivo retirar as crianças e adolescentes, de 07 a 14 anos, do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, ou seja, aquele trabalho que coloca em risco a saúde e segurança das crianças e adolescentes; fomentar e incentivar a ampliação do universo de conhecimentos da criança e do adolescente, por meio de atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer no período complementar à escola, ou seja, na jornada ampliada; proporcionar apoio e orientação às famílias por meio da oferta de ações socioeducativas; implementar programas e projetos de geração de trabalho e renda para as famílias.

Desse modo, a família que for inserida no PETI recebe uma bolsa mensal por cada filho, com idade entre 07 e 14 anos, que for retirado do trabalho. Para isto, as crianças e adolescentes devem estar frequentando a escola e a jornada ampliada, ou seja, em um período as crianças e adolescentes devem ir para a escola e no outro período devem ir para jornada ampliada, em que elas terão um reforço escolar além de desenvolverem atividades esportivas, culturais, artísticas e de lazer.

Quadro 6 – Índice de matrículas, aprovação e reprovação dos alunos beneficiados pelo PBF em 2013

Série/ Ano Ensino Fundamental	Número de alunos matriculados e beneficiários	Número de alunos aprovados	Número de alunos reprovados por falta	Número de alunos reprovados por nota	Desistentes
Primeiro ano	12	12	-	-	-
Segundo ano	4	4	-	-	-
Terceiro ano	17	15	-	2	-
Quarto Ano	18	18	-	-	-
Quinto Ano	21	20	-	-	OBS: 1 aluno transferido
Sexto ano	52	37	1	11	1 OBS: 2 alunos transferidos
Sétimo ano	27	21	1	5	-
Oitavo ano	21	16	3	1	OBS: 1 aluno transferido

As principais causas que levam os alunos a serem reprovados, segundo os professores, são a falta de interesse do aluno e da família, a necessidade de trabalhar para ajudar na renda familiar, as dificuldades de acompanhar os conteúdos das disciplinas, as conversas paralelas, a discussão com professores e o excesso de faltas, brincadeiras, farras e péssimas amizades, o acúmulo de conteúdos após a greve dos professores (que dificultou muito a aprendizagem), a forma como alguns professores ensinavam, explanavam os conteúdos no quadro e não davam explicações, e a falta de tempo para os estudos para os que cursavam em um turno e trabalhavam em outro.

Em linhas gerais, observou-se que o PBF não interferiu no número de matrículas escolares da E. E. B. Victor Meirelles, mas, o benefício por meio de sua condicionalidade educacional tem um efeito significativo na frequência escolar e permanência dos beneficiários na escola.

O PBF contribui para a inserção das crianças e jovens na rede de ensino, entretanto, ele não se configura como uma política educacional que promova a superação do ciclo intergeracional da pobreza via educação, que pressupõe ações relativas à qualidade do ensino que extrapolam os aspectos limitados de incentivo seletivo embutidos na condicionalidade educacional do PBF.

Então, apesar dessa condicionalidade garantir aos beneficiários um direito constitucional que nem sempre é efetivado – a educação –, a exigência dessa condicionalidade pode e tem levado algumas famílias, em maior situação de vulnerabilidade, a perder o benefício, que tem como função combater a pobreza.

O PBF é eficiente em atingir um de seus objetivos fundamentais: elevar o atendimento escolar das crianças. Por outro lado, é incapaz de reduzir a incidência de trabalho infantil, fenômeno perverso intrinsecamente relacionado com o menor atendimento escolar entre crianças de famílias pobres.

Em suma, torna-se necessário dizer que a Educação como condicionalidade no Programa Bolsa Família tem seus limites e possibilidades. O limite está no fato de que, até agora, o programa reduziu a pobreza extrema e, não necessariamente, as desigualdades sociais e, particularmente, as desigualdades educacionais.

A questão é muito complexa, pois de um lado há grandes avanços e luz no fundo do túnel para, daqui por diante, se pensar no PBF como programa de Estado e não de Governo. Tudo depende dos rumos da economia política e das políticas públicas e sociais, sobretudo, dos investimentos nas políticas educacionais.

O PBF, apesar dos avanços, está sujeito às ingerências dos rumos ideológicos, cuja incerteza se assenta entre as propostas neoliberais ou a continuidade e aperfeiçoamento das políticas pós-neoliberais (SADER, 2013).

Por enquanto o PBF com suas condicionalidades vem permitindo em algumas escolas, e, particularmente, na escola investigada, alguns avanços já mencionados. O desafio é lutar incansavelmente pelo direito de ter a uma educação de qualidade, que possa romper simultânea e definitivamente com o "*apartheid* social" e o "*apartheid* educacional", ou seja, uma educação para além do capitalismo neoliberal.

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS: AO FIM E AO CABO, “O QUE REVELAM AS VOZES DOS SUJEITOS E AS REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM RELAÇÃO À FREQUÊNCIA ESCOLAR COMO CONDICIONALIDADE?”

Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a miséria da existência humana.

B. Brecht

Antes de concluir provisoriamente esta dissertação, gostaria, em primeiro lugar, de dizer que considero necessário mencionar que, como investigadora, professora, mãe e mulher, já não sou mais a mesma.

Não tenho a mesma percepção de senso-comum a respeito do PBF, passei a analisar com mais argumentos e critérios os chamados programas de transferência de renda. Isso não significa que eu esteja tranquila e acomodada frente às diversas opiniões do senso-comum dentro da universidade, e, sobretudo da mídia manipuladora e parcial.

Assim, tanto as críticas lineares, as sem argumentos plausíveis, quanto mesmo os estudos que venho fazendo não me deixam sossegada, mas, sim, sempre desconfiada das certezas proferidas.

Durante e após ter concluído o trabalho de campo, passei a compreender que o papel do intelectual diante dos problemas públicos não deve se pautar na adesão imediata aos fenômenos da realidade, senão em ir às fontes documentais oficiais e não oficiais, às bibliografias, às iconografias incansavelmente.

O meu envolvimento com as políticas públicas e sociais e em especial com o Programa Bolsa Família, através da pesquisa, aconteceu de maneira tão profunda que para mim este estudo não chegou ao fim. Ele apenas marca o seu início à medida que preciso aprofundar e esmiuçar minhas reflexões acerca da relação entre o PBF e as condicionalidades para educação de crianças e jovens. Refiro-me, em especial, às lacunas encontradas na falta de dados específicos sobre aprovação, reprovação, rendimento escolar e permanência escolar.

São questões ainda pendentes que deverei enfrentar daqui por diante nos estudos de doutoramento. Assim, pretendo esmiuçar melhor os dados originados das incursões empíricas as representações de professores, pais e alunos, dando-os forma de novos problemas delimitados e analisados com mais rigor e prática de pesquisa.

Ao chegar ao final deste trabalho é preciso refletir se logrei alcançar o objetivo que tinha proposto, ciente da provisoriade dos resultados e achados da pesquisa, uma vez que o PBF está na "ordem do dia", no senso-comum acadêmico e político, na mídia e como cotidiano das pessoas de distintas classes sociais.

Isso faz com que nós pesquisadores estejamos atentos a novas possibilidades de pesquisa, como as representações sociais sobre o Programa Bolsa Família na própria classe trabalhadora empobrecida, nas diversas camadas da classe média e nas elites. Por tais razões o PBF ganhou tanta visibilidade na vida social em geral e na cena política. De fato, os limites e possibilidades do PBF estiveram sempre nos debates mais acalorados de esquerda e direita, sobretudo no processo eleitoral que tomou conta do ano de 2014. Isso deve-se ao fato deste programa ser o “carro-chefe” das políticas públicas e sociais e uma bandeira do governo Dilma (2013), cuja promessa foi e ainda é a redução da desigualdade e o alívio imediato da pobreza extrema.

Grosso modo, observou-se que o PBF não interferiu no número de matrículas escolares da EEB Victor Meirelles, todavia, o benefício por meio de sua condicionalidade educacional tem um efeito significativo na frequência escolar e permanência dos beneficiários na escola, ou seja, o programa contribui para a inserção das crianças e jovens na rede de ensino, mas, ele não se configura como uma política educacional que promova a superação do ciclo intergeracional da pobreza via educação, que pressupõe ações relativas à qualidade do ensino que extrapolam os aspectos limitados de incentivo seletivo embutidos na condicionalidade educacional do PBF.

Então, apesar dessa condicionalidade garantir aos beneficiários um direito constitucional que nem sempre é efetivado – a educação – a exigência dessa condicionalidade pode e tem levado algumas famílias, em maior situação de vulnerabilidade, a perder o benefício, que, supostamente, tem a função combater a pobreza.

O PBF é eficiente em atingir um de seus objetivos fundamentais: elevar o atendimento escolar das crianças; por outro lado, é incapaz de reduzir a incidência de trabalho infantil, fenômeno perverso intrinsecamente relacionado com o menor atendimento escolar entre crianças de famílias pobres. Assim, alguns aprimoramentos do PBF atacariam, indiretamente, essa questão, ou seja, elevando o número de horas em que as crianças permanecem na escola, reduzindo-se as horas disponíveis para o trabalho, além de fornecer uma formação mais ampla para os jovens.

O programa como condicionalidade para a educação tem seus equívocos e limites, mas também avanços e possibilidades de superação e lições para o seu redimensionamento e qualidade política e pedagógica.

Um dos limites consiste no fato de que, até agora, o programa reduziu a pobreza extrema e, não necessariamente, as desigualdades sociais e, particularmente, as desigualdades educacionais. A questão é muito complexa, pois de um lado, há grandes possibilidades de emancipação em curso.

Há luz no fundo do túnel para, daqui por diante, se pensar no PBF como programa de Estado e não de Governo. Tudo depende dos rumos da economia política, das políticas públicas e sociais, das mobilizações sociais, em prol de sua melhoria e qualidade, sobretudo, dos investimentos nas políticas educacionais.

Contudo, o que de fato deverá contar daqui por diante é o urgente redimensionamento teórico-prático de seu potencial para a emancipação da "cidadania como um projeto em construção". Nesse sentido, para que o PBF avance em termos de efetiva cidadania, ela deve ser concebida como "identidade social politizada", isto é, cidadania como noção construída coletivamente, que ganha sentido nas experiências tanto individuais quanto coletivas.

Posto isto, espera-se que os debates e enfrentamentos políticos sobre a pertinência do PBF como estratégia de diminuição da pobreza e das desigualdades sociais passe permanentemente pela construção da cidadania como identidade individual, coletiva e politizada. No entanto, isso só será possível pelas lutas e tensões de classe social em prol dos direitos a uma educação de qualidade, trabalho, justiça social e condições dignas para a construção da vida humana em suas diversas dimensões.

Vale destacar que não basta diminuir o ônus da pobreza sem alterar o padrão e as fontes estruturais das desigualdades, limitando-se apenas a reduzir os riscos sociais, pois assim estaremos caindo nas armadilhas da inclusão precária e marginal, ou seja, aquela que, paradoxalmente, promete incluir – excluindo (PATO, 2009, p. 17; LUFT, 2003, p. 117-118).

O PBF, apesar dos avanços, está sujeito às ingerências dos rumos ideológicos, cuja incerteza se assenta entre as propostas neoliberais ou a continuidade e aperfeiçoamento do projeto "social-desenvolvimentista" (FAGNANI, 2013), supostamente "pós-neoliberal" (SADER, 2013).

Superar, efetivamente, a pobreza e as desigualdades sociais e educacionais não depende apenas da boa vontade política, mas da luta

dos trabalhadores, talvez, não mais por políticas educacionais, que tenham que existir mediante condicionalidades para formar cidadãos "subescolarizados".

Por enquanto, espera-se que, no "andar da carruagem" do PBF, as condicionalidades irão aos poucos se aperfeiçoando e se tornando desnecessárias e obsoletas, se levarmos em conta a urgente transformação das políticas "emergenciais" em políticas efetivamente "estruturadoras", geradoras de autonomia e equidade social...

Por enquanto o PBF, com suas condicionalidades, vem permitindo em algumas escolas, e, particularmente, na escola investigada, alguns avanços já mencionados. O desafio é lutar incansavelmente pelo direito de ter uma educação de qualidade, que possa romper simultânea e definitivamente com o "*apartheid* social" e o "*apartheid* educacional".

Em suma, uma educação para além do capitalismo neoliberal forjado no mercado, no individualismo, na competição, na privatização dos bens e serviços. Uma nota de destaque para que os intelectuais nas universidades, com suas análises, levam em conta é o fato de o PBF ser considerado o maior programa da distribuição de renda da América Latina e, daí, seu potencial para as próximas pesquisas e reflexões. Esse fato, antes de ser taxado como uma estratégia eleitoreira, deve, a meu ver, servir de fermento para o aperfeiçoamento desse tipo de política pública, uma vez que os primeiros passos ainda incertos e precários já foram dados. Todo esse imbróglio contraditório poderá também incrementar as lutas manifestações por outro projeto de governo, Estado, economia, política e sociedade.

Por fim, gostaria de destacar outros pontos: com a realização da pesquisa senti o que realmente é pobreza, medo, miséria, necessidade e isolamento social. Com as visitas à comunidade e à escola vivenciei momentos ímpares que me inquietaram e indignaram e, ao mesmo tempo, me fizeram tomar o distanciamento necessário para melhor compreender e problematizar as coisas que via e ouvia no campo.

Destaco também, à guisa de autocrítica, que o trabalho apresenta limites, imprecisões e insegurança teórico-conceitual, mas também com possibilidades de crescimento intelectual e da ideia da pesquisa como um "*continuum*" na minha formação como professora-pesquisadora. Os limites dizem respeito a algumas possíveis lacunas deixadas no enfrentamento das análises, isto é, no confronto entre as categorias teóricas e as evidências empíricas. Contudo, saliento que esse processo fica muito dificultado pelo pouco tempo do mestrado. No ponto de vista das possibilidades, a dissertação indica pistas para futuros estudos,

principalmente, no doutoramento, conforme já foi indicado anteriormente.

Um exemplo disso é a ideia de fazer uma tese visando investigar “Formas que associadas ao PBF possam emancipar as famílias beneficiadas”. Essa consideração mostra como estou ciente dos limites da pesquisa, mas ao mesmo tempo de sua relevância pessoal, acadêmica e social.

Ao finalizar este estudo, cabe uma reflexão do poeta e dramaturgo alemão Bertold Brecht: “Para quem tem boa posição social falar de comida é coisa baixa. É compreensível: eles já comeram.”

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Helena T. de. A política social no Governo Lula. **Novos Estudos**, n. 70, p. 7-17, nov. 2004.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Editorial** (Revista Katálysis). Florianópolis: Revista Katálysis, Editora da UFSC, v. 12, n. 2, jul./dez. 2009.

ARAÚJO, Aracy Alves. **O programa bolsa-família e o trabalho infantil no Brasil**. 2010. 129 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; SANT’ANNA GABRIEL, Maria Josefina. **As classes populares e a valorização da educação no Brasil**. IFCS/UFRJ, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. **As reformas na Política de Assistência Social**: da benemerência ao direito social, da solidariedade às parcerias entre o público e o privado. Universidade e Sociedade, Brasília-DF, ano X, n. 22, nov./ 2000, p. 16-22.

_____; Eliane e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BERNARDES, Maria Eliza Mattosinho; CARNELOSSI, Bruna Cristina Neves (2014). **A condicionalidade de Educação dos Programas de transferência de renda**: uma análise crítica do Programa Bolsa Família. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt2/a_condicionalidade.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2014.

BETTO, Frei. **Calendário do Poder**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

BILAC, Elisabete Dória. “Família: algumas inquietações”. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça, direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. **Guia PAIF**. Brasília, 2006. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 8 nov. 2013.

_____. Lei 8.742. Lei Orgânica da Assistência Social. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 7 dez. 1993.

_____. Ministério da Educação. **Acompanhamento da Frequência Escolar**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12310:acompanhamento-da-frequencia-escola>. Acesso em: 21 abr. 2013

_____. **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)**. Manual de Gestão de Condicionalidades. 1. ed. Brasília, 2006.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2009) e organização das Nações Unidas para a Ciência e Cultura. (UNESCO).

_____. **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2013a)**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia>>. Acesso em: 2 jul. 2012; 27 fev. 2013.

_____. **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2013b)**. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Visão Geral](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#VisãoGeral)>. Acesso em: 24 jun. 2013.

_____. **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2013c)**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

_____. **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2013d)**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>> Acesso em: 30 mar. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Projeto Presença**: manual do usuário. Versão 4.1. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/frequenciaescolar.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Regulamenta a Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências**. Decreto nº. 5.209, de 17 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/Decreto_Bolsa_Familia.pdf> Acesso em: 04 nov. de 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2010). Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família** – volume II: Sistemas e procedimentos para acompanhamento das condicionalidades. Brasília: 2010. 31p. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-nacional-de-renda-de-cidadania-senarc/manuais/guia-para-acompanhamento-das-condicionalidades-do-programa-bolsa-familia-2013-volume-ii/guia-para-acompanhamento-das-condicionalidades-do-programa-bolsa-familia-2013-volume-ii#news_item_image>. Acesso em: 14 maio 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Portaria GM/MDS n. 321 de 29 de setembro de 2008**.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Guia PNAS**. Brasília, 2006. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 8 nov. 2013.

CAMARGO, José M. O Bolsa Família é um programa assistencialista? **O Globo**, 12 ago. 2006. Disponível em: <<http://oglobo.com/opiniao/mat/2006/08/12/285240593.asp>>. Acesso em: 12 set. 2012.

CAMPELLO, C. M. T. **Violência na escola**: um protesto contra a exclusão social? Salvador: Bahia Análise & Dados, v. 11, n. 1, p. 28-31, jun. 2001.

CAMPELO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELO, Tereza; NERI, Marcelo Cortez (Org.). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasil: Ipea, 2013.

CARVALHO, M. C. B. O lugar da família na política social. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 13-21.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHIZZOTTI, A. pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COMBLIN, José. **O neoliberalismo**: Ideologia dominante na virada do século. Petrópolis: Vozes, 1999.

CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, A. et al. **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG; PROEX, 2002.

CUNHA, Luis Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989.

CURRELO, Cláudia Regina Baddini. **O enfrentamento da pobreza como desafio para as políticas sociais no Brasil**: uma análise a partir do Programa Bolsa Família. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de Proteção Social: uma introdução conceitual. In: **Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

FAGNANI, Eduardo. **Brasil**: dois projetos em disputa. Le Monde Diplomatique Brasil, julho de 2014.

FAGNANI, Eduardo; FONSECA, A. (Org.). **Políticas sociais, universalização da cidadania e desenvolvimento**: economia, distribuição da renda, e mercado de trabalho. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política Social do Estado Capitalista**: as funções da previdência e da assistência sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FARIA, Ana Lúcia C.; FEIJÓ; Carmem Aparecida.; SILVA, Denise. Focalização de políticas públicas: uma discussão sobre os métodos de avaliação da população-alvo. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 287-310, jul. 2007. Disponível em:

<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2137/252>>
Acesso em: 05 jan. 2013.

FARIAS, Cristiano Chaves de. (Coord.). *Temas atuais de Direito e Processo de Família*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

FERRO, Andrea Rodrigues. **Jovens e Adultos no mercado de trabalho**: impacto dos programas de transferência condicional de renda e uma análise agregada usando séries temporais. 2007. 89 f. Tese (Doutorado em Ciências – Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2007.

FIGUEIRÓ, Ana Lúcia. **Entre o Assistencialismo e a Emancipação**: uma análise das relações entre Estado e Sociedade civil a partir das experiências do Programa Bolsa Família no entorno do Distrital Federal. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

FRANCO, Augusto de. **Três gerações de políticas sociais**. Disponível em: <<http://www.e-agora.org.br>>. Acesso em: ago. 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 8. ed. São Paulo: Cortez editora, 2006.

GAMBOA, Silvio S. **Pesquisa em Educação**: Método e Epistemologias. Chapecó: Argos, 2012.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

GELATI, F.C. A escola como instituição socialmente construída. **Roteiro**, Joaçaba, v. 34, n. 1, p. 79-92, jan./jun. 2009.

GENTILI, Pablo. A exclusão e a escola: o apartheid educacional como política de ocultação. In: GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOLD, R. Roles in Sociological Field Observations. **Social Forces**, 36 (Mar.) p. 217-23, 1958.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1998.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1982.

JACCOUD, Luciana. Assistência Social e Segurança Alimentar: entre novas trajetórias, velhas agendas e recentes desafios (1988-2008). In: **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. Vinte anos da Constituição Federal. Brasília: IPEA, v. 1, n. 17, 2009.

JANSTSCH, Ari Paulo. Os conceitos no ato teórico-metodológico do labor científico. In: BIANCHETTI, Lucídio; MEKSENAS, Paulo. **A trama do conhecimento**: Teoria, método escrita em ciência e pesquisa. Campinas: Papyrus, 2008.

KERSTENETZKY, Célia. Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do programa bolsa família. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v52n1/v52n1a02.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

KERSTENETZKY, C. L.; BRITO, A. S. **Série CEDE de textos para discussão**. Rio de Janeiro: CEDE, 2011. Disponível em: <<http://www.proac.uff.br/cede/s%C3%A9rie-cede-de-textos-para-discuss%C3%A3o>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

LAVINAS, Lena. **Excepcionalidade e paradoxo**: renda básica *versus* programas de transferência de renda no Brasil. Bien, 2004. Disponível em: <www.brasiluniaooupeia.ufrj.br/pt/pdfs/renda_basica_versus_programas_de_tranferencia_direta_de_renda.pdf>. Acesso em: ago. 2012.

_____. Gastos Sociais no Brasil: programas de transferência de renda *versus* investimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1463-1476, 2007.

_____. **Transferência de renda**: o “quase tudo” do sistema de proteção social brasileiro. 2006. Disponível em: <www.rls.org.br/publicue/media/Lena_Lavinas.pdf>. Acesso em: set. 2012.

LAVINAS, Lena; COBO, Barbara. Bolsa-família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres e as relações de gênero. **13º Congresso da Rede Mundial de Renda Básica**. BIEN 2010. São Paulo, 2010.

LAVINAS, Lena et al. Combinando compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil. **TEXTO PARA DISCUSSÃO N. 748**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, jul. 2000. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2013.

LAVINAS, Lena; VARSANO, Ricardo. **Programas de Garantia de Renda Mínima e Ação Coordenada de Combate à Pobreza**. Brasília: IPEA, dez. 1997. (Texto para Discussão, n. 534).

LÓPEZ-RUIZ, O. **Os executivos das transacionais e o espírito do capitalismo**: capital humano e empreendedorismo como valores sociais. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

MACEDO, Myrtes de A.; BRITO, Sebastiana R. de. **Transferência de renda**: uma nova face de proteção social? Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

MARRACH, Sônia. Neoliberalismo e educação. In: GUIRALDELLI JR, Paulo. **Infância educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Massacre dos Inocentes**: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1993.

MEDEIROS, Marcelo; BRITO, Tatiana; SOARES, Fábio. **Programas focalizados de transferência de renda**: contribuições para o debate. Brasília: IPEA, 2007. (Texto para Discussão, n. 1238).

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. São Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MESQUITA, Camile Sahb. **O Programa Bolsa Família**: uma análise de seu impacto e abrangência social. 2007. 139 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MESTRINER, M. L. **A proteção social das organizações sem fins lucrativos**: a regulação estatal da filantropia e da assistência social no Estado brasileiro. PUC-SP, 2000. Tese apresentada à banca examinadora da PUC como exigência parcial para obtenção do título de doutorado em Serviço Social. São Paulo: PUC, 2000. p. 353.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Crise estrutural do capital**. São: Boitempo, 2009.

MEYER, Dagmar Esterman. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana. **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MILLS, Charles Wright. Do artesanato intelectual. In: _____. **A imaginação sociológica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. p. 211-243.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____(Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MONNERAT Giselle Lavinias; SENNA, Mônica de Castro Maia; SCHOTTZ, Vanessa; MAGALHÃES, Rosana; BURLANDY, Luciene. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. In: **Revista Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, nov./ dez. 2007.

MOREIRA, Adriana Rochas de Carvalho Fruguli. **Influências das Políticas Públicas e Programas Sociais de Combate à Pobreza no Desempenho Econômico e Social de Municípios Selecionados do Estado de Mato Grosso do Sul no período de 2000 a 2010**. 2012. 162 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MORGAN, D. & KRUEGER, R. A. When to use focus group and why. In: D. Morgan (Org.). **Successful focus group: Advancing the state of the art**. Newbury Park: Sage, 1993. p. 3-19.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NÓVOA, Antonio. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, Sonia Selene Baçal de. **O programa bolsa família na cidade de Manaus: análise das dimensões da inclusão social e escolar**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

PASTORINI, Alejandra. Quem Mexe nos fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão – conquista”. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 53, São Paulo: Cortez, 1997.

PATO, Maria Helena de Souza (Org.). **A cidadania negada:** políticas públicas e formas de bem viver. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

PEREIRA, P. A. P. **Concepções e propostas de políticas sociais em curso:** tendências, perspectivas e consequências. Brasília: NEPPoS/CEAM/UnB, 1994.

_____. **Necessidades Humanas.** Para uma crítica a los patrones mínimos de sobrevivencia. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2002. v. 1. 248 p.

_____. **Política social:** temas & questões. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Concubinato e união estável.** 7. ed. revista e atualizada. Belo Horizonte: Del Rey, 2004a. p.10 e 11.

PEREIRA, Tânia da Silva. Famílias possíveis: Novos paradigmas na convivência familiar. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Afeto, Ética, Família e o Novo Código Civil.** Belo Horizonte: Del Rey, 2004b.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online].** São Paulo: UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books (<http://books.scielo.org>)

PINZANI, Alessandro. **Revista Pedagógica,** 2014.1 (mimeo).

PIRES, André. **Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?** Ensaio: aval. pol. públ. Educ. [online]. 2013, v. 21, n. 80 [cited 2014-11-04], p. 513-531 . Available from:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362013000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2013.

PNUD. **4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Docs/4_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2012.

POCHMANN, Marcio. **Gastos sociais e seus efeitos recentes no nível de emprego e na desigualdade da renda do trabalho no Brasil.** 2006. Disponível em: <www.rls.org.br/publique/media/Pochmann.pdf>. Acesso em: 30 set. 2012.

_____. Política Social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1477-1489, 2007.

PROJETO FOME ZERO 2001. Documento-síntese. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Unesp, 2013.

SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, E. (Org). **Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013. p. 135-144.

_____. **A Vingança da História**. São Paulo: Boitempo Editorial.v. 1. 2003.

SARMENTO, Manuel Jacinto. O Estudo de Caso Etnográfico em Educação. In **ZAGO, N.; CARVALHO, M. P.; VILELA, R. A. T. Itinerários de pesquisa**: Perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SARTI, C. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Família e individualidade: um problema moderno. IN: Carvalho, M. C. B. (Org.). **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC/ CORTEZ, 2003.

SAWAIA, B. B. Família e afetividade: a configuração de práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org). **Família, redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE/PUC, 2004. p. 41-42.

SETTON, M. G. J. ; SPOSITO, Marília . **Como os indivíduos se tornam indivíduos?** Entrevista com Danilo Martuccelli. Educação e Pesquisa (USP. Impresso), v. 39, p. 247-267, 2013.

SILVA, Josué P. da. Reconhecimento, redistribuição e as ambivalências do discurso sobre o Bolsa Família. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 45, n. 3, p. 96-205, 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Rev. katálysis**, Florianópolis , v. 13, n. 2, 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 jun. 2014.

_____. **Renda Mínima e Reestruturação Produtiva**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____ (Coord.); LIMA, Valéria Ferreira dos Santos de Almada. **Avaliando o Bolsa Família**: unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010.

_____; YASBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004; 2008.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. O Programa Bolsa Família: desenho institucional e possibilidades futuras. In: CASTRO, Jorge A.; MODESTO, Lúcia (Org.). **Bolsa Família 2003-2010**: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010. 2 v. p. 25-56.

SPOSATI, Aldaiza. Pobreza e Cidadania no Brasil Contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 63, p. 45-61, 2000.

STAKE, E. E. The Case Study Method in Social Inquiry. **Educational Researcher**, v. 7, n. 2, fev. 1978.

SZYMANSKI, H. (Org). **A entrevista na Pesquisa em Educação**: a prática reflexiva. Brasília: Liber, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Construção do conhecimento em sala de aula. **Cadernos Pedagógicos do Libertad**, 2; 3. ed. São Paulo: Libertad, 1995.

VASCONCELOS, Gilberto Felisberto. **GUNDER FRANK**: O enguiço das ciências sociais. Florianópolis: Insular, 2014.

VIANA, Rui Geraldo Camargo. *A Família*. In: VIANA, Rui Geraldo Camargo; NERY, Rosa Maria de Andrade (Orgs.). **Temas atuais de direito civil na constituição Federal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 22.

VIANNA, Maria L. W. A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica? **Revista Praia Vermelha**, v. 18, n. 1, p. 120-145, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. As ambiguidades da assistência social brasileira após 10 anos de LOAS. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 25, n. 77, mar. 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE I. TRANSCRIÇÕES DO GRUPO FOCAL COM CRIANÇAS E JOVENS BENEFICIÁRIOS

<p>Sabe quem criou o PBF? E por que ele foi criado? Quais são as obrigações dos beneficiários? Você sabe quanto a sua família recebe do PBF? O PBF trouxe mudanças na vida de vocês? Quais foram essas mudanças?</p>	<p>O valor que os pais de vocês recebem do PBF ajuda vocês na escola? De que forma? O que facilitou? Se hoje não existisse mais o PBF, o que isso causaria na vida de vocês? Você acha importante estudar? Por quê? Você gosta de vir para a escola? Por quê? Você falta? Por quê? O PBF ajuda na sua aprendizagem?</p>	<p>Depois do PBF, suas notas melhoraram? Depois do PBF, seus pais, frequentam mais a escola? Ajudam mais com as tarefas escolares? O que os seus pais pensam da escola? Você trabalha? Que horário? O que você acha de ser obrigado a frequentar a escola?</p>
<p>Aluno A - <i>Não sei quem criou o PBF, nem porque ele existe, muito menos conheço as obrigações. Acho que minha família recebe uns R\$ 157,00. Com o dinheiro podemos comprar as coisas: comida, roupa, material escolar, frutas e pagar a conta luz e a água, claro que não tudo de uma vez: minha mãe paga a água e a luz, outro ela compra roupa e material escolar, é assim</i> (grifos meus).</p>	<p><i>Sim, tem água e luz para tomar banho</i> (grifos meus). Se não tivesse <i>mais dificultaria nossa vida. Acho importante estudar, se não cortarem a bolsa. Gosto de estudar por causa da matemática. Não falto porque minha mãe não deixa</i> (grifos meus).</p>	<p>Minhas notas melhoraram, meus pais vêm mais para a escola. Eles acham a escola muito boa. Não repeti nenhum ano porque sou dedicado aos estudos. <i>Trabalho de tarde. Acho bom ser obrigado a frequentar a escola</i> (grifos meus) (14 anos, turma 83).</p>
<p>Aluno B - <i>Não sei quem criou</i> (grifos meus), sei que é obrigado estudar.</p>	<p><i>Podemos comprar os materiais da escola. A bolsa é boa e ajuda a pagar as conta</i> (grifos</p>	<p><i>Minhas notas melhoraram</i> (grifos meus). Não sei se eles vêm mais, mais minha</p>

<p>Minha família deve ganhar uns R\$ 50,00. <i>A bolsa ajuda a comprar materiais</i> (grifos meus) de estudar e roupas.</p>	<p>meus). Acho bom estudar, assim eu aprendo. Só falto quando estou doente.</p>	<p>mãe ajuda com os temas. <i>Eles acham que é um lugar para conviver</i> (grifos meus). Eu já rodei porque não estudava. Não trabalho. <i>Não sou obrigado a vir para a escola, venho porque gosto</i> (grifos meus).</p>
<p>Aluno C - Não sei quem criou, mais é para <i>ajudar os pobres</i> (grifos meus). Para receber tem que <i>estudar, não faltar aula</i> (grifos meus) e ter boas notas. Acho que uns R\$ 50,00. O dinheiro <i>ajuda a pagar as contas, comprar material escolar, comprar roupas pra vir para o colégio</i> (grifos meus).</p>	<p>Ajuda muito em casa, se não tivesse mais a bolsa, será mais difícil pagar as contas. <i>É importante estudar, para arranjar um trabalho. Adoro vir pra escola, eu aprendo muito</i> (grifos meus). Nunca falto.</p>	<p><i>Continuam iguais</i> (grifos meus). Eles vêm a mesma coisa. <i>A escola é um lugar bom para aprender</i> (grifos meus). Nunca repeti ano. <i>Trabalho de tarde. Nunca fui obrigado a vir na escola, venho porque gosto</i> (grifos meus), (14 anos – turma 82).</p>
<p>Aluno D - <i>O Lula, para ajudar as pessoas necessitadas</i> (grifos meus). Devemos estudar, não faltar aula, respeitar a todos e ter boas notas. <i>R\$ 50,00. Agora dá para compra o material escolar e pagar as contas</i> (grifos meus).</p>	<p><i>O Programa Bolsa Família ajuda minha família a manter a casa, se não tiver mais vai ser muito ruim, porque tem pessoas que vivem dele. É muito importante estudar. Quero conseguir bom trabalho no futuro. Gosto de ir para a escola, porque tenho amigos e aprendo bastante, então eu não preciso arrumar a casa. Não falto, só se</i></p>	<p>Minhas notas sempre foram boas, eles vêm a mesma coisa. A mãe me ajuda. <i>Eles pensam muito bem da escola</i> (grifos meus). Nunca rodei e nunca peguei exame. Não trabalho. Minha mãe nunca me obrigou a frequentar a escola.</p>

	<i>tiver doente</i> (grifos meus).	
Aluno E - <i>Não sei quem criou, sei que é pra ajuda. R\$ 50,00. Paga conta de luz e água. Ajuda a comprar o material escolar</i> (grifos meus).	Ele ajuda para <i>ser alguém na vida. Vir na escola é legal, não costumo faltar</i> (grifos meus).	<i>Minhas notas melhoraram, eles vêm mais no colégio</i> (grifos meus). Acham que é um lugar para estudar. Não trabalho. <i>Não sou obrigado a ir na escola</i> (grifos meus).
Aluno F - Para ajudar as pessoas, estudar bastante, respeita e ter boas notas. R\$ 150,00. <i>Ajuda a comprar o material escolar, as roupas, os alimentos e a pagar os passeios</i> (grifos meus).	<i>Se não tiver mais vamos ficar sem material escolar. O programa é ótimo, ajuda muitas famílias. É muito importante estudar para ser alguém na vida. Gosto de frequentar a escola para aprender</i> (grifos meus), não gosto de faltar.	<i>Minhas notas continuam boas, às vezes meus pais me ajudam nas da escola. Meus pais acham que a escola é um lugar onde deve aprender. Nunca reprovei, sou bom aluno. Vou começar a trabalhar no ano que vem</i> (grifos meus). <i>Acho bom ser obrigado a frequentar a escola, assim ninguém fica “burro”</i> (grifos meus) (13 anos – 73)
Aluno G - <i>Pelo Lula, para ajudar as pessoas que precisam</i> (grifos meus). Devemos frequentar a escola, não faltar, ter boas notas. R\$ 150,00. <i>Ajudou meu aprendizado, ajudou a comprar roupas, calçados e comida</i> (grifos meus). Ajudou a comprar o material escolar.	Se não tivesse mais, <i>não mudaria muito, porque é tão pouco</i> (grifos meus). <i>Acho importante estudar</i> (grifos meus) porque ajudará no meu <i>futuro</i> (grifos meus), a ter um <i>emprego melhor</i> (grifos meus). Só falto quando estou doente ou tenho que <i>cuidar dos meus irmãos</i> (grifos meus).	<i>Minhas notas melhoraram um pouco. Eles vêm mais vezes. Para eles a escola é boa e eu nunca reprovei. Não trabalho ainda. Acho ruim ser obrigado a frequentar a escola</i> (grifos meus) (13 anos – 91)

<p>Aluno H - <i>Fernando Henrique Cardoso, para ajudar as famílias</i> (grifos meus). Deve ter boas notas e sempre estar presente nas aulas. Não sei quanto ganham. Antes <i>faltava dinheiro para comprar o material escolar, agora não. Ajuda na alimentação, na escola e em casa</i> (grifos meus).</p>	<p><i>Se não tiver mais vai trazer muita dificuldade. É muito importante estudar para ter um futuro melhor. Gosto de ir na escola para aprender e ter sonhos mais altos</i> (grifos meus). Não falto porque é importante estar na escola.</p>	<p><i>Minhas notas melhoraram e meus pais vêm mais para o colégio. Eles dizem que é um lugar de aprendizagem e não se pode faltar</i> (grifos meus). Nunca reprovei de ano. Não trabalho. <i>O que eu não gosto, é porque uns alunos são obrigados a vir e não fazem nada, só incomodam</i> (grifos meus).</p>
<p>Aluno I - Os filhos precisam frequentar a escola. <i>Recebem R\$ 145,00. Não tinha como comprar material escolar, agora dá</i> (grifos meus).</p>	<p>Dificuldade. <i>Eu gosto de estudar para ser um professor</i> (grifos meus). Só falto quando estou doente.</p>	<p><i>Minhas notas continuam as mesmas</i> (grifos meus). Meu pai ajuda no tema. Repeti um. Trabalho de tarde. <i>Meu pai me manda para a escola, para ser alguém na vida</i> (grifos meus).</p>
<p>Aluno J - <i>O Lula para ajudar os pobres</i> (grifos meus). Tem que estar na escola, não incomodar e estudar. <i>R\$ 160,00. Ajudou a comprar o material e outras coisas</i> (grifos meus).</p>	<p><i>Se não tiver mais a bolsa, não poderemos mais comprar o material escolar. O programa ajuda as pessoas que não têm nada. Acho importante estudar para ser alguém na vida. Eu gosto de vir para escola, porque é bom estudar</i> (grifos meus). Eu falto às vezes quando estou doente.</p>	<p>Melhoraram. <i>Eles vêm para a escola e ajudam nas tarefas</i> (grifos meus). Eles pensam que a escola é boa. Eu nunca repeti o ano. Eu não trabalho ainda. <i>É um pouco chato ser obrigado a frequentar a escola</i> (grifos meus).</p>
<p>Aluno K - Foi o <i>Eduardo Suplicy para ajudar as pessoas</i> (grifos meus). Tem</p>	<p><i>Se não tiver mais a bolsa, não teremos mais dinheiro para pagar todas as contas.</i></p>	<p><i>Minhas notas continuam as mesmas depois do Bolsa Família. Meus pais vão</i></p>

<p>que frequentar a escola e estudar. Não sei quanto ganham. Ajuda a pagar as contas de luz, água e outras coisas. Ajuda a mudar o estilo de ser e as notas (grifos meus).</p>	<p>É importante estudar para ter um futuro melhor. Gosto de vir para a escola estudar e aprender (grifos meus). Às vezes eu falto, quando estou doente.</p>	<p>à escola para saber como eu estou de notas e de comportamento. Eles acham que a escola é um bom lugar para mim frequentar, assim eu não estou na rua ou roubando. Nunca repeti de ano. Trabalho com reciclagem. Acho um absurdo ser obrigado a frequentar a escola (grifos meus) (13 anos, turma 71)</p>
<p>Aluno L - Para ajudar quem precisa. Podemos comprar os materiais escolar, a comida, as roupa, os calçados (grifos meus). R\$ 140,00.</p>	<p>Se não recebermos mais a bolsa, não vai dar para comprar os materiais escolares. Precisa estudar para ser alguém na vida. Gosto de ir ao colégio para aprender e ficar com os amigos (grifos meus). Só falto quando fico doente.</p>	<p>Continuam a mesma coisa. Meus pais me ajudam nas tarefas escolares. Dizem que a escola é um bom lugar para ficar (grifos meus). Nunca repeti ano. Acho ruim ser obrigado a ir pra escola porque tem que acordar cedo (grifos meus).</p>
<p>Aluno M- O Lula para ajudar quem precisa ir para a escola, não faltar e ter boas notas. R\$ 150,00. Não mudou quase nada. Só da pra compra o material escolar (grifos meus).</p>	<p>Não mudaria muito. É pouco o que ganham. Tem que estudar para ser alguém na vida. Gosto de vir para escola por causa dos amigos, para aprender (grifos meus). Só falto quando fico doente, ou por alguma coisa importante.</p>	<p>Continuam as mesmas (grifos meus). Vão pra escola quando solicitado. Acham boa a escola, porque lá a gente aprende (grifos meus). Nunca rodei. Acho ruim (grifos meus).</p>
<p>Aluno N - Não sei quem criou, mais é para ajudar os pobres. Para receber tem que</p>	<p>Ajuda muito em casa, se não tiver mais vai ser mais difícil pagar as contas. É</p>	<p>Continuam iguais. Eles vêm a mesma coisa. A escola é um lugar bom para aprender (grifos</p>

<p><i>estudar, não faltar aula e ter boas notas (grifos meus). Acho que uns R\$ 50,00. O dinheiro ajuda a pagar as contas, a comprar o material escolar, a comprar roupas para frequentar o colégio (grifos meus).</i></p>	<p><i>importante estudar, para arranjar um trabalho. Adoro vir para escola, eu aprendo muito (grifos meus). Nunca falto.</i></p>	<p>meus). Nunca repeti ano. Nunca fui obrigado a frequentar a escola, venho porque gosto (grifos meus).</p>
<p>Aluno O - <i>É para ajudar as famílias necessitadas (grifos meus). Tem que estudar. Ajuda minha família a pagar as contas. Dá pra comprar comida e outras coisas (grifos meus).</i></p>	<p>Causaria problemas. Pena que é pouco que se recebe. Gosto da escola, aprendo a escrever melhor, <i>tenho amigos (grifos meus), vou conseguir um emprego melhor. Esse dinheiro é importante para nós (grifos meus).</i></p>	<p>Minha mãe me ajuda, porque quer que eu tenha um futuro melhor. Nunca repeti. Acho bom porque assim aprendem.</p>
<p>Aluno P - <i>Não sei quem criou, mais é para ajudar os pobres. Para receber tem que estudar, não faltar aulas e ter boas notas (grifos meus). Acho que uns R\$ 150,00. O dinheiro ajuda a pagar as contas, comprar material escolar, comprar roupas (grifos meus).</i></p>	<p><i>Ajuda muito em casa a pagar as contas. É importante estudar, para arranjar um trabalho. Adoro vir pra escola, eu aprendo muito (grifos meus). Nunca falto.</i></p>	<p><i>Continuam iguais. Eles vêm a mesma coisa. A escola é um lugar bom para aprender. Nunca fui obrigado a vir na escola, venho porque gosto (grifos meus).</i></p>

ANEXO II. TRANSCRIÇÕES DA ENTREVISTA COM OS PAIS DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS - PRIMEIRO BLOCO DE PERGUNTAS:

<p>Idade / Sexo/ Estado Civil / Grau de escolaridade/ Quantidade de filhos e escolaridade/ Ocupação atual/ Já teve carteira assinada/ Fonte de renda/ Ocupação do(a) companheiro(a)/ Sabe quem criou o PBF? E por que ele foi criado? Acha que o governo ganha alguma coisa com o PBF? Como e por que entrou no programa? Como você avalia o programa Bolsa Família? Quanto recebe do PBF? O que você acha do valor repassado?</p>	<p>Como a família usa o dinheiro? Quais são as obrigações dos beneficiários? Quando recebe o PBF não dá mais vontade de trabalhar? Conhece alguém que não trabalha por causa do PBF? Já teve o benefício bloqueado? Por qual o motivo? Como a família vivia antes do PBF? O PBF trouxe mudanças na vida de vocês? Quais foram essas mudanças? O que significa, ou representa, o PBF para vocês? Se hoje não existisse mais o PBF, o que isso causaria na vida de vocês? O Programa Bolsa Família ajuda a diminuir a pobreza e a desigualdade social?</p>	<p>É importante que as crianças estudem? Por quê? De que forma o PBF ajudou na aprendizagem dos seus filhos? É difícil fazer com que o filho frequente a escola? Por quê? Como você considera o desempenho escolar (notas, participação) de seu(s) filho(s) (ótimo, bom, regular, ruim)? Sempre foi assim? Como está a frequência de seus filhos na escola? Com relação ao comportamento de seu (s) filho(s) na escola (relação professores, colegas), teve alguma alteração após o recebimento do benefício? Com que frequência você acompanha o desempenho escolar de seu (s) filho (s)? De que forma? Você tem acompanhado mais seu filho na escola após receber o benefício, ou continua da mesma forma como antes? Como é a sua relação com a escola, teve</p>
--	--	---

		alguma alteração após o recebimento do benefício?
<p>Entrevistado 1 - 34 – Fem. – casada – 3 do Ens. Fundamental – 3 filhos – faxineira, já tive carteira assinada - do meu trabalho, do meu marido (grifos meus) e do PBF. O Lula. Entrei no programa por meio da Assistência Social (estava desempregada). Recebo R\$ 176,00. O programa é bom, mais o valor é pouco (grifos meus).</p>	<p><i>Usamos o dinheiro para comprar comida, leite, material escolar, pagar a luz e a água, para atender as necessidades básicas. Para ganhar o benefício tenho que manter os filhos na escola, longe das ruas e das drogas. Acho muito difícil alguém perder a vontade de trabalhar, porque recebe uma ajuda financeira tão pequena. Vivíamos com muita dificuldade. O PBF ajuda na compra das frutas que antes nós não tínhamos. Se não tiver mais o PBF, vai ser um desfalque, vai faltar comida, roupa, calçado e material escolar. O PBF não diminui a pobreza, porque nós continuamos pobres, ele nos ajuda a sobreviver e a comprar as coisas que precisamos (grifos meus).</i></p>	<p><i>Claro, frequentando a escola eles terão um futuro melhor e não passarão por tantas dificuldades que nós estamos passando. O PBF ajudou o meu filho a não ser discriminado porque não tinha o material escolar para frequentar a escola. Ano passado eu não tinha dinheiro para comprar o material, olhavam “torto” para ele, sofremos muito, agora ele tem material e não sofre mais discriminação. Meus filhos adoram a escola, frequentam todos os dias. Meus filhos são bons alunos. Não mudou nada depois que estamos recebendo o PBF. A frequência deles é a mesma, não mudou o comportamento, e a escola continua igual. Vou para a escola quando me ligam, ajudo meus filhos a fazerem os tema quando eles pedem. Está tudo bem com a escola (grifos meus).</i></p>

<p>Entrevistado 02 - 46 anos – Fem. – amigada – 2 do Ens. Fundamental – 9 filhos – catadora, já tive carteira assinada – <i>Pensão do falecido, da reciclagem e do PBF</i> (grifos meus). Sim o governo ganha. <i>Entrei no programa por meio da escola</i> (grifos meus). Recebo R\$ 235,00. <i>O programa é regular, mais o valor é pouco</i> (grifos meus).</p>	<p><i>Usamos o dinheiro para comprar roupa, calçado, comida e leite. Para ganhar o benefício tenho que manter os filhos na escola e a carteirinha de vacina em dia. Acho muito difícil alguém perder a vontade de trabalhar, porque recebe tão pouco</i> (grifos meus). Sim, não fiz o cadastramento. Vivíamos com <i>muita dificuldade</i> (grifos meus). O PBF ajuda a comprar roupa, calçado, comida, a pagar a luz e água. <i>Sê não tiver mais o PBF, vamos ter que cortar a comida e muitas outras coisas. O PBF não diminui a pobreza das famílias</i> (grifos meus).</p>	<p><i>Sem estudo não somos nada, tem que estudar para uma vida melhor. Melhorou a nossa vida, os filhos fica. Meus filhos só faltam quando estão doentes. Meus filhos sempre foram bons alunos. A frequência deles é a mesma, não mudou o comportamento, e a escola continua igual</i> (grifos meus). Levo meus filhos para a escola todos os dias, <i>ajudo eles a fazerem os tema e pesquisa. Todo mundo me conhece na escola</i> (grifos meus).</p>
<p>Entrevistado 03- 50 anos – Fem. – casada – 7 do Ens. Fundamental – 6 filhos – <i>desempregada</i> (grifos meus), já tive carteira assinada – salário do marido que é <i>higienizador</i> (grifos meus) na Sadia e do PBF. Entrei no Programa por que <i>sou baixa renda</i> (grifos meus). Recebo R\$ 166,00. <i>O programa é bom, mais o valor é</i></p>	<p>Usamos o dinheiro para comprar roupa, calçado, comida, para pagar o curso das crianças. <i>Não sei o que tenho que fazer para ganhar o dinheiro. Claro que não, não dá pra viver só com o PBF</i> (grifos meus). Sim, não fiz o cadastramento. Um mês eu pagava a luz, outro mês eu pagava a água. Agora está tudo em dia. <i>Se não tiver mais o PBF,</i></p>	<p><i>Estudando vai conseguir um emprego. Agora eles têm material escolar, roupa e calçado. Eles frequentam a escola com gosto</i> (grifos meus). Eles sempre foram bons alunos. A frequência deles é a mesma, não mudou o comportamento, e a escola continua igual. <i>Quando ligam, eu vou para a escola</i> (grifos meus).</p>

<p><i>pouco mais ajuda</i> (grifos meus).</p>	<p><i>não vamos ter mais as contas em dia. O PBF não diminui a pobreza, nós continuamos pobres</i> (grifos meus), só estamos vivendo mais folgado.</p>	
<p>Entrevistado 04 - 38anos - Fem. - separada - 1 do Ens. Fundamental - 5 filhos - diarista (grifos meus) - não tive carteira assinada - de diarista, <i>pensão e PBF</i> (grifos meus). Angela Amim. Entrei no programa por meio da Assistência Social e do colégio. Recebo R\$ 172,00. <i>O programa é regular, mais o valor é pouco</i> (grifos meus).</p>	<p><i>Usamos o dinheiro para comprar comida. Para ganha o benefício tenho que manter os filhos na escola e a carteirinhas de vacina em dia. Aí que dá vontade de trabalhar, pra poder viver melhor. Sim, não fiz o recadastramento. Vivíamos com dificuldade, faltava comida, agora até dá para comprar de vez em quando fruta, para a piaçada. Agora dá para comprar as coisas. Se não tive mais o PBF, vamos passar por dificuldade de novo. Não diminui a pobreza, ajuda a gente a viver melhor</i> (grifos meus).</p>	<p><i>Sim, vai ter uma vida boa, vai conseguir trabalho. Ajudo na compra do material escolar. Eles adoram a escola. Eles são bons alunos, às vezes têm preguiça para fazer os temas, daí eu brigo com eles, e eles fazem as obrigações</i> (grifos meus). A frequência deles é a mesma, não mudou o comportamento, e a escola continua igual. <i>Quando me mandam chamar, eu vou para a escola e ajudo meus filhos com os tema</i> (grifos meus).</p>
<p>Entrevistado 05 - 50 anos - Mas. - casada - 2 Ens. Médio - 4 filhos-higienizadora - já tive carteira assinada - <i>Salário da Sadia, aposentadoria e do PBF. Luiz Henrique</i> (grifos meus) e o Lula. Entrei no programa por</p>	<p><i>Usamos o dinheiro para comprar roupa, calçado, comida, pagar a luz e a água</i> (grifos meus). Não sei o que tenho que fazer para ganhar. Claro que não, precisamos trabalhar para viver. Sim, não fiz o recadastramento. <i>Nós</i></p>	<p><i>Sem estudo vai se o que hoje? Agora eles têm material escolar, roupa e calçado. Às vezes eles têm preguiça. São até bons alunos. A frequência deles é a mesma, não mudou o comportamento, e a</i></p>

<p>meio da Assistência Social. Recebo R\$ 165,00. <i>O programa é bom, mais o valor é pouco mais ajuda (grifos meus).</i></p>	<p><i>vivíamos do mesmo jeito de agora. Agora dá para comprar comida, roupa, calçado, o material da escola. Se não tiver mais o PBF, não vai ter mais material escolar. Só nos ajuda a comprar as coisas (grifos meus).</i></p>	<p><i>escola continua igual. Levo meus filhos para a escola, ajudo meus filhos a fazerem o tema (grifos meus).</i></p>
<p>Entrevistado 06 – 30 anos – Fem. – amigada – 2 do Ens. Fundamental – 4 filhos, já tive carteira assinada – do PBF. O Lula para ajudar as famílias. Sim, assim as crianças frequentam a escola. Entrei no programa por meio da Assistência Social. Recebo R\$ 170,00. <i>O programa é ruim, não dá pra comprar quase nada (grifos meus).</i></p>	<p><i>Usamos o dinheiro para pagar a luz e a água (grifos meus). Para ganhar o benefício tenho que manter os filhos na escola e a carteirinhas de vacina em dia. Só com o PBF a gente não vive. Sim, por causa da frequência dos meus filhos. Aumentou a nossa renda. Nem quero pensa, vamos ficar sem comida. Continuamos pobres, mais podemos vive melhor (grifos meus).</i></p>	<p><i>Tem que estudar, tudo evolui, até o trabalho (grifos meus). Trabalhando podemos sobreviver e comprar roupas. Eles são ótimos alunos, nunca pegam exame. A frequência deles é a mesma, não mudou o comportamento, e a escola continua igual. Quando tem reunião eu vou. Cobro deles o tema feito.</i></p>
<p>Entrevistado 07 – 30 anos – Fem. – separada – 2 do Ens. Fundamental – 3 filhos – estagiária – não tive carteira assinada – do estágio e do PBF. <i>O Lula pra ajudar as famílias. Entrei no programa por meio da professora da escola. Recebo R\$ 96,00. O programa é ótimo, mais o valor é</i></p>	<p><i>Usamos o dinheiro para comprar comida e as coisas para crianças. Para ganhar o benefício tenho que manter os filhos na escola. Acho muito difícil alguém perder a vontade de trabalhar, porque recebe tão pouco (grifos meus). Não. Vivíamos normalmente. Ajudamos nas despesas da</i></p>	<p><i>Estuda traz benefício para o futuro. Agora meus filhos têm material escolar, roupa e calçado. Eles gostam de ir para a escola. São bons alunos e a frequência deles é a mesma, não mudou o comportamento, e a escola continua igual. Vou sempre à escola, os ajudo a fazerem os</i></p>

<p><i>pouco</i> (grifos meus).</p>	<p>casa. <i>Se não tiver mais o PBF, vai ser difícil, vai faltar comida, roupa, calçado e material escolar</i> (grifos meus). Ajuda a gente vive melhor.</p>	<p><i>temas e a estudar para as prova</i> (grifos meus).</p>
<p>Entrevistado 08 – 25 anos – Fem. – solteira, 1 do Ens. Fundamental – 2 filhos – desempregada – já tive carteira assinada como faxineira. O Lula para ajudar as famílias. Entrei no programa por meio da Assistência Social. Recebo R\$ 130,00. <i>O programa é bom, mais o valor é pouco</i> (grifos meus).</p>	<p><i>Usamos o dinheiro para comprar roupas e calçados para as crianças. Para ganhar o benefício tenho que manter os filhos na escola</i> (grifos meus). Aí que dá vontade de trabalha. Não. Vivíamos mal. Ajuda a comprar comida. Sê não tiver mais o PBF, vai ficar apertado. Ajuda nas despesas da casa (grifos meus).</p>	<p>Sim, para <i>aprende e ter um futuro</i> (grifos meus). Não sei. Só faltam quando estão doentes. Eles têm boas notas. <i>A frequência deles é a mesma, não mudou o comportamento, e a escola continua igual. Vou para a escola quando me ligam, ajudo a fazer os temas quando eles pedem e está tudo bem com a escola</i> (grifos meus).</p>
<p>Entrevistado 09 – 37 anos – Fem. – casada – 3 do Ens. Fundamental – 3 filhos- <i>catadora</i> (grifos meus) – já tive carteira assinada – artesanato e trabalho do marido no Tucano e do PBF. Entrei no programa por meio da Assistência Social. Recebo R\$ 172,00. <i>O programa é bom, mais o valor é pouco</i> (grifos meus).</p>	<p><i>Usamos o dinheiro para comprar roupa, calçado, comida, material escolar e às vezes as frutas. Para ganhar o benefício tenho que manter os filhos na escola e a carteirinhas de vacina em dia. Acho muito difícil alguém perder a vontade de trabalhar, porque recebe tão pouco. Já por causa da frequência escolar das crianças. Ajuda nas despesas da casa. Se não tiver mais o PBF, vai faltar comida.</i></p>	<p>Sim, para <i>aprender, agora eles tem o material da escola</i> (grifos meus). Só falta quando tá doente. Eles às vezes têm um pouco de preguiça, mas vão bem. <i>A frequência deles é a mesma, não mudou o comportamento, e a escola continua igual. Vou para a escola quando me ligam, às vezes eu os ajudo a fazerem o tema</i> (grifos meus).</p>

	<i>Ajuda-nos na feira (grifos meus).</i>	
<p>Entrevistado 10 – 35 anos – Fem. – casada – 6do Ens. Fundamental – 3 filhos, catadora – já tive carteira assinada – da reciclagem e do PBF. O Lula. Entrei no programa por meio do <i>Posto de Saúde</i> (grifos meus).</p> <p>Recebo R\$ 130,00. O programa é bom, mais o valor é pouco (grifos meus).</p>	<p><i>Usamos o dinheiro para comprar roupa, calçado, comida e material escolar. Para ganhar o benefício tenho que manter os filhos na escola. Tá mentindo quem diz que dá para viver só com o PBF. Uma vez tive o benefício cortado por causa da frequência da piazada. Saía cedo para trabalhar, eles não iam para a escola, ficavam na rua. Antes do PBF eu vivia devendo muita coisa. A bolsa me ajudou a pagar as contas e a comprar as coisas para a casa. Sê não tiver mais o PBF, vou ficar devendo de novo. Vai falta comida e dinheiro. Continuo pobre, mesmo ganhando o Bolsa Família, mais vivo bem melhor (grifos meus).</i></p>	<p><i>Para, ser alguém na vida. Agora eles têm material escolar, roupa e calçado. Eles gostam de frequentar a escola e são bons alunos. A frequência deles é a mesma, não mudou o comportamento, e a escola continua igual. Quase não vou para a escola (grifos meus).</i></p>

ANEXO III. TRANSCRIÇÕES DO QUESTIONÁRIO COM OS PROFESSORES DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS - PRIMEIRO BLOCO DE PERGUNTAS:

<p>Quem criou o PBF? E por que ele foi criado? O governo ganha alguma coisa com o programa? Como e por que as famílias entram no programa?</p>	<p>Quais são as condicionalidades para receber o benefício? O que você pensa sobre elas? Você acha que o PBF diminui a vontade de trabalhar? Conhece alguém que não trabalha por causa do PBF?</p>
<p>Entrevistado 11 - <i>Quem criou o PBF foi o FHC, depois o Lula . Foi criado para ajudar as pessoas pobres para distribuir as riquezas. As famílias entram no programa por intermédio da escola ou da assistência social devido a sua condição econômica</i> (grifos meus).</p>	<p><i>As condicionalidades são manter os filhos na escola, cuidar da saúde, no caso as gestantes e crianças. Penso que o PBF não diminui a vontade de trabalhar, porque é tão pouco o valor que recebem que não conseguem sobreviver com ele, também acho essa fala preconceituosa</i> (grifos meus).</p>
<p>Entrevistado 12 - <i>Foi o Lula que criou o PBF, para diminuir a pobreza. Acho que o governo ganha votos. As famílias entram por necessidade</i> (grifos meus).</p>	<p><i>As condicionalidades são colocar os filhos. Particularmente penso que deveria ser, além disso, exigir qualificação profissional dos pais e que eles também retornasse para a escola, terminar seus estudo. Concordo que aqueles que dizem que o PBF diminui a vontade de trabalhar, porque ficam esperando o valor chegar, não fazem nada para buscar uma vida melhor. Só querem receber o benefício</i> (grifos meus).</p>
<p>Entrevistado 13 – <i>O PBF melhora a qualidade de vida das pessoas e o acesso aos serviços público gratuitos. Assim o governo gasta menos em saúde, segurança e educação. A família deve garantir a frequência escolar</i> (grifos meus).</p>	<p><i>Acho interessante as condicionalidades, porque quando as pessoas não têm o entendimento dos direitos e deveres o poder público de cobrar. As famílias entram no programa por meio da assistência social e necessitam ter baixa renda. Desconheço alguém que por causa do benefício parou de trabalhar, pois o valor é tão baixo</i></p>

<p>Entrevistado 14 - O Lula criou o PBF para beneficiar os menos favorecidos, e as famílias entraram no PBF por <i>necessidade e comodidade</i> (grifos meus).</p>	<p>(grifos meus).</p> <p><i>As famílias devem garantir a frequência dos filhos na escola e se recadastrar. As condicionalidades são uma forma de prender a criança na escola, pena que isso diminui a vontade de trabalhar, devido à comodidade. Não precisam ir buscar, tudo vem de graça, não precisam se esforçar, nem trabalhar, nem estudar. Hoje os catadores nem precisam trabalhar todos os dias, ao contrário de nós, que trabalhamos manhã, tarde e noite para sobreviver</i> (grifos meus).</p>
<p>Informante 15 – Não sei quem criou. Foi criado com <i>fins sociais</i> (grifos meus) para diminuir a pobreza. O governo ganha <i>ascensão política</i> (grifos meus).</p>	<p>Deve manter a <i>frequência escolar, fins sociais</i> (grifos meus) para diminuir a pobreza. O governo ganha <i>ascensão política</i> (grifos meus), com o tempo <i>sair da condição de beneficiário</i> (grifos meus). Acho o programa coerente mais com pouco controle. Geralmente as famílias entram <i>pelas condições socioeconômicas</i> (grifos meus). Em alguns casos diminui a vontade de trabalhar. Não conheço nenhum caso que deixou de trabalhar, só ouvi falar.</p>
<p>Entrevistado 16 – <i>Foi o governo federal, para beneficiar as famílias, crianças que tem pouca renda de acordo com o número de filhos eles recebem a quantia. É um programa que ajuda o plano político do governo</i> (grifos meus).</p>	<p><i>Com o PBF, acho que as famílias tendem a aumentar o número de filhos, como forma de aumentar a renda, causando uma comodidade. Sei que as famílias entram no programa por meio de um cadastro, comprovando uma renda mínima. Acho que o programa diminui a vontade de trabalhar, fica fácil, recebe sem esforço. E, mesmo assim, não conheço ninguém que deixou de trabalhar por causa do programa</i> (grifos meus).</p>

<p>Entrevistado 17 - Foi criado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e aperfeiçoado pelo governo Lula. Ele melhora <i>o índice de desenvolvimento social</i> (grifos meus). Atende as famílias que <i>tem baixa renda</i> (grifos meus).</p>	<p>Exige a frequência escolar e no posto de saúde. Acho que deve ter mais controle as condicionalidades. Acho a fala que diminui a vontade de trabalhar preconceituosa, não conheço ninguém que deixou de trabalhar por causa do valor, inclusive é muito baixo.</p>
<p>O que você acha do valor repassado? Como você percebe que a família usa o dinheiro?</p>	<p>Você acha que o PBF trouxe mudanças na vida das famílias? Quais? O que significa, ou representa, o PBF para vocês? Por quê?</p>
<p>Informante 11 – <i>Acho o valor repassado significativo, mais muito baixo</i> (grifos meus). Percebo pela fala dos alunos que usam o dinheiro para comprar roupa, calçado, comida, material escolar.</p>	<p>Acho que <i>o PBF trouxe mudança pra vida das famílias como inserção social e o poder de adquirir seu alimento com maior dignidade</i> (grifos meus). <i>Vejo o PBF como uma condição de vida melhor para as pessoas necessitadas</i> (grifos meus).</p>
<p>Informante 12 – Acho que <i>o valor é pouco, mais é melhor do que nada</i> (grifos meus). Às vezes até para comprar celular.</p>	<p>Acho que sim, <i>podem comprar mais coisas e o PBF veio melhorar o IDH, além da melhora da qualidade de vida, da autoestima</i> (grifos meus) e da saúde.</p>
<p>Informante 13 – Nas diversas <i>necessidades básicas da família. Melhora a vida das famílias. Aumentou a renda da família e a qualidade de vida</i> (grifos meus).</p>	<p>Melhorou a vida das famílias. <i>Aumentou a renda e a qualidade de vida. Pra mim significa um país sem fome e menos desigual socialmente</i> (grifos meus).</p>
<p>Informante 14 – Não sei o valor. Acho que <i>gastam na alimentação, roupa, calçado, pagamento de luz e água. Não diminui a pobreza, apenas alivia a fome</i> (grifos meus).</p>	<p><i>Acredito que o programa é uma forma equivocada de ajudar. Não qualifica as pessoas, nem incentiva a buscar uma qualificação. O programa trouxe o poder de compra para famílias. Podem</i></p>

	<p><i>consumir mais. Pena que se acomodam.</i></p> <p><i>A família deveria ser a base de tudo: valores, educação e respeito (grifos meus).</i></p>
<p>Informante 15 – Acho que o valor atende as necessidades básicas, não sei como gastam o valor, penso que devem gastar com responsabilidade.</p>	<p>Sim, trouxe uma possibilidade para as pessoas, sair da condição que se encontram. O benefício é um instrumento pra <i>diminuir as diferenças socioeconômicas</i> (grifos meus).</p>
<p>Informante 16 – Acho o valor bom. Espero que gastem em prol dos filhos e de melhorias em casa, na alimentação e estudo.</p>	<p><i>Aos que sabem usar o dinheiro, ele proporcionou mudança. Na vida em geral, no comportamento, na aquisição de coisas úteis e inteligentes. O programa significa para mim o esforço que fiz durante toda minha vida, estudando, trabalhando dia e noite e não ganhei nenhum incentivo do governo</i> (grifos meus).</p>
<p>Informante 17 - <i>Acho a fala que diminui a vontade de trabalhar preconceituosa, não conheço ninguém que deixou de trabalhar por causa do valor, inclusive é muito baixo. As famílias gastam o dinheiro com produtos alimentícios, material escolar e roupas</i> (grifos meus).</p>	<p><i>Para mim o programa dignifica o sujeito. As famílias podem adquirir gêneros alimentícios, roupas e sair da miserabilidade. Acho ele um programa social que melhora a condição de vida das famílias excluídas. Ele permite a inclusão</i> (grifos meus).</p>

ANEXO IV. TRANSCRIÇÕES DO QUESTIONÁRIO COM OS PROFESSORES DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS - SEGUNDO BLOCO DE PERGUNTAS:

<p>Se hoje não existisse mais o PBF, o que isso causaria na vida das famílias beneficiadas? Quais são os limites e possibilidades do Programa? O PBF diminui a pobreza e a Desigualdade social? Você é a favor ou contra a continuidade desse programa? Por quê?</p>	<p>De que forma o PBF ajuda na aprendizagem dos alunos? É difícil garantir a frequência escolar dos alunos? Por quê? De que modo o benefício conferido pelo PBF incide sobre o desempenho/aproveitamento escolar das crianças beneficiadas?</p>
<p>Informante 11 – Se hoje não existisse mais o PBF causaria uma carência ainda maior na vida das famílias. O PBF diminui as <i>desigualdades sociais</i> (grifos meus), na sua essência a fome. Há uma necessidade de construir <i>dignidade</i> (grifos meus) no ser humano que se encontra à mercê do <i>sistema</i> (grifos meus). Ajuda a manter as condições básicas de <i>sobrevivência</i> (grifos meus) para as famílias. Sou a favor a todos os programas que beneficiam a população excluída, esquecida e carente, merece nosso reconhecimento.</p>	<p>O PBF ajuda trazendo a criança para a escola, oportuniza as condições para os pais comprarem o material escolar, roupa e calçado para os alunos. Não é necessário controle vinculado com a frequência. Na adolescência sim, pois os problemas se agravam. Na medida que o aluno frequenta a escola, ele melhora o <i>desempenho escolar</i> (grifos meus), sinto que eles poderiam se dedicar mais.</p>
<p>Informante 12 – Não respondeu</p>	<p>Não respondeu</p>
<p>Informante 13 – Aumentaria a <i>fome, a pobreza e as condições dignas de vida</i> (grifos meus). O programa deveria ampliar a <i>qualificação profissional</i>, proporcionando oportunidade de <i>emprego e renda</i> (grifos meus). Com o programa as pessoas estão bem vestidas, alimentadas e</p>	<p>O PBF permite à criança estar na escola, vestida, alimentada e com o material escolar. Frequentando a escola, oportuniza e melhora o <i>aprendizado</i> (grifos meus). Algum caso específico é difícil que frequente a escola, geralmente quando a família perdeu o <i>controle</i> (grifos meus) sobre aquela criança. A maioria</p>

limpas, facilitando a conquista de um emprego.	gosta de vir pra a escola.
Informante 14 – Iriam passar fome, não têm qualificação profissional. Ele não diminui a pobreza e a desigualdade social, apenas alivia a fome. Acho que o programa ajuda equivocadamente. Precisa <i>qualificar essas</i> pessoas (grifos meus).	As famílias cobram mais das crianças, com medo de perder o dinheiro. As crianças vão pra escola por obrigação. Mais isto <i>não garante que elas aprendam</i> (grifos meus).
Informante 15 – Traria desespero para as famílias. Entendo que o programa diminui a pobreza. Sou a favor ao programa.	A escola assume um papel de mudança da condição socioeconômica, uma espécie de garantia de futuro melhor. O programa dá condições para as crianças estudarem. Mesmo como benefício há muita criança sem acesso à escola.
Informante 16 – Não respondeu	Não respondeu
Informante 17 – Se hoje não tivesse mais o programa, as famílias ficariam desesperadas. Acho que o programa <i>ajuda a diminuir a pobreza e a desigualdade social</i> (grifos meus). Sou a favor da continuidade do programa.	É importante que os alunos estudem, a escola assume um papel de condição de mudança social. Ajudou as famílias dando condições pra os filhos estudarem. Mas mesmo com o benefício tem crianças excluídas.

Para você, qual é o sentido que as crianças/adolescentes atribuem à escola e ao ato de estudar? E em relação ao comportamento das crianças, você acha que teve alguma mudança após o recebimento do benefício? De que forma a educação dos pais ou responsáveis pode interferir no desempenho escolar dos filhos?	Você acha que os pais têm acompanhado mais seus filhos na escola, após o recebimento do benefício? Você acha que o benefício tem auxiliado na relação família e escola? De que forma?
Informante 11 – <i>Geralmente, os alunos identificam a escola como a única fonte de aprendizagem, um lugar para se relacionar com os colegas, ter um convívio social,</i>	<i>Não percebi um acompanhamento escolar maior dos pais em relação aos filhos, depois de receber o PBF. Continuam vindo quando solicitado. O benefício só altera a relação da</i>

<p><i>e em alguns casos a fonte de alimentação devido à merenda escolar. Acho que a escola é o único espaço organizado que os alunos frequentam. Quanto à educação dos pais, quanto mais estudo eles têm, é melhor, pois ajuda no desempenho escolar dos filhos, e esse melhora a medida em que os pais acompanham os filhos (grifos meus).</i></p>	<p><i>escola com a família, quando a escola exige a frequência escolar do aluno e ameaça fazer um encaminhamento de APÓIA (grifos meus).</i></p>
<p>Informante 12 – Não respondeu</p>	<p>Não respondeu</p>
<p>Informante 13 – Os pais se responsabilizaram mais sobre as crianças, com receio de <i>perder o benefício</i> (grifos meus). O programa garante o acesso ao conhecimento e oportuniza a aprendizagem.</p>	<p>Hoje a escola é entendida de acordo com os valores que os pais/ famílias passam para os seus filhos. Quando a família teve acesso à escola, ajuda a aprendizagem dos filhos.</p>
<p>Informante 14 – <i>As crianças vão pra escola porque os pais mandam, não se dedicam ao estudo. Fazem o mínimo, quando não ficam atrapalhando os colegas</i> (grifos meus).</p>	<p><i>Os alunos não são acompanhados pelos pais, eles não ajudam nas tarefas escolares porque a maioria é analfabeto e sem nenhuma qualificação profissional</i> (grifos meus).</p>
<p>Informante 15 – Mesmo com o benefício tem muita criança fora da escola, alguns alunos só frequentam por causa do PBF e veem a escola como uma obrigatoriedade, pra eles se encaixarem num sistema social.</p>	<p>A família que foi escolarizada valoriza e incentiva a frequência dos filhos na escola. Mas o programa não fez com que os pais acompanhassem mais os filhos ou auxiliassem mais.</p>
<p>Informante 16 – Não respondeu</p>	<p>Não respondeu</p>
<p>Informante 17 – Em alguns casos, alguns só frequentam pra receber o benefício. O benefício garante a frequência escolar. Para muitos a escolar é vista como uma obrigação.</p>	<p>Não houve mudança de comportamento. A família que valoriza a escola seu filho vai bem, e as outras só vão por ir.</p>

ANEXO V. TRANSCRIÇÕES DO QUADRO DE INFORMAÇÕES DE FREQUÊNCIA ESCOLAR

Ano	Período	Número de alunos matriculados que recebem PBF	Alunos com frequência igual ou superior a 85%	Alunos com frequência igual ou inferior a 85%	Motivos da infrequência
2012	Fevereiro	252	241	11	Não foram registrados
2012	Março	252	226	26	Não foram registrados
2012	Abril	252	248	4	Não foram registrados
2012	Maio	252	248	4	Não foram registrados
2012	Junho	252	229	23	Motivos 1 (3 alunos), 51 (1 aluno), 64 (17 alunos) e 65 (2 alunos)
2012	Julho	252	246	6	Não foram registrados
2012	Agosto	264	227	37	Motivos 1 (7 alunos), 2 (1 aluno), 8 (1 aluno), 64 (27 alunos) e 65 (1 aluno)
2012	Setembro	264	234	30	Motivos 1 (6 alunos), 2 (1 aluno), 8 (1 aluno), 64 (22 alunos) e 65 (1 aluno)

2012	Outubro	264	261	3	Motivos 1 (5 alunos), 64 (34 alunos) e 65 (3 alunos)
2012	Novembro	264	251	13	Motivos 1 (1 aluno), 64 (8 alunos e 65 (4 alunos)
2013	Fevereiro	266	242	24	Motivos 1 (1 aluno) e 64 (23 alunos)
2013	Março	266	236	30	Motivos 1 (1 aluno) e 64 (29 alunos)
2013	Abril	266	233	33	Motivos 1 (2 alunos) e 64 (31 alunos)
2013	Maiο	266	236	30	Motivos 1 (5 alunos), 51 (1 aluno) e 64 (24 alunos)
2013	Junho	266	230	36	Motivos 1 (3 alunos), 51 (1 aluno), 64 (13 alunos) e 70 (1 aluno)
2013	Julho	266	248	18	Motivos 1 (8 alunos), 51 (1 aluno), 64 (26 alunos) e 70 (1 aluno)
2013	Agosto	268	226	42	Motivos 1 (3 alunos), 51 (1 aluno), 64 (35 alunos) e 65 (3 alunos)
2013	Setembro	268	222	46	Motivos 1 (2 alunos), 51 (1 aluno), 64 (40 alunos) e 65 (3 alunos)

2013	Outubro	261	219	42	Motivos 51 (1 aluno), 64 (31 alunos), 65 (9 alunos) e 70 (1 aluno)
2013	Novembro	261	232	29	Motivos 65 (2 alunos). Os demais alunos não foram informados
2014	Fevereiro	243	243	0	-----
2014	Março	243	238	5	Motivo 1 (5 alunos)

ANEXO VI. TRANSCRIÇÕES DA LEGENDA DOS MOTIVOS E A FREQUÊNCIA DE USOS

Número dos Motivos	Motivos mais citados devido à infrequência escolar	2012	2013	2014
1	Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno	22 vezes foi usado	24 vezes foi usado	5 vezes foi usado
2	Doença na família/ óbito na família/ óbito do aluno	2 vezes foi usado	----	---
8	EJA semipresencial	2 vezes foi usado	----	----
51	Gravidez	1 vez foi usado	5 vezes foi usado	----
64	Desinteresse/ Desmotivação pelos estudos	108 vezes foi usado	252 vezes foi usado	----
65	Abandono escolar/ Desistência	11 vezes foi usado	17 vezes foi usado	---
70	Envolvimento com drogas/atos infracionais	-----	3 vezes foi usado	---